MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

IMIGRAÇÃO ITALIANA E A PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA IDENTIDADE TERRITORIAL

TIARAJU SALINI DUARTE

Rio Grande, 2013

TIARAJU SALINI DUARTE

IMIGRAÇÃO ITALIANA E A PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA IDENTIDADE TERRITORIAL

Dissertação de mestrado submetida à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande como parte de requisito necessário para a obtenção do titulo de mestre em geografia.

Linha de Pesquisa: Analise Urbana e Regional

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Giancarla Salamoni

Rio Grande, 2013

Banca Examinadora:

_____

Prof.ª Dr.ª Giancarla Salamoni
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

_____

Prof.ª Dr.ª Jussara Mantelli
Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Universidade Federal de Rio Grande

_____

Prof.º Dr.º Adão José Vital da Costa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

_____

Prof.º Dr.º Sidney Gonçalves Vieira (Suplente)
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas

Dedico este trabalho a minha esposa Liz Cristiane Dias pelo carinho e compreensão nesta jornada e aos meus cachorros, Muay e Thai, que me alegravam mesmo nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a minha Família por me estimular e incentivar nesta trajetória. A minha esposa Liz, sem a qual eu nunca teria conseguido realizar este trabalho. A minha Mãe, Zenilda e ao meu segundo Pai Claudino pelo imenso esforço e carinho, sempre acreditando no meu sucesso. Ao meu pai João Carlos e ao meu irmão Alexandre.

A minha orientadora, Giancarla Salamoni pela dedicação e paciência com a minha pessoa. Pelos conhecimentos, por compartilhar das minhas angustias, pelas conversas e o acolhimento como “mãe” acadêmica, como ela é carinhosamente chamada no LEAA. Agradeço, também, ao professor Adão José Vital da Costa pelas conversas e palavras de incentivo.

Aos integrantes do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais, principalmente a Juliana, Carlos Vinicius, Sibele e Glauber. Agradeço as risadas, os momentos de descontração e desejo sucesso no caminho que será trilhado por vocês.

A Universidade Federal de Rio Grande e ao programa de Pós-Graduação em Geografia por ter acreditado no meu projeto e pelo seu acolhimento. Agradeço a banca examinadora, professora Jussara Mantelli e professor Adão Jose Vital da Costa pela disponibilidade em ler e acompanhar minha pesquisa.

A CAPES, (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por ter me disponibilizado a Bolsa de estudos essencial para a realização da pesquisa.

L'acqua fa male, il vino fà cantare

Abbasso l'acqua che rovina i ponti,
perfino quella pura delle fonti,
la cosa che per noi davvero conti
è il vino che mantiene mari e monti.

Si incontra spesso l'uomo che fa acqua
e molto spesso gioca a nascondino,
ma chi si perde in un bicchiere d'acqua
può ritrovarsi in un bicchier di vino.

Il sangue non è acqua,
infatti il sangue è vino,
il vino fa buon sangue
ti rende genuino.

Empi il bicchier che è vuoto,
vuota il bicchier che è pieno,
non lo lasciar mai vuoto,
non lo lasciar mai pieno.

Evviva il vino vivo della vigna
che rende questa vita più sanguigna,
chi vive d'acqua spesso se la svigna
e appresso il vino brucia la gramigna.

Il furbo tira l'acqua al suo mulino,
il saggio se ne infischia e tira il vino
e ha l'acqua in bocca il maschio del padrino
e invece c'è chi ce l'ha in bocca il vino.

Il sangue non è acqua
infatti il sangue è vino,
il vino fa buon sangue
ti rende genuíno

Canto popular
Autor Desconhecido do século XIV.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender os processos de identificação territorial de produtores rurais, a partir de um produto dotado de valor simbólico-cultural, a saber: o vinho. Aliado a isso, buscou-se relacionar a noção de multifuncionalidade da agricultura, a qual surge na atualidade como um referencial importante para a compreensão das transformações ocorridas nos espaços rurais, ou seja, as atividades agrícolas passam a não ser as únicas atividades que definem o rural e, também, as únicas fontes geradoras de renda para o agricultor. Para esse entendimento, é necessário remontar a história e identificar os fatores que levaram ao reconhecimento da vitivinicultura, presente há mais de um século na área estudada, como produto de um saber-fazer e que não se perdeu no tempo e no espaço, pelo contrário, continua percorrendo toda a estrutura social, econômica e cultural presente no rural. Assim, em face das expressões culturais vinculadas a imigração italiana sobre o território, foram apreendidos os elementos da sua organização em uma perspectiva simbólica e material do mesmo. Não obstante, observou-se que não são apenas os atributos étnicos que, na atualidade, conformam a unidade deste território. O que promove a coesão identitária entre os grupos sociais é uma prática (e um processo de saber-fazer) herdada dos antepassados e que ainda hoje se mantém, relacionando os traços culturais entre as gerações, desde a primeira que se (re)territorializou neste espaço. Demonstrou-se, também, que esta identidade torna-se hoje um forte atrativo turístico, caracterizando o enoturismo no município de Pelotas, possibilitando a ressignificação do rural, a partir da valorização das paisagens naturais e da herança cultural da imigração presente no município. Por fim, a pesquisa demonstrou que a existência de um processo de identificação está fundamentada na construção histórica dos grupos sociais, através de suas práticas no cotidiano. E, a partir disso, a identidade territorial no recorte estudado se configura vinculada ao fabrico do vinho e ao produto *per se*, dotado de significados relacionados tanto a dimensão material, quanto imaterial que constituem o território. Observa-se também que, atualmente, a identidade territorial relaciona-se ao processo da multifuncionalidade presente nas atividades turísticas, as quais representam estratégias de reprodução social e territorial para as famílias rurais.

PALAVRAS-CHAVE:

Território; identidade; imigração; vitivinicultura; multifuncionalidade da agricultura.

DUARTE, Tiaraju Salini. **Italian immigration and production vitivinícola in the Pelotas-RS city: a boarding from the territorial identity.** dissertação: Master in Geography – Federal University of Rio Grande. Advisor: Profª. Drª. Giancarla Salamoni. Rio Grande, 2010.

ABSTRACT

This study aimed to understand the processes of territorial identification of farmers, from a product endowed with symbolic and cultural value, namely wine. Allied to this, sought to relate the notion of multifunctionality of agriculture, which appears today as an important reference for understanding the changes taking place in rural areas, or agricultural activities cease to be the only activities that define rural and also the only sources of income for the farmer. For this understanding, it is necessary to trace the history and identify the factors that led to the recognition of winemaking, this is more than a century in the study area as a product of know-how and are not lost in time and space, rather continues traversing the entire social structure, economic and cultural life in this country. Thus, in the face of cultural expressions linked to Italian immigration over the territory, were seized the elements of your organization in a symbolic and material perspective on it. Nevertheless, it was observed that the attributes are not only ethnic, today, form the unity of this country. The identity that promotes cohesion between social groups is a practical (and process know-how) inherited from ancestors and still remains today, linking cultural traits between generations, from the first to (re) territorialized this space. It was shown also that this identity becomes today a strong tourist attraction, featuring wine tourism in the city of Pelotas, enabling the redefinition of the countryside, from the appreciation of natural landscapes and cultural heritage present in the area of immigration. Finally, research has shown that the existence of an identification process is based on the historical construction of social groups, through their practices in daily life. And from that, the territorial identity in clipping studied configures itself linked to the manufacture of wine and the product itself, endowed with meanings related to both material dimension, as immaterial that constitute the territory. It was also noted that, currently, the territorial identity relates to the process of this multifunctionality in tourist activities, which represent strategies of social reproduction and territorial rural families.

KEY WORDS:

Territory, identity, immigration, viticulture; multifunctionality of agriculture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa de localização do município de Pelotas e distrito do Rincão da Cruz..... 22
Figura 02 - Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos..... 24
Figura 03 - Produtores entrevistados na pesquisa de campo, 2013..... 25
Figura 04 - Sistema básico de análise das propriedades familiares..... 26
Figura 05 - Esquema de fixos e fluxos para formar a identidade territorial..... 59
Figura 06 - Esquema de formação da identidade territorial..... 60
Figura 07 - Página do Livro Tombo da Igreja Sant'Anna, na Colônia Maciel – Carta de Fundação da Colônia..... 71
Figura 08 - Localização das primeiras colônias de imigração italiana no Rio Grande do Sul..... 80
Figura 09 - Mapa indicando as presenças étnicas nos distritos de Pelotas..... 82
Figura 10 - Casa construída pelo imigrante Giusto Casarin..... 84
Figura 11 - Datação da construção da casa talhada na pedra..... 85
Figura 12 - Museu Etnográfico da Colônia Maciel..... 88
Figura 13 - Acervo do museu etnográfico da Colônia Maciel..... 88
Figura 14 - Acervo do museu etnográfico da Colônia Maciel..... 89
Figura 15 - Angelo Ceron na sua cantina..... 89
Figura 16 - Rótulo do vinho produzido pela Cooperativa Néo-Vigor, em 1942..... 92
Figura 17 - Bandeira do Brasil, pintada desde a década de 1940, no restaurante da família Grupelli..... 94
Figura 18 - Máquinas e instrumentos utilizados nas propriedades entrevistadas..... 105
Figura 19 - Quantidade de vinho produzido por ano..... 110
Figura 20 - Espaço para receber turistas/ maquinário que era utilizado antigamente. 116
Figura 21 - Espaço onde é produzido o vinho atualmente/ parreiral de Uva..... 116
Figura 22 - Vista da propriedade/local de recepção de turistas e produção vinícola... 117
Figura 23 - Local para a recepção dos turistas na propriedade..... 117
Figura 24 Local da produção do vinho/ Local de armazenagem do vinho..... 118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Composição demográfica dos entrevistados nas propriedades entrevistadas..... 103

Quadro 02 - Produtos cultivados e destino da produção nas propriedades entrevistadas..... 108

Quadro 03 - Tempo de cultivo da uva nas propriedades entrevistadas..... 109

Quadro 04 - Existe alguma atividade ligada ao Enoturismo na Propriedade..... 115

LISTA DE APENDICES

Apêndice 01 - Proposta de roteiro para as entrevistas..... 135

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA..... 14

1.1 Objetivos..... 20
1.1.1 Objetivos Gerais**..... 20**
1.1.2 Objetivos específicos**..... 20**
1.2 Metodologia e recorte espacial..... 21

2 BASE CONCEITUAL: DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO..... 29
2.1 O espaço..... 31
2.2 O território: a diversidade de abordagens sobre o conceito..... 35
2.3 O território e as territorialidades..... 38
2.4 Os "territórios culturais"..... 42

3 A GEOGRAFIA CULTURAL E A IDENTIDADE TERRITORIAL..... 46
3.1 A Geografia Cultural renovada..... 50
3.2 O surgimento da noção de identidade..... 52
3.3 Da formação da identidade à noção de identidade territorial..... 54

4 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL: DO ÊXODO RURAL A EMIGRAÇÃO..... 62
4.1 A imigração italiana no Brasil..... 64
4.2 A imigração para o Rio Grande do Sul..... 66
4.3 A imigração Italiana no Rio Grande do Sul..... 67
4.3.1 A imigração italiana na porção sul do estado: o caso do município de Pelotas**..... 69**

5 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL A PARTIR DA PRODUÇÃO VITIVINICOLA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS..... 73

5.1 Breve historia do vinho e a produção vinícola no Brasil..... 74
5.2 A vitivinicultura no Rio Grande do Sul..... 77
5.3 A introdução da vitivinicultura no município de Pelotas..... 81
5.4 O apogeu e a decadência da vitivinicultura no município de Pelotas..... 86
5.5 A identidade territorial a partir da vitivinicultura 96

6 A VITIVINICULTURA NA ATUALIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: NOVOS OLHARES SOBRE ANTIGAS PRÁTICAS..... 99
6.1 A organização socioprodutiva das propriedades rurais..... 100
6.1.1 O subsistema social**..... 101**
6.1.2 O subsistema técnico**..... 104**
6.1.3 O subsistema de produção**..... 105**
6.3 A produção vitivinícola atual..... 108
6.4 A "nova" função do vinho e a multifuncionalidade da agricultura..... 111
6.4.1 o turismo no espaço rural e o enoturismo no município de Pelotas**..... 113**

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS..... 126

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Em um mundo inserido no processo da modernidade ou, segundo alguns pensadores, da "pós-modernidade"[1], onde um movimento global tenderia a desenvolver uma homogeneização de costumes, de culturas e uma uniformização de identidades derrubando fronteiras (tanto materiais como imateriais), o que se percebe, na verdade, é que este movimento tem demonstrado que na era "pós moderna" cada vez mais as especificidades dos lugares e dos territórios e as diferenças com relação ao "outro" são apontadas como relevantes para entender a realidade na sua magnitude. Assim, nos dias atuais, observa-se a emergência dos conceitos de identidade, cultura e território para compreender as dinâmicas presentes tanto nos espaços urbanos quanto rurais.

Partindo destes pressupostos, observa-se a construção de identidades sobre territórios como práticas sociais e estratégias produtivas de inclusão e reconhecimento da singularidade dos territórios, simultaneamente acontecendo em diversas partes do mundo. "Em um mundo em crise de valores e de sentido como o nosso, a questão da identidade volta ao centro das atenções". (HAESBAERT, 1999, p. 170)

Esse ressurgimento das identidades territoriais é fruto do processo de construção e reconstrução das sociedades em suas interfaces com a natureza, logo, a identidade nada mais é que uma busca constante por inclusão social, cultural, econômica e política. Contudo, esta inclusão remete, contraditoriamente, a um processo de exclusão social. Conforme explica Haesbaert (2007),

> Ela [identidade] implica uma relação de semelhança ou de igualdade. Este é talvez seu maior paradoxo: encontrar a igualdade num objeto ou pessoa, ou seja, defini-la a partir de características que a revelam na sua totalidade, na sua "inteireza", encontrar um significado, um sentido geral e comum. (HAESBAERT, 2007, p. 42)

[1] "Não quero ser entendido erroneamente como se afirmasse haver uma mudança global de paradigma nas ordens cultural, social e econômica; qualquer alegação dessa natureza seria um exagero. Mas, num importante setor da nossa cultura, há uma notável mutação na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas que distingue um conjunto pós-moderno de pressupostos, experiências e proposições do de um período precedente." (HARVEY, 2002, p. 4)

Por conseguinte, os processos de identificação estão em constante movimento e podem ser concebidos a partir de um referencial que delimita os territórios a partir de dimensões materiais e imateriais, e que definem relações de poder na construção de um território. Toda identidade criada toma como referência um marco histórico/espacial que fará com que uma determinada sociedade se reconheça, gerando uma sensação de pertencimento a essa e, consequentemente, de apropriação efetiva do território. Esta apropriação pode acontecer sobre o território, contudo, essa não obedece a uma referencia física e nem é demarcada de maneira arbitrária, seguindo um recorte político-administrativo.

Logo, a partir de relações e práticas socioculturais cristalizadas no espaço e no imaginário das pessoas criam-se e recriam-se territorialidades[2], e, por conseguinte, identidades territoriais, as quais fazem dessa fração do espaço um território material e simbólico, a partir das singularidades locais. Conforme explica Haesbaert (1997),

> O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação) . (HAESBAERT, 1997, p. 42)

Assim, a identidade territorial justifica-se nesta pesquisa como proposta de compreender a vitivinicultura[3], a partir dos saberes e práticas herdados pelos agricultores dos seus antepassados e que conformaram a imigração italiana no município de Pelotas.

Ressalta-se que muito além dos valores nutritivos que alimentam o corpo, o vinho possui valores simbólicos que alimentam o imaginário da sociedade. Desde épocas antigas até a sociedade atual este produto faz parte da alimentação e dos hábitos de diversos povos, criando símbolos e significados para estes, fazendo parte da cultura[4],. Como afirma Maciel (2001):

---

[2]A territorialidade pode tanto situar-se num campo eminentemente simbólico, como pode levar a ações efetivas na construção ou na defesa e/ou manutenção material de espaços de identidade" (HAESBAERT, 2007, p. 45).

[3] É imprescindível diferenciar a vitivinicultura, vinicultura e viticultura. Vitivinicultura: Processo ou desenvolvimento que envolve o cultivo e a fabricação do vinho. Vinicultura: Processo que envolve somente a elaboração do vinho. Viticultura: Ciência que estuda a produção da uva.

[4]Cultura neste trabalho é entendida a partir do conceito elaborado por Paul Claval, o qual afirma que: "A cultura é uma criação coletiva e renovada dos homens. Ela molda os indivíduos

> O homem nutre-se também do imaginário e de significados, partilhando representações coletivas. Se é possível avaliar o valor nutritivo do alimento (um combustível a ser liberado como energia que sustenta o corpo) o ato alimentar implica também em um valor simbólico. (MACIEL, 2001, p. 146)

Aliado a isso, ressalta-se a importância dos produtos e dos produtores locais, propiciando a valorização da atividade vitivinicultora e o aumento na procura pelo vinho e pelo saber-fazer, e, por conseqüência, criando novas dinâmicas socioprodutivas sobre o território.

Buscando uma melhor compreensão sobre as identidades criadas e recriadas e tendo a produção vinícola como representativa no território local, busca-se compreender como essa vem sendo valorizada ao longo do tempo. Para esse entendimento é necessário remontar a história e identificar os fatores que levam ao reconhecimento da vitivinicultura, presente há mais de um século nesta localidade, como produto do saber-fazer e que não se perdeu no tempo, pelo contrário, continua percorrendo toda a estrutura social e cultural presente nesse espaço rural.

Assim, em face dessas expressões culturais vinculadas a imigração italiana sobre o espaço, busca-se apreender os elementos da sua organização em uma perspectiva simbólica e material do mesmo. Segundo Claval (1999),

> O espaço é um dos apoios privilegiados da atividade simbólica. Ele é percebido e valorizado de forma diversa pelos que o habilitam ou lhe dão valor: à extensao que ocupam, percerrem e utilizam se superpõe, em seu espírito, aquela que conhecem, amam e que é para eles signo de segurança, motivo de orgulho ou fonte de apego. O espaço vive assim sob a forma de imagens mentais; eles são tão importantes para compreender a configuração dos grupos e forças que os trabalham quanto as qualidades reais do território que ocupam. (CLAVAL, 1999, p. 20-21)

Desta forma, faz-se necessário empreender estudos sobre as formas de reprodução socioterritorial dos agricultores familiares no espaço rural, a partir da manutenção das atividades agrícolas, bem como compreender as novas

---

e define os contextos da vida social que são, ao mesmo tempo, os meios de organização e de dominar o espaço. Ela constitui o individuo, a sociedade e o território onde se desenvolve os grupos. As identidades coletivas que daí resultam, limitam as marcas exteriores e explicam como os diferentes sistemas de valor que podem coexistir num mesmo espaço". (CLAVAL, 2001, p. 62)

dinâmicas da agricultura familiar que surgem a partir desta identidade, como, por exemplo, o turismo no espaço rural.

É sabido que a agricultura familiar vem passando por diversas transformações no que concerne a sua organização socioespacial e as funções que essa vem desempenhando no meio rural. Estas diversas funções, em alguns casos, estão associadas às atividades não agrícolas que o agricultor desempenha tanto na sua propriedade quanto fora dela.

Principalmente a partir dos anos 80 do século XX, surgem novas formas de organização das atividades no meio rural brasileiro, características que podem ser associadas ao processo de modernização da agricultura. Conforme explicam Campanhola e Graziano(2000),

> As transformações pelas quais tem passado, nas ultimas décadas o meio rural brasileiro contribuem para não considerá-lo como essencialmente agrícola. A identificação do rural com o agrícola perdeu o sentido quando muitas atividades tipicamente urbanas passaram a ser desenvolvidas no meio rural, geralmente em complemento as atividades agrícolas. (CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000, p. 145)

Com isso, surge, nos estudos sobre o rural, um novo conceito muito explorado na Europa, principalmente na França, que começa a ganhar importância no Brasil: a multifuncionalidade da agricultura ou, na perspectiva geográfica, a multifuncionalidade[5] do espaço. No Brasil, este conceito pode ser considerado um balizador teórico para interpretar o espaço rural, de modo que permite identificar as múltiplas funções presentes no espaço, além da sua principal que é a agricultura.

As mudanças tanto no que concerne ao meio urbano como ao mundo rural irão possibilitar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo, de modo que é a busca por novas paisagens, principalmente, por parte da população citadina, demonstrando o sentimento de retorno às origens e a visão idealizada dos espaços naturais como refúgio para os problemas inerentes a vida nas cidades, que estimula os agricultores a disponibilizar serviços, produtos e bens naturais para atender esta demanda.

[5] Este conceito será discutido no capitulo 06.

Por conseguinte, podem-se compreender duas características do espaço rural, a multifuncionalidade e a pluriatividade[6] como estratégias de desenvolvimento e de reprodução social das famílias, pois além de geração de renda econômica, proporciona a valorização do patrimônio cultural e natural presentes nas propriedades rurais. Segundo palavras de Panis (2007):

> Assim, o turismo, muito além de ser uma prática promotora do espaço rural e geradora de rendimentos para os seus, é uma alternativa para o desenvolvimento local e regional, que leva a revalorização e a ressignificação do espaço rural, não apenas para aqueles que buscam alternativas de lazer, novas paisagens, lugares mais tranquilos. Ou seja, há um movimento de redescoberta da tranquilidade dos territórios rurais. (PANIS, 2007, p. 42)

Um exemplo claro desta cultura é o fabrico de vinho, processo que é de suma importância para os descendentes de imigrantes italianos, como também para os turistas. Logo, destaca-se que esta prática é realizada de forma artesanal e em pequena escala, direcionada internamente a família como forma de manutenção dos costumes oriundos da imigração e a um público externo ligado a atividade turística. Esta produção caracteriza-se por ser construída a partir dos saberes herdados e das práticas locais, ambas associadas à história da imigração italiana, contribuindo para a construção de uma identidade territorial no recorte espacial em questão.

Tratar de identidades territoriais é um desafio, em vista que se deve apreender, além das características espaciais e do objeto de estudo materializado, elementos subjetivos que fazem parte da realidade de um determinado grupo social e suas relações com o território. A análise baseada no imaginário e no simbólico deve ser intimamente ligada a registros de como este território se formou ao longo do tempo. E, quais são os significados que os elementos que o constituem adquirem para o conjunto de atores sociais e, como estes elementos, em conjunto, criam uma identidade territorial, tendo em vista as relações singulares dos sujeitos “no” e “com” o espaço.

---

[6]“A pluriatividade trata-se de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 90 - 91).

Buscou-se, assim, estudar a identidade territorial deste espaço, partindo do pressuposto que essa se constrói a partir de uma coletividade surgida da apropriação de um referencial material (o vinho) e um referencial simbólico (o saber-fazer[7], relacionado aos costumes e práticas que a imigração italiana forjou e que foi mantido pelos descendentes há mais de um século).

É, portanto, na perspectiva da identidade territorial e da multifuncionalidade do espaço rural que a agricultura familiar presente na Colônia Maciel - município de Pelotas vai ser entendida nesta pesquisa. Assim, os saberes e o modo de vida dos descendentes de imigrantes italianos estão relacionados ao desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo no espaço rural e, consequentemente, à valorização dos produtores e produtos locais.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral:

- Compreender a construção da identidade territorial a partir da vitivinicultura e suas relações com a multifuncionalidade do espaço rural, representada pelos saberes e práticas presentes na agricultura familiar.

1.1.2 Objetivos específicos:

- Caracterizar a agricultura familiar a partir de elementos sociais, técnicos e de produção;
- Identificar os elementos que estabelecem a construção da identidade territorial relacionada a vitivinicultura;
- Apresentar as especificidades dos produtos e produtores locais e suas relações com a herança cultural;
- Demonstrar as potencialidades relacionadas ao turismo no espaço rural para reprodução social e territorial dos agricultores familiares;
- Relacionar a identidade territorial italiana e a multifuncionalidade do espaço rural no recorte pesquisado;

[7] O saber-fazer neste trabalho é compreendido a partir das praticas agrícolas ligadas ao cultivo e preparo do vinho, passadas de geração para geração historicamente.

1.2 Metodologia e recorte espacial

A Geografia, entendida como uma ciência de síntese, tem na abordagem sistêmica um arcabouço teórico-metodológico para a compreensão dos processos naturais e humanos de forma integrada, ou seja, o espaço geográfico é analisado tanto a partir do ambiente físico quanto das intervenções antrópicas, em diferentes escalas (CHRISTOFOLETTI, 1979).

A utilização do método sistêmico permite que o pesquisador defina os elementos a serem estudados de acordo com os objetivos pretendidos na análise. A ideia norteadora considera as interrelações dos elementos, as quais influem direta ou indiretamente na organização do sistema. Fundamentalmente, as propriedades dos sistemas podem, assim, ser resumidas: um grupo de componentes independentes que operam unidos para um fim comum, que é capaz de reagir como um todo frente a estímulos externos; cabe ressaltar, que todo o sistema pode ser visto como um subsistema, ou seja, uma parte do todo. Entretanto, as partes, fora do contexto, são apenas "átomos" isolados. Por isso, se diz que o todo é maior que a soma das partes, pois, a organização do sistema confere ao agregado características não só diversas, mas, também, muitas vezes, não encontradas nos componentes isolados. Conforme Bertalanffy(1973),

> O significado da expressão um tanto mística "o todo é mais do que a soma das partes" consiste simplesmente em que as características constitutivas não são explicáveis a partir das características das partes isoladas. As características do complexo, portanto, comparadas "as dos elementos, parecem "novas" ou "emergentes". (BERTALANFFY, 1973, p.83)

No entanto, para se estudar e analisar os sistemas torna-se necessário delimitar as "fronteiras" do que é definido como um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a propriedade rural familiar pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, onde o produtor, sua unidade de produção e sua família constituem as partes centrais da investigação. Valendo-se de estratégias socioeconômicas distintas, os produtores fazem escolhas no que se refere ao trabalho familiar, a organização produtiva, as práticas agrícolas e as

técnicas utilizadas na agricultura. Portanto, parte-se da premissa do reconhecimento da diversidade da agricultura familiar, mas que, no conjunto, é capaz de construir uma identidade territorial, a partir da unidade cultural.

Para a delimitação da área de estudo foi utilizada como base cartográfica a divisão distrital do município de Pelotas - RS. Este município está situado entre as coordenadas 31º45'43'' latitude sul e 52º21'00'' longitude oeste. Limita-se ao norte com o município de São Lourenço do Sul, Canguçu, Turuçu, ao sul com o município de Rio Grande, a leste com a Lagoa dos Patos, a oeste com o município de Capão do Leão e no interior município originou-se o município de Arroio do Padre. Atualmente, o município está dividido em nove distritos, de acordo com a Lei N° 5.490, de 24 de julho de 2008.

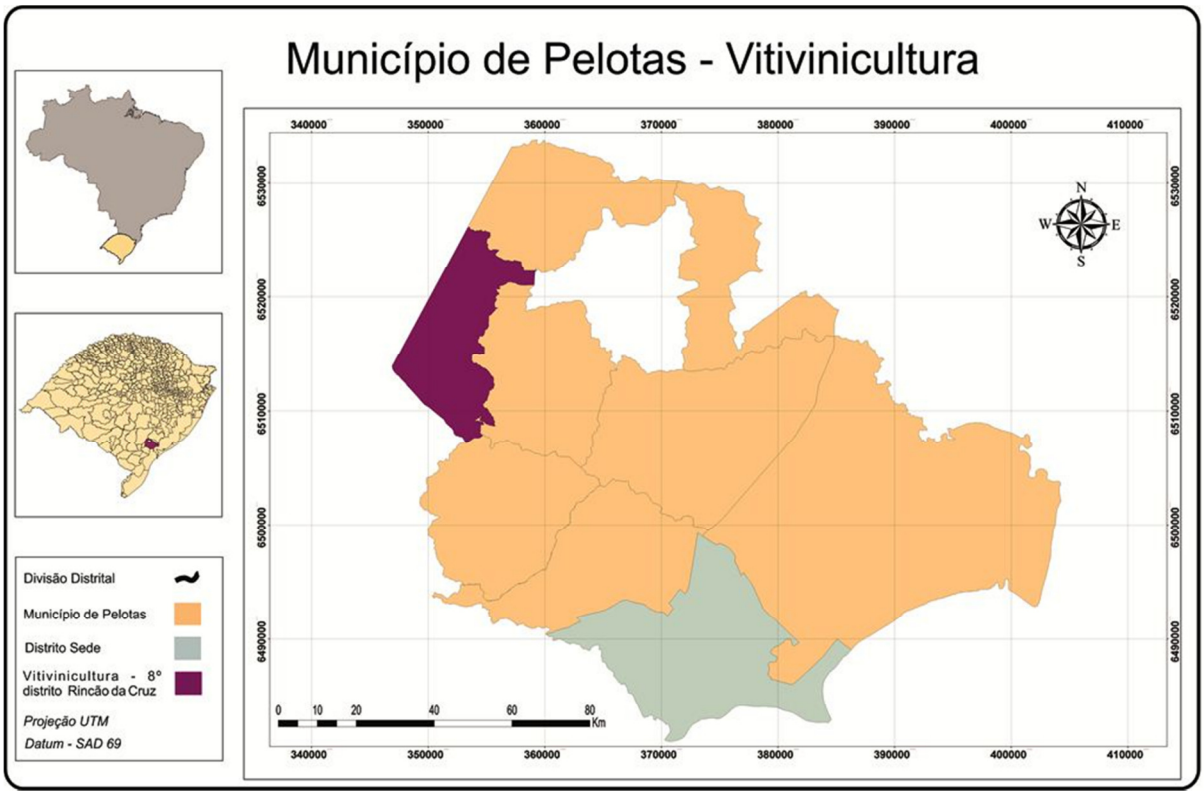

Figura 1: Mapa de Localização do município de Pelotas e distrito do Rincão da Cruz.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no IBGE (2011).

Para fins desta pesquisa foi escolhido como área de análise o 8º Distrito, denominado de Rincão da Cruz, o qual se destaca pela presença significativa de descendentes de imigrantes italianos e pela produção vitivinícola (Figura 1). Ressalta-se, todavia, que este recorte é meramente formal, pois para compreender a noção de território simbólico e a construção da identidade

territorial é necessário, muitas vezes, extrapolar os limites normativos do espaço (distritais, municipais, regionais).

Entretanto, para o levantamento de dados e informações primárias, necessárias para caracterização da agricultura familiar na escala do local, foram tomados como referência os limites político-administrativos do distrito de Rincão da Cruz. Ainda, foi utilizada uma amostragem não-estatística e intencional, cujo esforço consistiu em assegurar a representatividade das propriedades de caráter familiar, no recorte analisado, que se dedicam a vitivinicultura.

Definida a amostra, o levantamento de dados primários foi realizado por meio da utilização da técnica de entrevista, com os agricultores familiares, baseada em um roteiro semiestruturado (Apêndice 01). Para isso, se torna indispensável caracterizar as ferramentas de coleta de dados, consequentemente, optou-se pela pesquisa quanti-qualitativa. “As pesquisas que aplicam métodos quantitativos, são as que empregam a estatística e a matemática – os números e os cálculos – como principal recurso para análise das informações” (LEITE, 2008, p. 97). E, aliado a esses métodos quantitativos, foi elaborado um roteiro com questões abertas, as quais permitiram uma abordagem qualitativa, visando um entendimento maior das informações não quantificáveis nesta pesquisa, como a subjetividade e as vivências dos entrevistados.

> A pesquisa qualitativa possui o poder de analisar os fenômenos com consideração de contexto. [...] o método qualitativo que se baseia em objetivos classificatórios utiliza de maneira mais adequada os valores culturais e a capacidade de reflexão do individuo. A investigação realizada sob este prisma não peca por desconsiderar as causas e inter-relações sutis que possam permear-se entre a analise e as conclusões, desconsiderando essas que podem distorcer verdades entre o meio e o fim. (LEITE, 2008, p. 97)

É imprescindível destacar que a maioria das pesquisas possui os dois métodos, quantitativo e qualitativo, visando um entendimento melhor da realidade estudada, como destaca Richardson (1979):

> A pesquisa moderna deve rejeitar como uma falsa dicotomia e separação entre estudos “qualitativos” e “quantitativos” ou entre o ponto de vista “estatístico” e “não estatístico”. Além disso, não importa quão precisas sejam as medidas, o que é medida continua a ser a qualidade. (RICHARDSON, 1979, p. 79)

Tanto as pesquisas quantitativas como qualitativas são aportes teóricos essenciais para a elaboração de análises científicas de campo, cada qual sua funcionalidade. Além disso, para a escolha dos produtores rurais a serem entrevistados foram estabelecidos alguns critérios, como por exemplo: a) suas propriedades estavam localizadas no recorte espacial escolhido; b) os produtores familiares se dedicavam a vitivinicultura;

Cabe destacar, que a escolha intencional dos entrevistados, selecionados com base em critérios pré-definidos, pretendeu dar conta da identificação com o objeto da pesquisa, tornando-os assim qualificados para a investigação. Conforme explica Alberti (2004),

> A escolha de entrevistados não deve ser orientada por critérios quantitativos (por uma preocupação com amostragens), mas pela posição do entrevistado no grupo ou pela sua experiência. Selecionam-se os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram e presenciaram ou se inteiraram de ocorrências e que possam fornecer depoimentos significativos. (ALBERTI, 2004, p. 31)

O questionário, desta maneira, foi organizado segundo a divisão de subsistemas internos da agricultura, onde: o subsistema social permite a caracterização do produtor; o subsistema funcional engloba os elementos técnicos e o último, subsistema de produção trata de caracterizar o *output* do sistema da agricultura. Este conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização sócio-produtiva na área estudada (DINIZ, 1984). (ver figura 02)

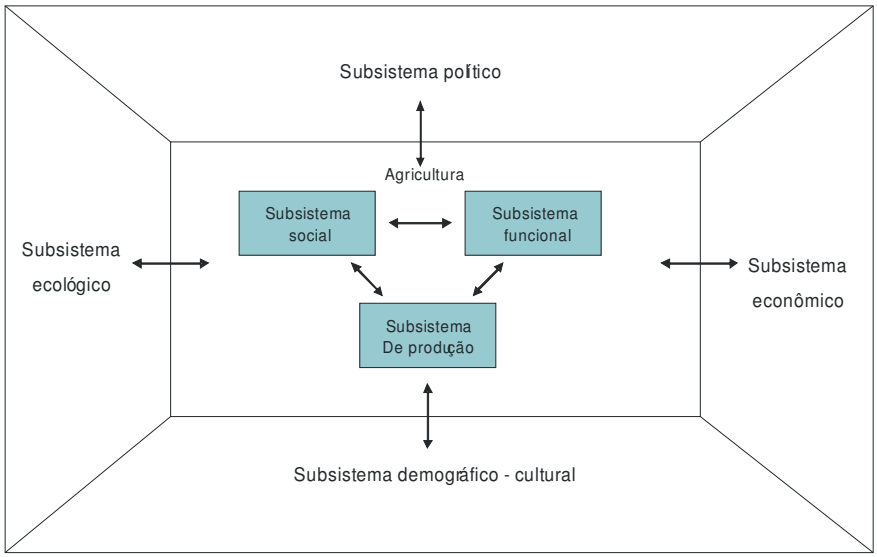

Figura 02: Sistema da Agricultura: subsistemas internos e externos
Fonte: DINIZ, 1984, p.58.

Além do sistema da agricultura, é analisado o sistema da vitivinicultura, o qual estabelece múltiplas dinâmicas socioprodutivas, tomando como base os produtos de origem local, promove maior diversificação da produção, assim como, a formação de renda complementar, possibilitando o desenvolvimento do turismo no espaço rural. Destaca-se que os produtos locais, especificamente o vinho colonial e todo seu processo de fabricação, são valorizados devido às praticas ligadas ao tipo de produção e ao modo de fazer o que se denomina de *saber-fazer tradicional.* Para caracterização do sistema da vitivinicultura foram utilizadas questões abertas, as quais permitiram compreender as origens desta atividade, a valorização dos produtos locais e as perspectivas para o futuro. Cabe informar, que as falas dos entrevistados foram transcritas no texto realçado em *itálico* e sem identificação do informante. Para tanto, foram utilizadas apenas as iniciais dos nomes, preservando, assim, a identidade e sigilo das informações. (Figura 03)

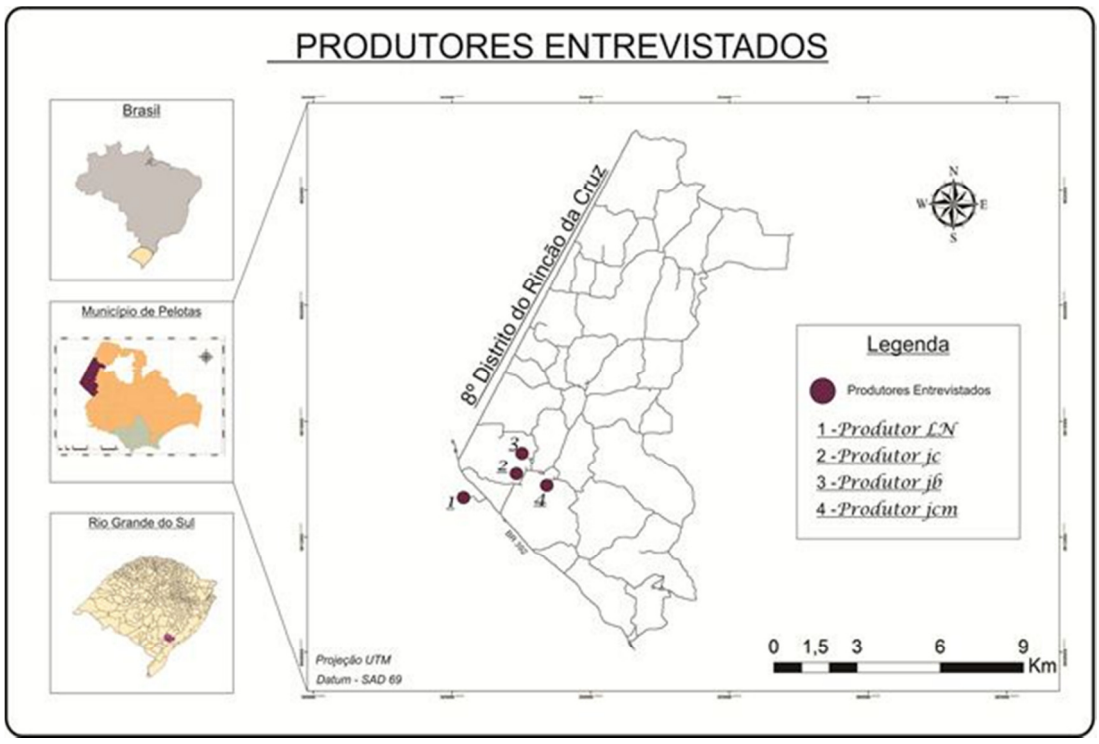

Figura 03: Produtores entrevistados na pesquisa de campo, 2013.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2013.

A partir das relações entre estes dois sistemas, tem-se o que é caracterizado neste projeto como identidade territorial e multifuncionalidade do espaço, onde, a partir da herança étnico-cultural, do saber-fazer tradicional, das práticas agrícolas pode-se compreender a dimensão simbólica/cultural na construção da identidade (Figura 04).

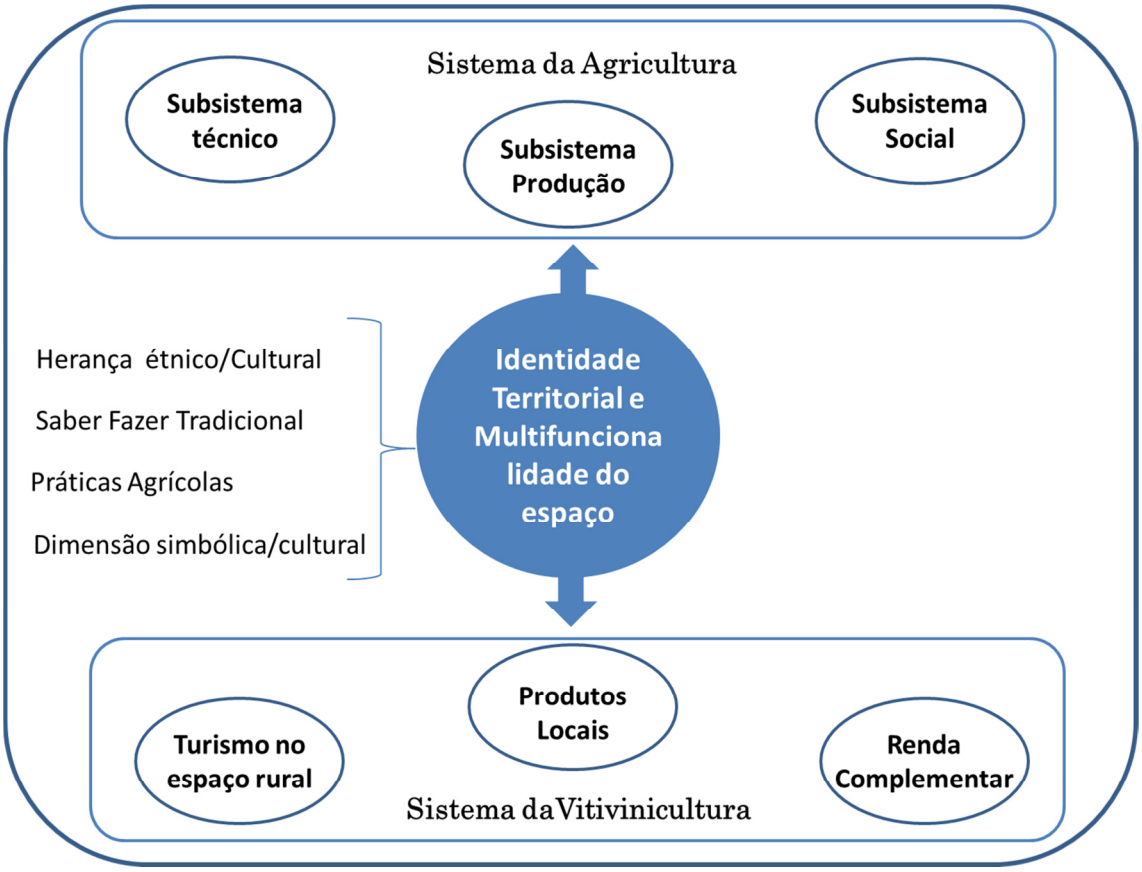

Figura 04 – Sistema básico de análise das propriedades familiares
Fonte: Elaborado pelo autor, 2010.

Partindo da ideia de estudar o território baseado em aspectos simbólico/culturais, seguindo as premissas da Geografia Humanista, optou-se pela adoção de um método científico complementar de análise, a saber- a fenomenologia. Por método cientifico se entende que:

> É todo e qualquer tipo de método colocado a serviço do conhecimento cientifico pelos cientistas ou da pesquisa realizada por uma ciência. [...] o método cientifico é imprescindível ao planejamento de uma pesquisa. Ele coloca em evidencia as etapas operacionais da pesquisa cientifica. (LEITE, 2008, p. 90)

A escolha da fenomenologia[8] se justifica, pois a construção das identidades territoriais está relacionada à percepção e a identificação dos atores sociais com o seu espaço de vivência e convivência. Assim, segundo Rocha (2007),

> Geografia Humanista é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos. (ROCHA, 2007, p. 19)

Yi-Fu Tuan acrescenta:

> A Geografia Humanista procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar. (TUAN, 1982, p. 143)

Diante disso, entende-se que os estudos alinhados aos princípios da Geografia Humanista perpassam por um entendimento do espaço a partir das relações do vivido, dos sentimentos, da subjetividade. Assim, parte-se da ideia que cada indivíduo possui uma percepção do mundo e do espaço que habita e, que está presente na construção da sua identidade. Por outro lado, a identidade territorial é construída a partir do espaço relacional, ou seja, mesmo cada indivíduo apreendendo a realidade a partir de sua visão de mundo (de forma diferente dos demais) busca, no conjunto, uma sensação de pertencimento a um território, bem como, uma identificação com o grupo social a que pertence, por meio de afinidades construídas historicamente pela cultura. Rocha (2007) explica que:

> Logo, a fenomenologia busca aquilo que se apresenta como o princípio básico do pensamento filosófico, que é ampliar incessantemente a compreensão da realidade, no sentido de apreendê-la na sua totalidade, destacando a importância das percepções [...], e por fim da intersubjetividade do pensamento, que, como um todo, constitui nosso mundo-vivido, o qual envolve as histórias, os sentimentos, os valores, etc. (ROCHA, 2007, p. 22)

[8]O termo fenomenologia surge a partir da palavra fenômeno, que, por sua vez é gerada da expressão grega *fainomenon*, que deriva do verbo *fainestai* e quer dizer mostrar-se a si mesmo, representando "(...) tudo aquilo que, do mundo externo, se oferece ao sujeito do conhecimento, através das estruturas cognitivas da consciência. (SERPA, 2001)

Prontamente, o método fenomenológico aplica-se nesta pesquisa, pois, a formação das identidades territoriais são processos históricos dotados de heranças culturais, que são construídas a partir das relações de subjetividade de cada indivíduo, o que ocasiona um processo de identificação dos descendentes de imigrantes italianos (produtores de vinho) com o espaço rural do município de Pelotas.

Após a coleta de dados e informações os resultados foram tabulados, inicialmente, na plataforma MS-Excel, para posterior análise e interpretação. Cabe mencionar, que na pesquisa empírica as entrevistas foram complementadas com a observação participante, a qual é de suma importância para a realização da pesquisa. Para Anguera(1986),

> El observador participante juega un papel activo en el desarrollo de los diversos eventos y mantiene una relación más o menos estable con los sujetos observados (McCall & Simmons, 1969), pudiendo también considerar que implica una interacción entre observador y observado en el ambiente de éste que da lugar a un registro sistemático y no intromisivo. (ANGUERA, 1986, p. 30)

E, o mesmo autor acrescenta:

> Entendemos que ésta implica un cierto grado de intervención en la vida diaria, o flujo de conducta de los sujetos estudiados (Becker & Geer, 1970), con lo que se amplia en gran medida el acceso a informaciones que de otro modo se habrían mantenido ocultas (y no sólo por considerarse formando parte de la privacidad, sino por menoscabo de la accesibilidad). (ANGUERA, 1986, p. 31)

Além da observação participante foi realizado um levantamento fotográfico[9] sobre atividades relacionadas a vitivinicultura e ao turismo no espaço rural.

[9] Esta técnica permite registrar elementos da realidade observada e a partir destes contribuir para a pesquisa, como afirma Alencar (2011, p. 01), “A fotografia nos permite a recuperação de fatos passados, a partir desse tipo de tecnologia, ‘a escrita com a luz’ que construíram memórias que se tornam objetos da história, que como fonte de informação primaria pode ser utilizada de base para estudos mais aprofundados”.

2 BASE CONCEITUAL: DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO

"O espaço é a 'prisão original',
o território é a prisão que os homens constroem para si".
(RAFFESTIN, 1993, p.144)

Os conceitos marcam o referencial teórico para a melhor compreensão da realidade que nos cerca. Assim, a partir de um conceito, “aprisionamos” a realidade e a explicamos através de uma determinada óptica. Todavia, esses termos polivalentes e, muitas vezes, com caráter polissêmico, não possuem uma estagnação em relação ao mundo, esses se movimentam, transformam-se e se adaptam com o passar da história.

> O termo conceito, no presente, expressando herança perene ao longo de toda história do pensamento ocidental, é marcado pela polissemia instaurada desde sua originária proximidade com a ideia grega de *logos*, em si portadora significados múltiplos. (ARAUJO, 2007, p.14)

Além disso, conceitos variam com a interpretação de cada autor, no âmbito de sua ciência, revelando as particularidades dos termos no mundo acadêmico. Estes correspondem a analise dos objetos, os quais possuem peculiaridades, podendo ser estes concretos ou abstratos.

> O conceito pode-se referir à coisa abstrata ou a coisa materializada. O individuo vivo é materializado, mas a espécie é uma abstração. Vê-se pessoas, ninguém “vê” a espécie humana. Do mesmo modo, habitações, caminhos, rios, montanhas, fazem dos lugares concretudes materializadas, mas as cidades e as regiões são concretudes abstratas. (GEIGER, 1996, p. 234)

Esta análise corresponde a interpretação do pesquisador que busca, no âmbito de sua ciência, conhecer seu objeto de estudo e através dos conceitos compreender a realidade. Na ciência geográfica, os conceitos são a base para entender as relações estabelecidas no espaço. Não obstante, estes também se transformaram ao longo da história. O espaço, a paisagem, a região, o território, lugar, entre outros, são conceitos chaves para esta ciência.

> Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chaves que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem a ação humana modelando a superfície terrestre: Paisagem, região, espaço, lugar e território.(CORREA, 1995, p. 16)

Neste capitulo, o enfoque teórico se desenvolverá fundamentado em um dos pilares da ciência geográfica: O conceito de território. Não obstante, para um melhor aprofundamento teórico sobre esse termo é necessário o conhecimento sobre um conceito chave que o antecede, o espaço.

> É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (como, por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143)

Desta maneira, ambos os conceitos (espaço e território) se complementam, contudo, não possuem o mesmo significado. Por tempos, geógrafos usaram estes conceitos como equivalentes, sem uma preocupação a propósito da diferenciação entre ambos. Entretanto, é necessário fazer esta distinção para perceber todas as dimensões que o conceito de território pode conter.

2.1 O espaço

O espaço geográfico como conceito é derivado da ação do homem diante da natureza, ou seja, das relações sociais e de seus desdobramentos históricos sobre o entorno natural. Dessa forma, segundo Milton Santos:

> O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a historia se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da historia vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. (SANTOS, 1996, p.51).

É possível compreender como Santos (1996) aborda a questão da apropriação da primeira natureza pela técnica, fruto do engenho humano. Como resultado dessa relação, o espaço geográfico torna-se dinâmico e se adapta às novas demandas sociais, econômicas, políticas e culturais, tanto no sentido material como também na dimensão imaterial ou subjetiva.

Assim, o espaço é entendido como uma relação dialética entre a natureza e a sociedade. Esta natureza, destacada pelo autor, é uma natureza artificial, dominada pelos seres humanos, formando na pós-modernidade o que se denomina de "meio técnico cientifico informacional", o qual torna o espaço geográfico dinâmico, mutável,em contínuo movimento de transformação .

É a partir desta perspectiva, ou seja, da articulação entre os seres humanos e a natureza que se dá o movimento "do" e "no" espaço. A natureza

assim compreendida vai ao encontro da perspectiva destacada por Suertegaray (2003):

> Trata-se de uma concepção de natureza denominada de natureza artificial ou tecnificada: o período atual, "período técnico cientifico informacional", não nos permite pensar a natureza como primeiramente natural, ou melhor, como decorrente de processos que advém exclusivamente de sua auto-organização. A presença do homem concretamente como ser natural e, ao mesmo tempo, como alguém oposto a natureza, promoveu/promove profundas transformações em si e na sua própria natureza. (SUERTEGARAY, 2003, p. 2)

Este espaço artificializado é concebido através de um sistema de objetos e um sistema de ações, ambos inter-relacionados. Compreende-se, assim, o espaço através do movimento da produção e da vida, e formado por estes sistemas, conforme explica Santos (1996).

> O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado de por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes. Os objetos não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem o conhecimento, se o vemos separados do sistema de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. (SANTOS, 1996, p.63).

O sistema de objetos são produtos de uma elaboração social, dos processos históricos colocados em curso pelos homens. Os objetos são tudo que existe na superfície terrestre, toda a produção humana. Por conseguinte, pode-se considerar que os objetos são criações humanas que se desenvolvem ao longo da história. Este sistema é condicionado pela ação que este objeto poderá ou não desencadear no espaço.

As ações são execuções de um ato, de um plano no espaço. Dessa maneira, toda a ação é uma condução de um ser no espaço, modificando o mesmo. Milton Santos destaca que, "a ação é um processo, mas um processo dotado de propósito e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo". (SANTOS, 1996, p. 78).

Estas mudanças designam o espaço como uma "acumulação desigual de tempos", ou seja, ações e objetos que se transformam e, por conseguinte, transformam o próprio ser humano. Esta afirmação leva a reflexão sobre o conceito sob a óptica das heranças temporais acumuladas pelos seres

humanos ao longo de sua história. Além disso, no espaço geográfico existe um acúmulo de diversos tempos dotados de histórias, momentos, ações e objetos desiguais, sendo caracterizados por momentos tecnológicos diferentes, nas palavras de Milton Santos: “uma coexistência de tempos”, logo, em um “mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos diferentes” (SANTOS, 1996. p.86).

Entretanto, para compreender o espaço geográfico, é preciso compreender também as suas categorias de análise. O termo categoria é entendido como uma ferramenta para compreender a realidade, ou seja, para assim compreender o espaço como um todo. Estas por sua vez possibilitam não só uma análise espacial detalhada, mas também o entendimento acerca do processo de formação espacial. As categorias de análise espacial, segundo Milton Santos, são: forma, função estrutura e processo.

Assim como Milton Santos, Henri Lefébvre, pensador francês, buscou compreender as relações sociais no espaço a partir de categorias de análise. O espaço para Lefébvre (1976) é o espaço social, vivido; nas palavras do autor, “o espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto) nem o ponto de chegada (espaço como ponto de chegada).[...] o espaço é o lócus da reprodução das relações sociais de produção”. (LEFÉBVRE, 1976, p. 30).

E acrescenta:

> Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercambio. Estaria essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção. (LÉFEBVRE, 1976, p.34)

Logo, o espaço é constituído através das relações sociais de produção[10] espacial. O espaço é a materialização da existência humana e de suas relações. A partir destas premissas sobre o conceito de espaço, desenvolve as categorias de analise social do espaço: forma, função e estrutura.

Para o Lefébvre (1976), a forma corresponde ao espaço percebido, ou seja, o que se encontra, se produz e se apreende do espaço. Não obstante, só a forma não completa a compreensão do espaço. O autor se utiliza de outra

[10] Produção entendida no sentido de produção social.

categoria para esse entendimento: a função. Esta por sua vez corresponde a um espaço vivido, uma ação dos seres humanos sobre um objeto, uma representação.

Estas duas categorias se completam, segundo o autor, com a terceira, a estrutura, que por sua vez corresponde ao espaço concebido, ou seja, "se refere a disposição que no conjunto tomam uma forma, e que são vitais para a funcionalidade de um espaço". (MARTINS, 2004, p. 30)

> A forma corresponde aproximadamente ao momento comunicável, portanto ao percebido. A função se cumpre, se efetua ou não; ela corresponde ao vivido em um espaço de representação. A estrutura se concebe; ela implica uma representação do espaço.(LÉFEBVRE, 1974, p.425)

As três categorias analisadas conjuntamente correspondem às práticas espaciais. É a partir destas três categorias que o espaço é compreendido como "lócus das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade" (CORREA, 1995, p. 26)

Retornando a perspectiva de Milton Santos, este considera que a análise do espaço deve ser feita através de quatro categorias:

> Forma, função estrutura e processo são quatro termos disjuntivos associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo o dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Consideradas em conjunto, porem, e relacionadas entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. (SANTOS, 1985, p. 52)

Neste sentido, ambos os autores estão alinhados no que diz respeito a analisar o espaço de maneira integrada, para assim compreender o espaço como uma totalidade. Na perspectiva de Santos (1985), a forma se manifesta como a aparência do objeto, ou seja, o que é visível, esse sendo um objeto ou um conjunto de objetos. O que se destaca é que a forma não corresponde a essência desse, somente ao seu aspecto visível. Contudo, não é possível analisar a forma somente pela aparência, pois, essa se tornaria vazia.

A forma se complementa com a função. Esta implica uma ação sobre uma forma, um papel ou uma atividade. Logo, o significado do objeto se dá perante a função que este executa, seja esta concreta ou simbólica. A ação

sobre o objeto é carregada de intencionalidade e, nas palavras de Santos, “a intencionalidade é o traço fundamental do vivido em geral”.

> As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam funções. Essas funções, de uma formar ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos, formas geográficas. (SANTOS, 1996, p.83)

Assim, as ações que incidem sobre uma forma, ou seja, a atribuição da sua função faz com que as relações espaciais se movimentem. Por conseguinte, esse movimento está inserido em uma estrutura (socioespacial) em um determinado momento histórico (em um momento único no tempo). O tempo, então, é compreendido como processo, o que acarreta mudanças permanentes nas relações espaciais.

Por seu turno, o processo, explicado por Roberto Lobato Correa, é entendido como “a estrutura em movimento” (CORREA, 1995. p. 29). São as relações sociais, econômicas, culturais, políticas, em movimento no espaço, construindo e reconstruindo o mesmo. Esse processo, como já foi mencionado, é um movimento continuo na história, o qual não é passível de controle absoluto pela sociedade.

Por fim, todas as categorias formam um conjunto único para entender o espaço geográfico. As relações estabelecidas entre estas quatro dimensões são indissociáveis. Tanto Henri Lefebvre quanto Milton Santos compreendem que o espaço é criado a partir das relações sociais que ocorrem nele. Por conseqüência, as mudanças no espaço são incessantes, em movimento constante, “este é a prisão original do homem”, (RAFFESTIN, 1993, p.144) e, é nele que o movimento da vida acontece.

2.2 O território: a diversidade de abordagens sobre o conceito

A palavra território deriva do latim *territorium, e e*sta, segundo Haesbaert (2008, p. 20), “aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto a *térreo-territor* (terror, aterrorizar)”. Assim, constata-se que a derivação da palavra na sua origem etimológica está vinculada com a dominação, seja através da terra no

sentido de propriedade ou pelo terror nas relações de poder impostas pelo Estado.

Uma das principais abordagens sobre este conceito encontra-se associada com a formação do Estado-nação alemão, no século XIX, onde o conceito de território surge entrelaçado com a figura do Estado, sendo fixo, material e em constante consolidação. Um dos geógrafos pioneiros a compreender o território nesta perspectiva foi Friedrich Ratzel.

Na concepção inicial deste conceito, Ratzel (1989) vai utilizar a noção de território para legitimar o expansionismo alemão durante o século XIX. Em sua principal obra, "Antropogeografia - fundamentos da aplicação da Geografia à História", o autor discute os princípios do imperialismo buscando formular argumentos teóricos que justifiquem a práxis do Estado. O território, nesse sentido, representa o vinculo que uma nação possui com o seu solo. Quanto maior a proximidade com esse, maior a necessidade de manter sua posse. "A organização de uma sociedade depende estritamente da natureza de seu solo, de sua situação, o conhecimento da natureza física do país, suas vantagens e desvantagens pertence a história politica". (RATZEL, 1982, p.12). Por conseguinte, quando uma sociedade se organiza para controlar o território, temos a criação do Estado. Assim sendo, o conceito de território nesta perspectiva aparece relacionado ao solo e a dominação da terra no sentido de *terra-territorium.*

Com o passar do tempo o conceito de território vai perdendo importância no âmbito da ciência geográfica para outros conceitos como espaço, região e paisagem, ressurgindo somente na segunda metade do século XX. Na metade da década de 1990, Milton Santos retoma este conceito escrevendo um texto intitulado "O retorno do Território". Segundo o autor, o território delimitado e controlado pelo Estado, seguindo a análise elaborada por Ratzel, passa a dar lugar ao controle do território pelo capital, tanto nacional quanto internacional.

> Antes, era o Estado, a final, que definia os lugares –de Colbert a Golbery – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do território ao Estado. O território era a base, fundamento do Estado nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. (SANTOS, 1996, p. 15).

Em um tempo histórico diferente daquele abordado por Ratzel e com uma dinâmica espacial mundial transformada (com relação ao século XIX), Milton Santos vai elaborar sua percepção de território através de duas perspectivas: o território como o espaço de todos, ou seja o território-nação; e o território a partir do espaço transnacionalizado, o território das grandes empresas transnacionais. Contudo, o autor destaca que, como antes na história, nem todo território era "estatizado", na pós-modernidade, não são todos os territórios transnacionalizados. "Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche". (SANTOS, 1996, p. 15).

Assim, para o autor a construção histórica do território é compreendida hoje através das horizontalidades (lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e das verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais) (SANTOS, 1996). Nesta análise, o território é compreendido, na maioria das vezes, em uma macroescala.

A partir do "ressurgimento" deste conceito, diversos estudos começam a ser elaborados para compreender as novas dinâmicas territoriais tanto em termos de macroescala quanto na escala local. Assim, Fernandes (2008) compreende que o território não se restringe ao espaço de governança, ou seja, de atuação do Estado, pois, segundo este autor existem territórios materiais e imateriais, do espaço físico ao espaço social.

> Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. (FERNANDES, 2008, p. 282)

Em sua percepção, o mesmo autor diferencia três tipos de território: o território do país, compreendido como território-nação; o território da propriedade privada capitalista ou não capitalista e o território formado por diferentes espaços, sendo "fluxos ou móveis controlados por diversos sujeitos". (FERNANDES, 2008, p. 283)

Percebe-se que o autor caminha ao encontro da perspectiva de Milton Santos, onde temos o território do Estado-Nação e o das transnacionais. Contudo, a terceira abordagem diz respeito aos sujeitos locais que a partir das relações sociais constroem o seu próprio território, aproximando-se da visão de Claude Raffestin, onde este considera o território a partir do enfoque de disputa de forças e confrontos, formando o que definiu como “campos de poder”. (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Na abordagem de Raffestin (1993), território vai muito além de um enfoque materialista, sendo entendido não somente pelas relações materiais do/no espaço, mas também, de uma rede heterogênea de ações de indivíduos, criando confrontos e disputas.

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator ”territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.144)

Assim, o território possui uma vertente abstrata onde um ator, a partir de símbolos territorializa o espaço. Logo esta visão não se restringe a um território concreto (como do Estado-Nação), mas sim, a um conceito construído a partir de relações estabelecidas no espaço, por conseguinte, relações espaciais relacionais, como por exemplo, relações de parentesco, de trabalho, de afeto.

Diante disso, percebe-se a existência de diversas vertentes teóricas que acompanham o conceito de território. De um lado, tem-se a abordagem centrada no processo de criação do Estado-nação, com um viés político-econômico. De outro, tem-se o território compreeendido pelas relações simbólicas que o constituem.

2.3 O território e as territorialidades

Como foi assinalado anteriormente, o conceito de território possui diversos significados, que vão desde uma escala nacional ao âmbito local. Entretanto, não se pode reduzir o conceito, equivocadamente, somente a escala nacional. É evidente que existe o território nacional, muito bem

analisado por Milton Santos, contudo, territórios são construídos e reconstruídos nas mais diversas escalas, por diversos atores sociais.

> Territórios são construídos (e descontruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex. uma rua) à internacional (p. ex. área formada pelo conjunto de territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e descontruídos) em escalas temporais mais diferentes, séculos, décadas, anos, meses ou dias. (SOUZA, 1995, p.81)

Analisando estas diversas concepções sobre o conceito de território, algumas variações, tanto em termos das relações que estão presentes desde a sua origem histórica, quanto nas diversas escalas de análise, se mantém a pergunta: o que é território? Em um primeiro momento, pode-se afirmar que todo o território está intimamente ligado as relações de poder impostas a ele, tanto no que se refere à ação de atores sociais locais ou globais. O poder resulta das relações estabelecidas pelos seres humanos para atuar em comum acordo sobre um determinado espaço, (dominá-lo) e fazer deste um território.

Para Arendt (1985),

> O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder Jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. (ARENDT, 1985, p. 18)

E, a mesma autora acrescenta:

> O poder não precisa de justificativas, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; mas precisa, isto sim, de legitimidade [...]. O poder é originado sempre que um grupo de pessoas se reúne e age de comum acordo, porém a sua legitimidade deriva da reunião inicial e não de qualquer ação que possa se seguir. (ARENDT, 1985, p. 22)

Assim, o poder refere-se a relações estabelecidas por um determinado grupo, em diversas escalas para delimitar um território (se apropriar do espaço), seja ele material ou simbólico. Um cuidado que deve ser tomado com relação à palavra poder é considerá-la como sinônimo de violência. A violência deriva da ausência de poder estabelecida em uma determinada situação, contudo ela não representa poder ou dominação. A violência é instalada quando o poder acaba, ou seja, quando não existe mais dominação sobre o espaço, logo, busca-se esta através da imposição, através da violência.

Desta maneira, o território pode ser estabelecido por meio das relações de poder dos mais diversos atores sobre o espaço, estes agindo conjuntamente para apropriar-se do espaço e assim dominá-lo. Conforme esclarece Haesbaert (2008),

> Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação de sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural. (HAESBAERT, 2008, p. 21)

É importante compreender que o território nesta perspectiva é criado a partir das relações do vivido, ou seja, das relações particulares de cada indivíduo. Esse território é criado e recriado por atores sociais locais, como uma comunidade, uma associação ou um grupo de pessoas que se identifica e delimita seu espaço através de diversos tipos de analogias, sendo estas materializadas no território ou criadas a partir de relações de poder simbólicas. Com isso, Nas palavras de Haesbaert (2007):

> O poder no seu sentido simbólico precisa ser devidamente considerado em nossas concepções de território [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, de poder mais material das relações econômicas-politicas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 41).

Partindo das diversas acepções sobre o conceito de território, Haesbaert (2008) sintetizou essas em três grandes vertentes:

Na vertente politica, o território é visto como um espaço delimitado e controlado através das relações de poder em uma escala nacional, o Estado-Nação. Assim sendo, esta vertente se refere as relações de poder institucionais, sendo esta a mais difundida sobre o conceito de território.

A segunda vertente analisa o território através da economia, muitas vezes sendo reduzida ao economicismo. Esta prioriza as relações econômicas no espaço, entendendo o território como uma fonte de recursos e incorporado a disputa entre as classes sociais na relação capital-trabalho, um produto da divisão territorial do trabalho.

A terceira vertente enfatiza a dimensão cultural do território, ou simbólico-cultural. Por conseguinte, esta prioriza a dimensão simbólica do

território e as relações culturais dos atores sociais para a constituição do desse. Desta maneira, esta visão destaca as relações do grupo no espaço vivido, no seu cotidiano, e em escala local. (HAESBAERT, 2007)

Com isso, confirma-se a ideia de que dentro de um território deve-se compreender as multiplicidades de manifestações de dominação e apropriação desse, bem como, as diversas manifestações de poder material e/ou simbólico.

Esta construção se baseia em territorialidades criadas , e, estas nada mais são do que aquilo que torna o território um território, ou seja, atribui-se um significado ao espaço e o delimita, mesmo que por algumas horas, alguns anos ou diversas décadas. Para Saquet (2009),

> O território é resultado das territorialidades efetivadas pelos homens [...] a territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais simétricas e dessimétricas que produzem historicamente cada território. (SAQUET, 2009. p. 79)

Partindo da analise do território a partir do viés relacional, apresentada pelo autor, é que se entende a formação dos territórios e das identidades simbólicas construídas historicamente. Assim sendo, é necessário compreender as relações espaciais/temporais que delimitam este território e como estas se reproduzem no espaço. Desta maneira, se torna imprescindível fazer uma análise do que se convencionou chamar de territorialidades.

Este conceito perpassa pela ideia central de que o território é uma construção coletiva e que dentro dele existem as mais diversas manifestações de poder material e simbólico. Logo, territorialidades são produzidas a partir de relações socioculturais estabelecidas pelos grupos humanos no espaço.

> Ela [territorialidade] é uma “abstração” também no sentido ontológico de que, enquanto imagem ou símbolo de um território, efetivamente existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia política-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja materializado manifestado. (HAESBAERT, 2007, p. 41)

Esta produção é constituída sempre de forma relacional. Sendo assim, como afirma Raffestin, “um conglomerado múltiplo do ‘vivido’ territorial pelos membros de um grupo social ou de uma sociedade” (RAFFESTIN, 1993, p. 159). Assim, pautada nas relações sociais dotadas de significados é que a territorialidade se efetiva no espaço.

Por conseguinte, o território pode ser compreendido como formado por múltiplas territorialidades, subjetivo e concreto, ao mesmo tempo coletivo e particular. Um exemplo da multiplicidade do termo é exposto por Haesbaert (2007),

> Todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados". O território é funcional, a começar pelo território como recurso seja como proteção ou abrigo ("lar" para nosso repouso) seja como recurso natural. (HAESBAERT, 2007, p. 21)

Compreender o território a partir das relações simbólicas/culturais do mesmo e suas múltiplas faces é essencial para entender as dinâmicas dos atores locais, os quais a partir destas relações com o espaço, criam e atribuem valor ao mesmo, muitas vezes o delimitando, criando um território cultural, baseado em relações de poder, não de forma arbitrária e desigual, mas sim, de manifestações de poder por parte de um grupo, criando uma identidade e um território.

2.4 Os "territórios culturais"

Mesmo o conceito de território estando relacionado às manifestações de poder estabelecidas no espaço, diversos autores caminham em busca de novos elementos que podem constituir o mesmo. Pode-se considerar o território a partir de duas concepções distintas, mas que ao mesmo tempo não se excluem. A primeira, na visão material e concreta e a segunda o território como fruto das relações vividas, em uma escala local, muitas vezes criado a partir do imaginário das pessoas e dos grupos sociais e, tendo assim, fronteiras físicas ou simbólicas na sua delimitação, são os territórios culturais.

Haesbaert (2004), ao escrever acerca deste assunto, destaca que nesta visão "o território vai se formar a partir de relações sociais no espaço vivido. O território como produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço." (HAESBAERT, 2004, p. 127).

Neste momento cabe destacar, que o território mesmo ligado as relações de poder, estas se tornam abstratas e, muitas vezes, históricas, o que colabora para a manutenção desta e pela ressignificação que hoje muitas

culturas têm passado. Haesbaert (2007) apresenta esse processo como a formação de territórios múltiplos, não fixos, ou seja, que estão em constante transformação.

Em suma, se reconhece a existência de múltiplas territorialidades dentro de um mesmo território e mesmo de diversos territórios no interior de território em escala maior. Assim, torna-se relevante destacar que a existência de um Estado-nação, de um município, de um distrito, não interfere na construção simbólica, repleta de signos e significados culturais para grupos locais, de outro território sobre o território do Estado. Conforme explica Haesbaert (2007)

> O homem por ser um animal politico e um animal social, é também um animal territorializador. Diferentemente, talvez, de outras espécies de animais, seu trabalho de territorialização apresenta uma particularidade marcante: a relação entre o indivíduo ou o grupo humano e o território não é uma relação biunívoca. Isto significa que nada impede este individuo ou este grupo de produzir e de "habitar" mais de um território. (HAESBAERT, 2007, p. 28)

Caracteriza-se, assim, a multiterritorialidade e, apesar de a multiterritorialidade abarcar diversas acepções[11], centramos neste momento a concepção dessa a partir da justaposição de territórios. Dessa maneira, o homem pode criar neste espaço relações históricas carregadas de símbolos culturais que constituem e (re)constroem as tradições e, por consequência, estabelecem as condições para a construção de um "território cultural", que se justapõe ao território político.

Saquet (2009) colabora com a discussão destacando que:

> Há múltiplos arranjos sociais e territoriais, que vão desde o individuo, passando pela família e pelas organizações de bairros ou de localidades rurais, até grandes organizações políticas e/ou culturais e/ou empresariais. (SAQUET, 2009, p.84)

Logo, o processo de territorialidade, a partir de arranjos sociais, se efetiva no espaço, ou seja, ele delimita o mesmo. Exercem-se sobre ele relações de poder abstratas que fazem com que os atores sociais se identifiquem com o território. Como o referido autor destaca, são "identificações

[11] O mais importante a destacar na nossa experiência multiterritorial "pós-moderna" é o fato de que não se trata simplesmente, como já ressaltamos, da imbricação ou da justaposição de múltiplos territórios. (HAESBAERT, 2007, p. 32)

ou simbolizações de grupos através de referentes espaciais" (HAESBAERT, 2007, p. 23).

Estes referentes espaciais podem ser desde uma construção histórica material, como "marcos" concretizados no espaço que criam o território, até significados que, construídos temporalmente por uma comunidade, criam no imaginário destes atores "linhas", "traçados", como por exemplo, um caminho feito pelos antepassados, e que no sentido abstrato se materializa e conforma uma linha imaterial que delimita uma determinada área para a população que a constitui, fugindo muitas vezes do recorte territorial material e político.

Por conseguinte, em uma abordagem denominada por alguns autores como pós-moderna, a lógica culturalista é evidente e o território se torna um conceito muito mais abstrato e relacional do que algo material no espaço. Vivendo em um século onde as representações se tornam uma das principais maneiras de manifestações da cultura sobre o espaço, fica claro que o território se torna também algo abstrato, fruto de relações sociais e culturais.

> Território é o espaço das experiências vividas, onde as relações entre os atores, e destes com a natureza, são relações permeadas pelos sentimentos e pelos simbolismos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que lhes garantem uma certa identidade social/cultural (BOLIGIAN; ALMEIDA, 2003, p.241).

Assim, o território se efetiva como a valorização do espaço por um grupo que se identifica com o mesmo. Por conseguinte, cria-se uma identidade territorial[12] e para a construção dessa identidade será necessário a ação histórica de um determinado grupo, o qual a partir símbolos e significados sinta-se unido e diferenciado de outros grupos sociais.

Haesbaert (2004) vai adicionar a discussão que para a efetivação de um território é necessário "... um ato, uma ação, uma relação, um movimento [...] um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle" (HAESBAERT, 2004, p. 127). Este ritmo que se repete, pode ser identificado como uma tradição cultural, algo passado de geração em geração por décadas e até mesmo séculos, um movimento continuo na história que faz com que um simples ato torne-se um elemento essencial para a construção de uma cultura.

[12] O conceito de identidade territorial será discutido no capitulo 03.

A partir deste ato temos um delimitador espacial imaterial, que através de um controle se mantém por um longo período como uma tradição. Assim, o controle é compreendido também como domínio, o que implica em relações de poder no território, mas como já mencionado, não são relações de poder de ordem autoritária, mas sim de ordem afetivas, justificando a ideia da construção territorial a partir de relações vividas no espaço. Para compreender estas relações é necessário aprofundar a discussão acerca do conceito de identidade para compreender como um grupo, a partir de elementos particulares, se identifica como único e delimita seu território a partir de uma identidade que os diferencia dos demais grupos.

3 A GEOGRAFIA CULTURAL E A IDENTIDADE TERRITORIAL

Se o território for visto não apenas como o lócus de relações de poder que se fortalecem, mas como meio de identificação e de reformulação de sentidos, de valores, então podemos enfatizar que as identidades territoriais não estão desaparecendo, mas se reformulando.
(HAESBAERT, 1999, p. 185)

A geografia cultural ganha importância nos estudos geográficos a partir da segunda metade do século XX, contudo, sua gênese, segundo Paul Claval (2001), surge ainda na Alemanha do século XIX, com Ratzel:

> A geografia concebida por Ratzel atribui um lugar importante aos fatos de cultura, porque se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente e aqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos. Mas esta cultura é, sobretudo, analisada sobre aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelos homens em sua relação com o espaço. As ideias que a subentendem e a linguagem que a exprimem não são mais evocadas. (CLAVAL, 2001, p. 22)

Mesmo que esse autor não tenha se referido a geografia cultural de forma explicita, utilizava-se da sua dimensão concreta e objetiva, como produto do trabalho humano, para estabelecer um dos referenciais de seus estudos. Logo, os aspectos culturais ganham importância e se tornam uma vertente essencial para o referido autor, como afirma Claval (2001, p.23) “a seleção das sociedades pelo espaço”. Assim, a cultura irá aparecer como substrato material para compreender as relações sociais no espaço.

Outro autor que utilizou a abordagem cultural, segundo Claval (2001), foi Otto Schluter, principalmente o conceito de paisagem cultural como objeto da geografia. Nesse caso, o estudo dos diferentes estabelecimentos humanos torna-se tema central de sua discussão:

> Para Schluter, e para a maioria dos geógrafos alemães das primeiras décadas do século XX, é a marca que os homens impõem à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas [...] o objeto da geografia é aprender esta organização, de descrever aquilo que se qualifica desde então de morfologia da paisagem cultural e de compreender sua gênese. (CLAVAL, 2001, p. 24)

Mesmo utilizando a óptica da paisagem, este autor toma a cultura como um fundamento essencial para compreender a construção e as modificações dessa, pois, o homem seria o principal “artista da paisagem”. Assim, de acordo com Claval (2001), diversos autores, sob diferentes perspectivas, adotam a cultura como August Meitzen em sua busca para compreender os fatos étnicos e o destino dos povos, Eduard Hann e a evolução das relações dos grupos humanos com a natureza para compreender a agricultura, entre outros. Mesmo analisando somente os aspectos materiais da cultura, estes autores buscavam nessa um substrato essencial para a formulação de suas ideias.

Claval (2001) apresenta, então, os diversos momentos da geografia cultural, desde a sua origem passando pela sua formação e evolução. Na primeira fase, que vai desde 1890 a 1940, a discussão está centrada em quatro eixos de análise: O primeiro situado na abordagem das técnicas, o segundo nos instrumentos de trabalho, o terceiro na paisagem cultural e o quarto nos gêneros de vida. Conforme explica Corrêa (1999),

> No período que se estende de 1890 a 1940, os geógrafos enfatizaram quatro temas vinculados a relação entre sociedade e natureza: a análise das técnicas, os instrumentos de trabalho, a paisagem cultural e os gêneros de vida. (CORREA, 1999, p. 51)

É interessante perceber que, neste momento histórico, os três primeiros eixos de estudos da relação homem/natureza estão centrados em uma abordagem material da cultura, enquanto que o último tema, os gêneros de vida, trata da formação da cultura, constituindo o único eixo que se aproxima de uma abordagem não material do espaço. O que se destaca na chamada primeira fase é a exclusão dos processos de formação das práticas sociais e culturais, sendo enfocados principalmente os aspectos materiais da cultura e não incorporando a construção histórica dos objetos de trabalho, ou seja dos artefatos e da técnica. Ou seja, não levava em consideração que os objetos possuíam uma história vinculada a cultura, tanto na sua criação quanto nas formas de evolução.

Assim, a construção da paisagem cultural se torna reduzida, estática e material; sem a relação simbólica que esta possui perante a sociedade. Por outro lado, os estudos sobre o gênero de vida incorporam diversas dimensões na relação da sociedade com a natureza, particularmente as expressões materiais e imateriais da cultura sobre o espaço geográfico.

Nessa abordagem destaca-se a escola francesa com Paul Vidal de La Blache, a qual se caracteriza pelos estudos dos gêneros de vida e a análise da paisagem cultural. Contudo, em um primeiro momento, esse autor enfatiza os aspectos naturalistas presentes na paisagem. Ao desenvolver suas analises La Blache, paulatinamente, estabelecendo outros eixos interpretativos para a compreensão da paisagem geográfica, partindo de uma proposta naturalista para estudos mais focados na vertente humanista.

> As noções de gêneros de vida introduzem, na escola francesa, uma lógica que estimula a integração, em seu campo, de aspectos comportamentais cada vez mais variados e complexos. Naturalista pela sua origem e suas justificações, ela deriva rapidamente para posições mais humanistas. (CLAVAL, 2001, p. 35)

Compreende-se esta mudança partindo do pressuposto de que os estudos sobre os gêneros de vida tratam de elementos que não se restringem a dimensão da natureza. Um exemplo claro dessa analise é que os diferentes gêneros de vida, embora relacionados a aspectos naturais, possuem uma ordem ideológica presente nas relações sociais e culturais.

Já o segundo momento histórico da geografia cultural (1940-1970) é caracterizado pelos estudos alinhados a escola Estadunidense, baseados nas lógicas locacionais e análises urbanas. Diferente do período anterior, que estava centrado nas paisagens culturais, habitat rural, etc..., essa escola se dedica a uma abordagem pragmática e rigorosa do espaço geográfico, principalmente voltada para as representações gráficas e cartográficas da realidade nas cidades.

> Muito preocupada com o rigor, dedicava muita atenção a coleta dos dados e as representações cartográficas. A legenda dos mapas americanos era frequentemente redigida sob duas rubricas, natureza e cultura: a geografia cultural confundia-se, assim, com a geografia humana. (CLAVAL, 2001, p. 29)

Segundo Roberto Lobato Correa (1999):

> Trata-se do período de retração da geografia cultural, colocada em segundo plano face à força da geografia regional Hartshorniana, em um primeiro momento, entre 1940 e 1955, e a revolução teorética-quantitativa no segundo, entre 1955 e 1970. (CORREA, 1999. p. 01)

Contudo, a geografia cultural não foi completamente suprimida pela geografia regionalista de Hartshorne nem tampouco pela revolução teorética quantitativa. Carl O. Sauer e a Escola de Berkeley trazem a cena novamente a discussão cultural no cenário geográfico. Seus estudos baseados nas relações históricas caminham no sentido de valorização do passado em detrimento do presente e a geografia cultural começa a ganhar força e identidade no cenário da geografia mundial.

> Foi nos Estados Unidos, contudo, que a geografia cultural ganhou plena identidade, graças a obra de Carl Sauer e de seus discípulos,

> primeiramente em Berkeley e, em breve, por várias universidades. A escola de Berkeley (1925 – 1975) desempenhou papel fundamental na geografia cultural. (CORREA, 2003, p. 10)

Apesar disso, a Escola de Berkeley sofreu forte criticas com relação a seus estudos, pois, segundo Correa (2003), ao tratar de comunidades tradicionais do "Novo Mundo" havia uma ausência de critica social, desconsiderando que essas sofreram (e sofrem) com a expansão imperialista e a exploração capitalista dos colonizadores europeus. Não só a Escola de Berkeley será criticada, mas também Carl O. Sauer, principalmente, com respeito ao seu conceito de cultura, o qual era baseado em uma visão que considerava essa como algo exterior ao individuo. Conforme explica Correa (2003):

> Nesta visão de cultura não havia conflitos, predominando o consenso e a homogeneidade cultural. Nesta perspectiva, os processos de mudança se realizariam a partir de forças externas, por intermédio do processo de difusão de inovações e não em função de contradições. (CORREA, 2003, p. 11)

Na ausência da contradição, a cultura é entendida como algo externo ao ser humano, como se essa fosse somente construída a partir de relações materiais, sem considerar o "vivido" no espaço como objeto de analise. Não obstante, os estudos deste período foram de suma importância para a construção histórica da ciência geográfica, bem como, para a renovação desta nas décadas seguintes.

3.1 A Geografia Cultural renovada

A partir da década de 1970, pode ser considerado como o período de reconstrução da Geografia Cultural. Mesmo com o processo de uniformização do mundo moderno, sob a visão de padronização das relações capitalistas, onde desde os aspectos materiais a imateriais tenderiam obedecer a parâmetros regulares na sociedade de produção e do consumo homogeneizados, a Geografia Cultural ressurge. Mediante este processo mundial (tanto acadêmico quanto social), a Geografia Cultural oferece referenciais teóricos e metodológicos capazes de dar conta da complexidade do mundo globalizado e de como as relações entre as escalas mundiais e

locais se refletem na organização espacial. Assim, com ênfase no conceito de lugar, os estudos sobre cultura ganham destaque na Geografia. Claval (2001), ao falar sobre a importância dessa categoria analítica, diz que:

> Ela se manifesta, então, quase em toda parte da mesma maneira: os lugares não têm somente uma forma, uma cor, uma racionalidade funcional e econômica. Eles estão carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os freqüentam. (CLAVAL, 2001, p. 55).

A Geografia Cultural, então, se renova a partir da incorporação de novas perspectivas teóricas. O lugar passa a ser um conceito chave, juntamente com o de espaço vivido. Logo, percepções sobre cultura, até antes vistas como estáticas no espaço, são reformuladas e a cultura passa a ser entendida como uma categoria dinâmica, baseada em valores materiais e imateriais e carregados de significados atribuídos pelos grupos sociais.

Roberto Lobato Correa (2003) destaca que a palavra-chave da renovação da Geografia Cultural é – "significado". Contudo, os significados são atribuídos aos diversos símbolos que a sociedade humana cria ao longo do tempo. Desta maneira, o homem vive e sobrevive em um espaço carregado de valores estabelecidos, construídos e reconstruídos cotidianamente (e historicamente). Assim, valores e significados não são estáticos e imutáveis, muito pelo contrario, possuem diversas interpretações derivadas da forma como cada indivíduo ou grupo social os percebe no seu espaço de vivência.

Denota-se nesta renovação dos estudos geográficos a influência, por um lado, da Geografia Cultural que a antecedia inspirada nas análises Saurianas das paisagens culturais morfológicas e, de outro, as teorias de Paul Vidal de La Blache sobre o espaço vivido. Estas duas correntes começam a ser analisadas juntamente com o materialismo histórico, que "considera a cultura simultaneamente como um reflexo e uma condição social" (CORREA, 1999, p. 52).

Corrêa (2003) complementa explicando que:

> No processo de renovação e revalorização da geografia cultural diversas influencias se fazem presentes. De um lado, a própria tradição sauriana e o legado vidaliano. De outro, a influencia das filosofias do significado, especialmente na fenomenologia, e do denominado materialismo cultural. (CORREA, 2003, p. 12)

Nesta tendência percebe-se um movimento em busca de ir além do método descritivo da ciência e de que o quadro racional muitas vezes é ultrapassado pelos valores simbólicos criados pelas populações. Denota-se assim, a superação de abordagens meramente focadas na racionalidade da cultura e em seus aspectos palpáveis, para uma perspectiva subjetiva e carregada de significados. Para Cosgrove (2003),

> A produção e a reprodução da vida material são, necessariamente, uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta ultima é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal, a musica, pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções [...] porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação. (COSGROVE, 2003, p. 103)

A produção material e imaterial (simbólica) é construída no espaço e modela a paisagem cultural do mesmo. Além disso, é através da produção simbólica, carregada de significados, que podem ser identificados os gêneros de vida distintos, cada um com sua identidade e particularidade.

Logo, parte-se do principio de que a Geografia Cultural ao estudar estes processos, juntamente com a formação das identidades territoriais, permite compreender as transformações do espaço.

3.2 O surgimento da noção de identidade

Para compreender o conceito de identidade é imprescindível a revisão da construção histórica do mesmo, visando assim uma definição conceitual adequada. Logo, este conceito foi primeiramente abordado por Parmênides, na Grécia antiga.

> Para esse filósofo, o ser, como identidade e fundamento, é quem da origem a cada ente, diferente um dos outros. Um não é o outro, mas, precisamente, só o ser é, ou, se quisermos simplificar, só o ser é; o não ser não é. (BOGO, 2010, p. 31)

O conceito de identidade, segundo este filósofo, está pautado na unidade do ser, pois, “só o ser é”. Conseqüentemente, existem características que o definem e o diferenciam dos demais, algo concreto e de uma realidade imutável.

Segundo Bogo (2010), estas observações irão embasar, teoricamente, outros filósofos nas reflexões acerca deste conceito. Aristóteles, por exemplo, em um período posterior a Parmênides, vai discutir o conceito de identidade pautado na visão metafísica de contradição, onde, não se pode dizer que um objeto é, e, ao mesmo tempo em que não o é. Pois, uma das duas afirmações está errada, e a primeira excluirá a segunda, assim, a identidade sempre ou é ou não é. Percebe-se que em Aristóteles, mesmo introduzindo novos princípios como da contradição, a identidade de um ser ou uma coisa ainda é vista como estática. Outro conceito introduzido por este pensador é o "principio do 'terceiro excluído', significando que uma coisa deve ser ou não ser, pois, não existe uma terceira possibilidade". (BOGO, 2010, p. 32)

Com a evolução do pensamento ocidental, as análises de Aristóteles e Parmênides, que contribuíram para o debate acerca deste conceito, começam a ser superadas partindo do principio que nem sempre o que é, é. Logo, como demonstra o estudo de Demócrito, acerca da formação e movimentação dos átomos, o "ser" nem sempre é concreto, pois, tudo possui um movimento que leva o átomo a ser o que ele é, e, por conseguinte, a se transformar em novas formas. "A causa de vir a ser é o movimento dos átomos que os recoloca de outra maneira e, por isso, o 'ser' ganha outra forma cada vez que os átomos se movem". (BOGO, 2010, p. 32). Diante disso, entende-se que o ser está sempre em transformação, mesmo mantendo seus aspectos anteriores, este se transforma, muda, e, por conseguinte a sua identidade também se altera.

Já no século XVI, a igreja católica se utiliza do conceito de identidade aristotélico para justificar a conquista de territórios e o expansionismo europeu pelo mundo. Aristóteles escrevia que só o ser é, neste caso, somente o ser católico é, outros "seres" não são, logo, estes tem que se transformar em "seres", justificando a colonização e a cristianização sobre outros povos e territórios. Mais adiante, o filósofo Hegel retoma a questão da identidade e tenta superar a visão aristotélica. Bogo (2010) explica o pensamento hegeliano, quando diz que Hegel,

> Retomou a questão afirmando que a existência de duas naturezas, pois, entendia que a natureza tinha uma história e o homem outra, mas sem se diferenciar em classes antagônicas: a primeira, originada pela própria criação espontânea da natureza e a segunda, criada pela intervenção humana, a cultura. (BOGO, 2010, p. 33)

A visão de Hegel, mesmo buscando um rompimento com as ideias anteriores, se mantém centrada na separação entre a natureza humana, que cria e recria o "ser" através da consciência e a natureza natural, que seria a criação "espontânea". Assim, Hegel separa o mundo em mundo material e o da consciência, "para ele, a segunda natureza só se desenvolveu graças à capacidade de intervenção humana sobre a primeira". (BOGO, 2010, p. 32)

Marx, no século XIX, também trata acerca deste conceito e vai considerar que este é criado a partir de processos sociais em constante contradição, pois os indivíduos existem e, por conseqüência disso, encontram-se mergulhados em processos sociais de contradição, se transformam e deixam de ser o que eram anteriormente. Observa-se, assim, o principio da dialética materialista nos processos de identificação. (BOGO, 2010)

Através deste princípio Marx irá discorrer analisando que as coisas são, e, ao mesmo tempo não são, pois, estão inseridas em processos anteriores de contradição e de construção de suas identidades. Assim, todos são e ao mesmo tempo não são, de modo que se transformaram ao longo de suas trajetórias e vivências.

Desta maneira, inseridos em processos socio-históricos, os seres humanos criam identidades pautadas nas interações sociais em um determinado espaço, em oposição a outras identidades. Este processo está em voga neste século, como a busca pelas diferenças em um mundo de modernidade homogeneizada. Assim, se criam e recriam identidades nos mais diversos territórios, fragmentando-os para, posteriormente, unificá-los através de características comuns. Logo, os atores sociais, bem como o espaço, estão imersos em processos de contradição que caracterizam as possíveis "crises de identidade" da nossa atualidade.

3.3 Da formação da identidade à noção de identidade territorial

Como tratado anteriormente, o território pode ser entendido a partir das relações de poder no espaço, sendo estas materiais ou imateriais. Já a identidade é um processo particular de identificação dos grupos sociais no

espaço e no território e uma busca constante por uma sensação de pertencimento que a diferencia de outros grupos e outros territórios.

Na atualidade, derivada de inúmeras contradições presentes na modernidade, pós-modernidade e no processo de globalização, as identidades territoriais retornam ao foco das discussões teóricas e empíricas sobre o tema. Para Sawaia (1999),

> Um dos imperativos da modernidade contemporânea, indiscutivelmente, é a busca pela identidade. Isto é da representação e construção do eu como sujeito único e igual a si mesmo e o uso desta como referencia de liberdade, felicidade e cidadania, tanto nas relações interpessoais como intergrupais e internacionais. É inegável a contribuição da referencia identitária neste momento em que indivíduos, coletividades e territorialidades estão redefinindo-se, reciprocamente, em ritmo acelerado. (SAWAIA, 1999, p. 119)

A identidade está intimamente relacionada aos processos sociais e culturais presentes na organização da sociedade em relação aos seus espaços, como afirma Boaventura de Souza Santos (1997), “identidades são, pois, processos de identificação em curso” (SANTOS, 1997, p. 135.). E, estes processos se dão de forma ininterrupta ao longo do tempo, de modo que a sociedade está em constante renovação de seus valores, crenças, tradições, entre outros traços de identidade.

Na pós-modernidade percebe-se que as identidades não se tornaram rígidas, mas sim voláteis, transitórias, mutáveis, inseridas em ações de mudanças constantes, tanto dos indivíduos quanto das coletividades humanas.

Assim, torna-se complexo o entendimento deste conceito e para compreender a construção da identidade devemos partir da premissa que essa é fruto de ações sociais. É interessante pensar que todos os seres humanos estão inseridos neste processo, pois constantemente são estabelecidas relações simbólicas e subjetivas com o mundo que os cerca, e estas estão repletas de significados culturais. Manuel Castells (2006) vai ao encontro desta perspectiva quando afirma que:

> Entendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (os) qual (quais) prevalece (m) sobre outras fontes de significados. (CASTELLS, 2006, p. 22)

Estes significados são entendidos aqui como uma identificação simbólica dos atores sociais. Por conseguinte, nesse processo recriam-se no imaginário individual valores e práticas que serão mobilizados na construção de uma identidade coletiva sobre o espaço, ou seja, as identidades territoriais.

Ainda acerca das identidades, Hall (2006) define três recortes para compreender a criação das identidades: O primeiro se refere à identidade iluminista, onde a visão centralizadora repousa sobre o ser humano. Esse aparece como o centro da razão, logo, este processo o torna um ser individualista.

Na segunda perspectiva encontra-se o sujeito sociológico, o qual inserido na época moderna encarna a complexidade do mundo e de suas relações. Esse, ao contrário do anterior, não se torna autônomo, mas sim dependente da sociedade, caracterizando a concepção clássica da sociologia com a identidade, onde a essa só existe pautada na relação dos atores com sociedade, ou seja, do individual com o coletivo.

Na terceira concepção, o autor discorre sobre o "novo ator social" que emerge da pós-modernidade, um sujeito em crise com sua identidade. Anteriormente este conceito era tido como concreto e estável, contudo, nesta nova era, o ator social se fragmenta e mergulha em diversos processos de identificação, partindo do pressuposto que as relações no espaço e, por conseqüência no território, tornam-se mais velozes, criando e recriando símbolos que acarretam múltiplos significados e variadas identidades. Para Hall (2006),

> O sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencialmente ou permanente. A identidade torna-se uma "celebração móvel": formulada e transformada continuamente em relação as formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.(HALL, 2006, p. 12)

Assim, atores sociais possuem distintas identidades em momentos diferentes de suas histórias, muitas vezes se contradizendo. A pergunta que se faz é: será que mesmo inseridos nestes processos contraditórios e ininterruptos de identificações, pode-se construir uma identidade comum de um grupo para formar uma identidade territorial?

Esta resposta perpassa pela ideia de que o território também é constituído de uma dimensão simbólico-cultural, portanto, de processos de identidade. Neste espaço delimitado, seja concreto ou abstrato, existe a construção de identidades territoriais. “De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes”. (HAESBAERT, 1999, p. 172)

É relevante destacar que a identidade não faz referência somente a pessoas ou objetos, pois, nela se carrega signos do passado e do presente; representações que criam o processo de identificação. O processo de identificação perpassa pela noção de semelhança, igualdade, de um ser humano com outro, com um objeto ou um símbolo. Como afirma Haesbaert (1999, p.173), “na sua ‘inteireza’, encontrar um significado, um sentido geral e comum”.

O mesmo autor complementa afirmando que:

> Ela [a identidade] nunca é construída a partir da mera diferença ou de características “próprias”, “singulares”, pois tem sempre um caráter reflexivo, isto é, identificar-se implica sempre identificar-se com, num sentido relacional, dialógico, e a identidade, por mais essencializada que pareça, justamente por seu caráter simbólico, é sempre múltipla e/ou está aberta a múltiplas re-construções. (HAESBAERT, 2007, p. 42)

Contudo, transcorre-se a ideia de que esta identidade caminha sempre no campo do irreal, no âmbito simbólico-imaterial. Não obstante, por mais que esteja pautada nesta dimensão, a mesma necessita do material, ou seja, de um marco concreto, de uma referência espacial. Conforme explica Haesbaert (2007),

> As identidades não são construções totalmente arbitrarias ou aleatórias, elas precisam ancorar-se em referentes materiais ou, em outras palavras, tem sempre uma fundamentação política “concreta”. “As marcas da identidade não estão inscritas no real”, diz Penna, mas os elementos sobre as quais as representações de identidades são construídas e são dele selecionados. (HAESBAERT, 2007, p. 42)

Entende-se, então, que é a partir desse marco material e simbólico que serão construídas as identidades territoriais. Todavia, esta delimitação não necessariamente é material, como no caso de grupos de indivíduos que

constroem no espaço territórios simbólicos[13], se sobrepondo ao território do Estado-nação, ou de uma divisão municipal.

O território da identidade extrapola estes "muros" administrativos, sendo construído a partir do imaginário dos grupos sociais na escala local. Como explica Haesbaert (1999),

> Os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica (como aquela promovida pelas identidades) se sobrepõe à dimensão mais concreta (como a do domínio político que faz o uso de fronteiras territoriais para se fortalecer). (HAESBAERT, 1999, p. 171)

Assim, pode-se dizer que a identidade de um grupo social se forma no território, tanto no âmbito simbólico quanto no concreto. Logo, esta identidade possui fixos e fluxos que irão percorrer toda sua estrutura. ROCA (2005) destaca que a identidade territorial "pode ser entendida como um conjunto de fixos e fluxos espaciais que irão caracterizar uma unidade territorial".(ROCA, 2005, p. 7)

Segundo este autor, o conjunto de fixos constitui tanto as paisagens naturais (ou modificada pelo homem) quanto as culturais. Ainda destaca que, essas servem de testemunha da formação das identidades territoriais. Já os fluxos são entendidos como a atividade, o movimento dos seres humanos através de relações e significados, que combinados com os fixos conformam uma identidade no território.

É interessante observar como o autor se utiliza de um esquema para representar, de forma sintética, a formação das identidades territoriais, considerando os fixos e os fluxos como um conjunto, e a união entre fixos e fluxos como formadores da identidade no território. (figura 05)

[13] Símbolo aqui entendido não como sinônimo de representação ou substituição. "o símbolo mantém uma relação mais direta com a coisa nomeada e, ao mesmo tempo, mais carregado de subjetividade, ele teria abertura para levar a outros sentidos, indiretos, secundários e, de alguma forma, inesperados". (HAESBAERT, 1999, p. 178)

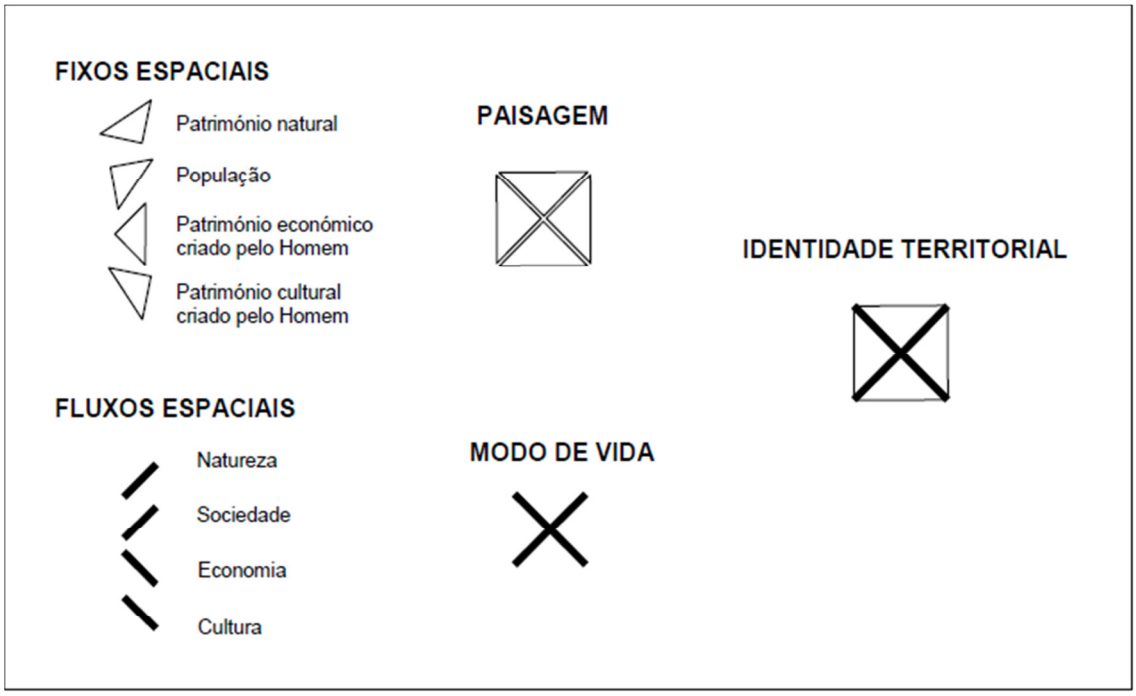

Figura 05. Esquema de fixos e fluxos para formar a identidade territorial
Fonte: ROCA, 2005, p. 07.

Ainda, segundo Roca (2005) o conjunto de fixos espaciais pode ser compreendido como um memorial, uma planta centenária, uma estrada antiga onde passavam viajantes, e a partir desses símbolos levar a população de um determinado local a identificar-se com esse, graças aos fluxos espacias, ou seja, as relações socioculturais estabelecidas no espaço. Segundo o autor,

> A identidade territorial objectiva é constituída por "fixos e fluxos espaciais", visíveis ou invisíveis, tanto de ordem material como imaterial. Todos eles são registáveis e verificáveis através de dados e imagens das características das paisagens naturais ou culturais, incluindo registos de geo-símbolos, símbolos metonímicos e sinais mnemónicos, no caso dos fixos e, no caso dos fluxos, de características e atividades de ordem bio-geo-física, socioeconómica, cultural, tecnológica, política e outras que podem definir os modos de vida das populações. (ROCA, 2005, p. 9)

Tanto os fixos como os fluxos espaciais localizam-se no tempo e no espaço, e, por consequência disso, possuem uma base territorial, mesmo esta sendo subjetiva. Como afirma Hall (2006):

> Todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Elas têm aquilo que Eduard Said chama de suas "geografias imaginárias", suas "paisagens" características, seu senso de "lugar", de casa/lar, de heimat, bem como suas localizações no tempo – nas tradições inventadas [...]. (HALL, 2006, p. 76)

Logo, parta-se da compreensão de que toda identidade é concebida a partir de aspectos únicos, criados em um dado momento histórico, e tendo como referência um aporte territorial. Haesbaert (2007) sintetiza de maneira pontual e clara o que se entende por identidades territoriais neste trabalho.

> No que estamos aqui denominando de identidades territoriais, escolham-se (ou, concomitantemente, reconstroem-se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinando território se reconhecem de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comum. (HAESBAERT, 2007, p. 44)

A partir dos referenciais apresentados e, baseado no esquema representativo de Roca (2005), sintetiza-se a formação da identidade territorial na figura a seguir:

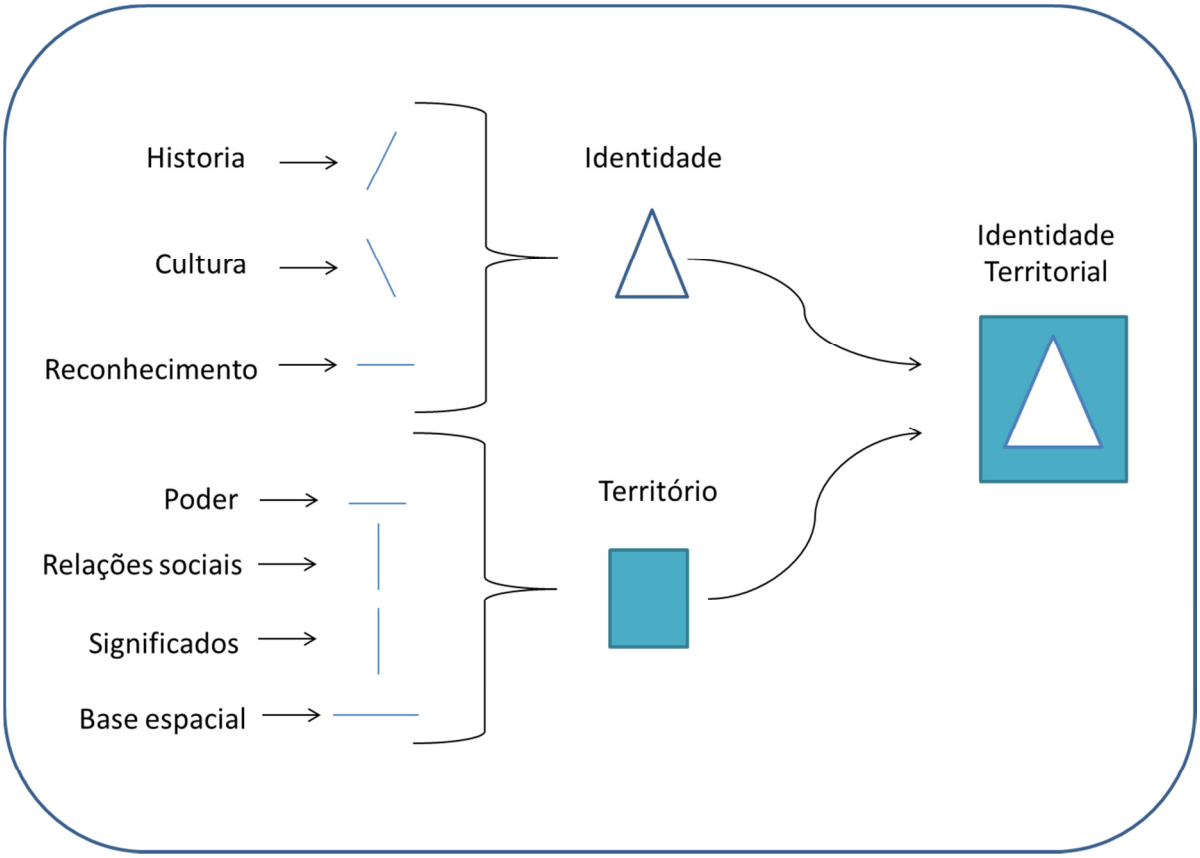

Figura 06: Esquema de formação da identidade territorial.
Fonte: Organizado pelo autor, 2012.

Observa-se neste esquema que a identidade é formada a partir de três pilares: o processo histórico de um determinado grupo social, onde, a partir deste tem-se a formação da cultura comum ao grupo, o que irá criar um

reconhecimento e pertencimento, levando ao processo de identificação cultural sobre o território.

No segundo momento, apresentam-se três pilares para sintetizar a construção de um território: O primeiro é a base físico-espacial, essencial para a formação desse, pois localiza-se no espaço. O segundo é formado pelas relações sociais e as representações de poder[14]. Por fim, têm-se os significados criados a partir dos símbolos que os atores sociais criam e recriam sobre o território. A junção dos quatro elementos irá formar um território, sendo esse material e imaterial.

Assim, buscou-se fazer uma análise dos principais conceitos que cercam o entendimento das identidades territoriais. Seguindo o principio de que as identidades são construção em movimento e derivadas de processos sociais, procura-se, no próximo capitulo, fazer uma reconstituição histórica-geográfica acerca da ocupação e formação do território pelos imigrantes italianos, principalmente no estado do Rio Grande do Sul e no município de Pelotas. Com isso, evidencia-se a importância da formação das colônias na construção da identidade na escala local, e como esse grupo étnico imprimiu seus traços culturais no território, entre eles a produção vitivinícola.

[14]Ver pagina 31 do capitulo 2. (retomando a noção de território)

4 A IMIGRAÇÃO ITALIANA NO BRASIL: do êxodo rural a emigração

Dalla Italia noi siamo partiti
Siamo partiti col nostro onore
Trentasei giorni di macchina e vapore,
e nella Merica noi siamo arriva.

Merica, Merica, Merica,
cossa saràlo 'sta Merica?
Merica, Merica, Merica,
un bel mazzolino di fior.

"Merica-Merica"
Hino oficial da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul.
Autor: Angelo Giusti

O século XIX é caracterizado pela expansão da revolução industrial, a qual acarretou profundas mudanças na organização espacial de vários países europeus, culminando com processo de êxodo rural e crescimento desordenado das cidades. Esta condição[15] resulta em reflexos significativos em outras partes do mundo.

O fim do regime feudal, a urbanização, a mecanização da agricultura e a desvalorização da produção camponesa, são algumas das causas de como os agricultores foram atingidos pelas transformações do processo de modernização. A partir da revolução industrial, que teve origem na Inglaterra no século XVIII, o campo passa a ser alvo de intensas modificações territoriais. Por território se entende as relações de poder e dominação estabelecidas sobre um determinado local: "A concepção de clássica de território vincula-se ao domínio de uma determinada área, imprimindo uma perspectiva de análise centrada na identidade nacional". (SUERTEGARAY, 2003, p.6).

A modernização da agricultura, principalmente no seu aspecto de substituição de mão de obra por máquinas, fez com que muitos dos trabalhadores rurais fossem expropriados de seu território, tendo que buscar alternativas para garantir a sua sobrevivência, entre elas a emigração se configurava como uma possibilidade de reprodução biológica e social em território brasileiro.

Para entender a imigração é necessário compreender o porquê do deslocamento de um grande contingente populacional de um continente para outro. Primeiramente, a expansão do progresso técnico e suas conseqüências sobre a agricultura e agricultores camponeses:

> A aplicação da ciência à tecnologia, que resultou no surgimento da máquina, teve como efeito o aumento da produtividade do trabalho. (...) Ao produzir mais em menos tempo, intensificando o ritmo de trabalho, a máquina barateia não só a mercadoria, mas o próprio valor do trabalho. (PESAVENTO, 1983, p. 18)

Pesavento (1983) caracteriza as mudanças nas propriedades baseada em uma agricultura de subsistência/autoconsumo, que valoriza o trabalho familiar com a comercialização somente do excedente, por uma agricultura

[15] Trato como condição, pois esta mudança não foi estabelecida como opção aos agricultores, mas sim como a única forma de "escapar da pobreza".

totalmente atrelada ao capital e a comercialização: “Como norma geral, a industrialização pressupõe a completa separação entre capital e trabalho, o assalariamento, o progresso técnico e uma forma particular de extração do trabalho excedente” (PESAVENTO, 1983, p.14).

A Itália, no século XIX, passava por intensas mudanças políticas e territoriais, de modo que a revolução industrial, que estava no seu auge, provocou a reorganização dos campos e das cidades.

Com a industrialização da agricultura aumentou a produtividade da terra, todavia diminui a mão de obra necessária para realizar este processo. Este caráter da agricultura moderna, acompanhado de uma série de transformações políticas (unificação da Itália) e econômicas, levou a uma fuga dos campos para as cidades, movimento migratório que gerou uma mão de obra excedente nos espaços urbanos e que se transformou em um problema social para o país.

Após a unificação italiana, permaneciam os grandes problemas econômicos e sociais, levando muitas pessoas a condição de miséria e a fome.

De acordo com Cerqueira,

> Camponeses italianos fugiram do desgaste do solo, das expropriações de terras, do orgulho ferido por décadas de domínio austro-húngaro no norte da Itália. Sonhava-se com liberdade, com uma pequena porção de terra. O sonho de fazer a América era também de construir uma outra Itália com dignidade. (CERQUEIRA, 2003, p.4)

É neste contexto histórico que o Brasil é inserido como destino de um grande contingente populacional e figurava como solução para uma situação que estava chegando ao seu limite para a sociedade italiana.

4.1 A imigração italiana no Brasil

A imigração italiana durante seu processo de ingresso e instalação no território brasileiro sofreu significativas mudanças no que se refere à organização do espaço rural. No Brasil, diferente do problema italiano da emigração, as dificuldades com relação à organização espacial eram outras: Já existiam as grandes propriedades de terras, monocultoras de exportação e de base escravocrata. E, a questão principal era a forte influência da Inglaterra

sobre o país, praticamente obrigando a substituição da mão de obra escrava pela assalariada.

> O capitalismo não admite a escravidão, porque este não forma um mercado consumidor. Ele recusa também o domínio físico sobre a pessoa do trabalhador, atendendo-se apenas a compra da força de trabalho, e deixando ao trabalhador os cuidados com a subsistência e o sustento da família. (DE BONI e COSTA, 1984, p.85).

A elite cafeeira dividida por estas ideias adotou a imigração como solução para os problemas da mão de obra, afinal o preconceito estava embutido dentro de nossa elite e tornar o escravo um trabalhador assalariado estava praticamente fora de cogitação. Dessa maneira, a imigração no Brasil opera dentro de um contexto de conflitos ideológicos, onde de um lado tínhamos a mão de obra escrava e do outro substituição dessa por colonos que seriam assalariados.

A Inglaterra, país que lucrou durante séculos com o contrabando de negros e índios para os países que utilizavam esta forma de trabalho, passava por um impasse: o processo pelo qual este país tinha lucrado deveria ser abolido, para que uma nova forma de exploração tivesse inicio - a penetração do capital nas relações sociais de trabalho. Assim, a mão de obra escrava não interessava mais.

O Brasil, pressionado pela Inglaterra concentra-se, então, na substituição dessa mão de obra pela assalariada. Esta mudança de estrutura é lenta e gradual, levando mais de meio século para ser efetivada, pois uma determinada classe social conservadora não admitia a liberação dos negros, afinal esses eram considerados uma mercadoria comprada, que após a liberação não seria reembolsada. Dessa forma, a substituição da mão-de-obra escrava ocorre de forma conservadora, buscando agradar os desejos da elite cafeeira.

> A imigração esta ligada ao processo mais amplo de substituição, no país, do trabalho escravo pelo trabalho livre, que por sua vez, representa uma das formas assumidas pelo movimento de expansão do capital, ao apoderar-se de produtos em termo mundiais. (PESAVENTO, 1983, p. 21).

Neste contexto, os primeiros imigrantes italianos chegam a São Paulo para trabalhar na lavoura de café formando o chamado colonato paulista.

4.2 A imigração para o Rio Grande do Sul

A chegada dos primeiros imigrantes não portugueses ao Rio Grande do Sul vai ocorrer em um cenário de transformações no processo de ocupação e colonização do território brasileiro, segundo Furtado (2003):

> O governo imperial instalou a primeira colônia em 1824, em São Leopoldo, e, depois da guerra civil, o governo da província realizou fortes inversões para retomar e intensificar a imigração desta origem. Contudo, a vida econômica das colônias era extremamente precária, não havendo mercado para o excedente de produção. (FURTADO, 2003, p. 131).

Os primeiros colonos alemães chegam ao Rio Grande do Sul por volta do inicio do século XIX, sendo instaladas as primeiras colônias no vale dos Sinos, mais especificamente na colônia de São Leopoldo, no vale do rio Jacuí, Caí e Taquari, podendo usufruir da hidrografia para transportar seus produtos, tendo assim uma maior mobilidade espacial. Além disso, os imigrantes alemães receberam do governo brasileiro total auxilio a colonização, como despesas com passagem, doação de terras e compra de equipamentos e animais a serem utilizados nas colônias.

O governo detinha o poder territorial sobre terras devolutas, tendo como objetivo não só ocupar locais onde não ocorria produção, mas também buscando uma maior integração dentro do país. Deste modo, o foco principal era ocupar terras impróprias para a pecuária, que era estabelecida na parte sul do território compreendido hoje como pertencente ao Rio Grande do Sul. A respeito da parte sul deste Estado, Heidrich(2000) explica que:

> As regiões formadas nesse período constituem territórios de domínio oligárquico, embora estivessem sujeitos à administração da coroa. Ocorre que, em grande parte, este domínio realizou-se com um consentimento dela própria, pois assim estabelecia meios de fixar não apenas populações, mas, principalmente, formas de exploração territorial que lhes retornavam em ganhos econômicos naquele sistema colonial. (HEIDRICH, 2000, p 55).

A colonização, até o momento da imigração européia não portuguesa, foi levada a cabo por portugueses e espanhóis que se estabeleceram em grandes propriedades, praticando uma pecuária extensiva, voltada para o comércio

interno e externo (não levando em conta a comercialização de produtos contrabandeados na fronteira com o Uruguai).

4.3 A imigração Italiana no Rio Grande do Sul

A imigração italiana que segundo consta tem seu maior movimento a partir de 1875, já foi enquadrada na Lei de Terras[16], que segundo Kautzmann; "já determinava que os lotes fossem vendidos aos colonos e se financiados, teriam prazo máximo de cinco anos sem juros para quitar a dívida". (KAUTZMANN, 2007. p, 10). Segundo De Boni e Costa(1984),

> Data oficial da imigração italiana é de 20 de maio de 1875, mas não se sabe ao certo em que data o império tomou a si a empresa de colonizar Conde d' Eu e dona Isabel. Os arquivos são omissos a este respeito. Não há dúvida, porém, quanto a presença de colonos italianos já antes de 1875, disseminados pelas outras colônias da província. (...) Dados do governo provincial revelam que entre 1859 e 1975, teriam entrado no Rio Grande do Sul cerca de 7290 italianos. (DE BONI e COSTA, 1984, p. 65)

A partir da Lei de Terras, institucionalizada em 1850, não há mais doações dos lotes de terra, mas sim a obrigação de compra, evidenciando neste momento, o inicio das relações de capital entre o imigrante e os governos provincial e imperial.

A colonização se dá de forma diferenciada do restante do território sulino: se na porção sul, a base da agricultura era representada pelo latifúndio pecuarista e, também, pela presença das charqueadas; na porção nordeste têm-se o estabelecimento de pequenos lotes de terra, mudando a estrutura da organização territorial no Rio Grande do Sul.

De Boni e Costa (1984),

> A colonização italiana (...) apresentava-se ante a sociedade brasileira como algo potencialmente revolucionário. Ao latifúndio opunha-se a pequena propriedade; a monocultura a policultura; à escravidão, o trabalho familiar. Sua célula de produção era a família – compreendendo este os pais e filhos – e não a grande unidade de engenho, da fazenda ou da estância. (DE BONI e COSTA, 1984, p. 83).

[16] lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.

Esta diferente organização territorial, baseada em propriedades de pequenas dimensões físicas, estava voltada para produção de bens para o autoconsumo das famílias de imigrantes e para abastecer o mercado interno.

Os imigrantes, em um primeiro momento, enfrentaram muitas dificuldades, lutando contra a mata fechada, todavia tiveram vantagens em relação aos índios, afinal tinham comprado o lote de terra. Dentro desta relação capitalista, pode-se verificar a condição de compra em contrapartida ao índio, que já era nativo desta região, não obstante não possuía um vinculo formal com o império, sendo expropriado do seu local de origem.

Os colonos se voltaram para a produção de milho, trigo e da uva. O milho voltado para a alimentação de animais domésticos e para o consumo humano (depois de transformado em farinha, era usado para elaborar a "polenta", típico gênero alimentício italiano); do trigo utilizava-se a palha para fazer cestos e o grão para farinha e, a uva para o fabrico do vinho voltado para o consumo doméstico e, posteriormente, como um dos responsáveis pela industrialização e ampliação da estrutura comercial deste Estado.

No Brasil tinha-se a ideia que a imigração abasteceria o mercado interno, podendo voltar o ciclo do café essencialmente para a exportação. Contudo, este objetivo, principalmente no sul do país, no início não teve êxito devido às condições de trabalho e a ausência de redes de integração para o transporte. Os imigrantes tiveram que derrubar as matas para instalar as lavouras e as suas residências.

> A configuração territorial das colônias de imigração possui importância na medida em que vai influenciar, a posteriori, na formação das cidades e na matriz produtiva da região norte do estado do Rio Grande do Sul e, consequentemente, no desenvolvimento da região. (PANIS, 2007, p. 59)

Somente a partir da urbanização e industrialização de Porto Alegre é que a comercialização com os italianos começa a ganhar mais importância. Os italianos eram hábeis comerciantes e após a expansão da indústria na capital começam a ligar-se a esta cidade, abastecendo o mercado com produtos produzidos pela agricultura familiar. A partir desta comercialização, teremos a valorização da vitivinicultura e, posteriormente, a sua especialização para o mercado regional e nacional.

Destaca-se também que os imigrantes que foram deslocados para a porção sul do país, mais especificamente ao que se trata do Rio Grande do Sul, foram instalados (na sua grande maioria) na região fisiográfica da Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul. “Escolheram a serra gaúcha, especificamente, a região do campo dos bugres, em decorrência de sua localização: eram as terras mais próximas da capital”. (CERQUEIRA, 2003, p. 3).

Quando se trata da presença da imigração italiana no Rio Grande do Sul a região fisiográfica da Encosta Superior do Nordeste é mencionada como a principal área concentradora de imigrantes italianos e de seus descendentes. Não obstante, é importante destacar que existem registros de imigrantes italianos em outros municípios, principalmente, na porção sul do estado.

4.3.1 A imigração italiana na porção sul do estado: o caso do município de Pelotas

Por volta de 1736, foram concedidas as primeiras sesmarias a ex-tropeiros e militares que haviam participado da luta pela fixação das fronteiras ao sul do continente. Foram ocupadas zonas do litoral, no centro e nas fronteiras sul e oeste, conhecidas como “terras de campo”, onde foi desenvolvida uma pecuária extensiva. Cada propriedade desse gênero tinha de 11 mil a 13 mil hectares de extensão.

Entretanto, ao lado das sesmarias, o povoamento de Pelotas guarda na sua história a presença da pequena propriedade, fruto da ação pioneira desempenhada pelas populações procedentes das ilhas dos Açores, Madeira e Ilhéus e que, posteriormente, foi seguida pelos imigrantes de origem européia. Este tipo de colonização foi estabelecida com base numa estrutura fundiária formada por módulos inferiores a 50 hectares. Hoje em dia, embora existam grandes propriedades ligadas à pecuária e à rizicultura, ainda permanece um flagrante predomínio, tanto em número quanto área, dos estabelecimentos de 10 à 15 hectares.

No bojo desse processo, a pequena produção familiar foi introduzida no município de Pelotas, facilitando a formação lado a lado, de duas sociedades rurais de origens étnicas diferentes, que ocupam áreas topograficamente

distintas e que se caracterizam por desenvolver atividades econômicas diferenciadas.

O distrito de Rincão da Cruz- 8° distrito do município de Pelotas – (recorte espacial analisado nesta pesquisa), é formado pelas seguintes localidades: São Manoel, Maciel, Santa Helena, Rincão da Caneleira, Rincão da Cruz, Santa Eulália, Santa Maria (parte) e Santa Áurea (parte), Arroio Bonito (parte), Colônia Municipal (parte) e Colônia Dias (parte).

Constata-se que o distrito de Rincão da Cruz foi colonizado, principalmente, por italianos (destacando-se as colônias Maciel, Rincão da Caneleira, Santa Eulália, Santa Maria), e também por alemães e pomeranos (São Manoel, Santa Helena, Colônia Municipal, Rincão da Cruz).

A imigração Italiana no município de Pelotas tem seu inicio a partir de 1884, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos que se instalam no espaço rural pelotense, principalmente, na denominada Colônia Maciel[17] localizada no 8º distrito de Rincão da Cruz - principal núcleo de colonização italiana do município.

Como consta no registro histórico do livro Tombo da igreja Sant'Anna, a Colônia Maciel tem a sua formação por volta de 1883, com a chegada de um antigo proprietário chamado Maciel. Este processo de colonização não foi oficial, de modo que a sua formação foi considerada privada, mesmo com o governo auxiliando os imigrantes recém chegados. Destaca-se a dificuldade para se localizar registros acerca da formação desta colônia como afirma Panis:

> Em se tratando dos imigrantes italianos, cabe ressaltar, que a literatura histórica sobre eles no município de Pelotas é, ainda, bastante restrita e, talvez, isto reflita o próprio fato de a colônia deste município não receber o reconhecimento histórico como 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande de Sul (PANIS, 2007, p. 67).

[17] No sul do Brasil, segundo Seyferth (1990, p.25) "o termo colônia designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural." No caso do recorte empírico desta pesquisa, os termos colônia e colonial se referem, simultaneamente, às áreas de colonização européia não portuguesa e ao caráter familiar camponês das propriedades rurais.

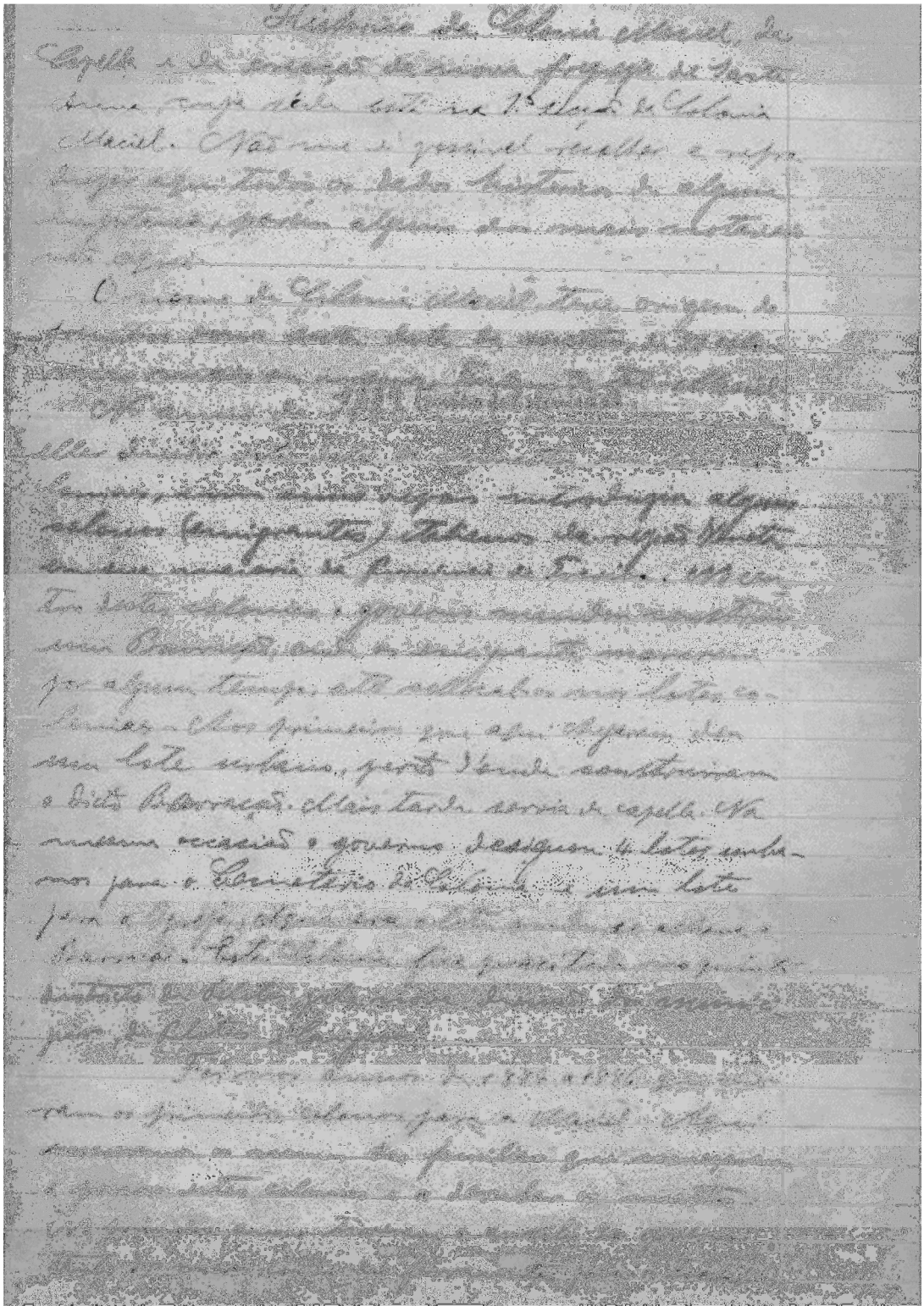

Figura 07: Página do Livro Tombo da Igreja Sant'Anna, na Colônia Maciel – Carta de Fundação da Colônia.
Fonte: Arquivo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM.

Entre os anos de 1884 a 1886 tem-se a chegada dos primeiros imigrantes vindos da região do Vêneto na Itália. Contudo, oficialmente, a Colônia Maciel, segundo Fetter (2002), foi fundada em 1902 pelo governo

estadual, com uma área inicial de 1400 hectares e com uma população de 440 habitantes, (imigrantes italianos e portugueses). Além disso, outra colônia que ganha importância neste contexto é a Colônia São Manoel, onde também há registros de imigrantes italianos, mas que tem a sua formação marcada pelos imigrantes alemães e a sua fundação, segundo Fetter (2002), ocorreu em 1913, sendo esta uma colônia de caráter particular, com uma área inicial de 400 hectares.

Este grupo étnico imprimiu no território fortes traços culturais e manteve presente até os dias atuais práticas e hábitos tradicionais, tanto no que concerne ao patrimônio imaterial, como as práticas do saber-fazer herdadas dos antepassados presentes nos sistemas agrícolas relacionados ao cultivo de videiras, na fabricação do vinho, na produção de alimentos como queijos, salames e outros, quanto ao patrimônio material, presente nas casas de pedra, nos instrumentos agrícolas, na fabricação de pipas para armazenar o vinho, registros preservados no acervo do museu etnográfico da colônia Maciel.

5. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL A PARTIR DA PRODUÇÃO VITIVINICOLA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS

"Meu avo e meu pai produziram o vinho desde sempre e eu sigo esta tradição" produtor JCM (pesquisa de campo 2013)

"Não existe uma identidade étnica, o que nos une nas reuniões é o vinho". produtor LN (pesquisa de campo 2013)

É fato que todos os grupos de seres humanos procuram se territorializar, buscando, com este movimento, uma forma não só de garantir sua sobrevivência biológica, mas também, de se reproduzir socialmente no território. Os processos imigratórios para o Rio Grande do Sul são um exemplo de como diversos grupos de imigrantes que organizam um território, antes desconhecido, procuram nele criar vínculos de identidade. Para Haesbaert(1999),

> Determinados grupos culturais podem não apenas entrecruzar sua identidade no confronto com outras culturas, mas também levar sua territorialidade consigo, tentando reproduzi - lá nas áreas para onde se dirigem. (HAESBAERT, 1999, p. 184)

Desta forma, demonstra-se que o movimento imigratório para o Rio Grande do Sul pode ser caracterizado pela criação de territórios e de territorialidades. No município de Pelotas, este foi um processo muito significativo, sendo caracterizado pela presença de uma diversidade étnica-cultural (italianos, franceses, alemães, pomeranos, portugueses, etc.) a qual possibilitou a construção de inúmeras identidades, como por exemplo, a partir de uma prática e um produto comum, unir simbolicamente um determinado grupo social em torno da produção vitivinícola.

Assim que o vinho passa a ser possuidor de um poder simbólico e faz dele uma referência na cultura local, remetendo a lembranças de outros territórios e, até mesmo, a outro espaço/tempo. Ou seja, os produtores rurais, retrospectivamente, procuram uma identificação com o país de origem de seus descendentes e, prospectivamente, constroem uma estratégia de reprodução socioterritorial, partindo do principio de que este produto é utilizado como fonte de renda complementar para as famílias rurais e como atrativo turístico para a população urbana.

5.1 Breve historia do vinho e a produção vinícola no Brasil

O vinho é uma bebida obtida através da fermentação da uva e sua história pode ser reconstituída paralelamente a história da humanidade. Os primeiros indícios do cultivo de videiras datam aproximadamente de 7.000 anos A.C, e o inicio da produção de vinho remonta a partir de 5.000 A.C, na região

do chamado Crescente Fértil, no Oriente Médio. Contudo, foram os egípcios que deram maior valor a esta bebida, não só sendo os primeiros a representar o vinho nas artes (pinturas), que datam de 2.000 A.C a 1.000 A.C, como também, dando a devida importância para a produção, o consumo e refinamento. (PHILLIPS, 2003)

Ainda, segundo Phillips (2003), o vinho juntamente com a videira, também ganha destaque na literatura hebraica, sendo o "alimento" mais citado na Bíblia. Durante a história é citado diversas vezes sendo considerado por alguns povos um elemento sagrado em sua cultura. Todavia, outros o consideram "profano e disseminador da desordem", como é o caso do Alcorão, onde o vinho é tratado com dualidade, de modo que é visto como promotor de bem estar, mas também responsável pela violência e por comportamentos antissociais.

Já na Grécia (1.500 a.C.) e em Roma (753 a.C.) o vinho era consumido de uma maneira distinta, era possuidor de um status social e detinha um valor simbólico, sendo consumido em reuniões e considerado elemento de coesão social. Segundo Phillips (2003),

> Na Grécia, o vinho era consumido em ocasiões públicas, reservadamente em casa ou em tabernas. O consumo de vinho por homens foi institucionalizado pelo simpósio (da palavra grega symposion, que significa "bebendo juntos"), uma ocasião formal que acontecia em residências particulares depois da refeição principal da noite. (PHILLIPS, 2003, p. 74)

Com a queda do império romano (476 d.C.), a produção e o consumo de vinho se restringem aos mosteiros e a igreja passa a dominar as técnicas de produção mais elaboradas. Já na América, a introdução da videira ocorre a partir do seu "descobrimento", no final do século XV. Conforme explica Valduga (2007):

> Com Cristóvão Colombo, a videira europeia chegou à América em 1493. Foi espalhada pelo continente, especialmente no México, no Sul dos Estados Unidos e, a seguir, às colônias espanholas da América do Sul. (VALDUGA, 2007, p. 21)

Na América a produção aumentou e se especializou. Com o tempo a fabricação do vinho foi se aprimorando e se disseminando pelo mundo, tanto

no que diz respeito a sua produção, como também no que tange ao seu consumo.

Este produto, ao longo da história, passou por diversas transformações e adaptações no seu sistema de produção. No Brasil, a vitivinicultura teve seu inicio com a colonização portuguesa. O primeiro colonizador a introduzir a vitivinicultura neste país foi Martin Afonso de Souza, em 1532. “Martin Afonso de Souza, em 1532, levou as videiras da Ilha da Madeira, em Portugal, ao Brasil, onde foram plantadas inicialmente por Brás Cubas no Litoral paulista e depois na região de Tatuapé”. (VALDUGA, 2007, p. 21)

A introdução desta atividade ocorre a partir do litoral brasileiro, principalmente no Estado de São Paulo (antiga vila de São Paulo), como afirma Gabriel Soares de Souza, no tratado descritivo de 1557:

> Na capitania de São Vicente porque não tem formiga que lhe faça nojo, onde há homens que colhem já a três e quatro pipas de vinho cada ano, ao qual dão uma fervura no fogo por se lhe não azedar o que deve de nascer das plantas. (SOUZA, 1557, p. 166)

Além disso, neste tratado descritivo, o próprio autor ressalta como a introdução dos vinhedos se expandia por toda a capitania.

> Das árvores a principal é a parreira, a qual se dá de maneira nesta terra, que nunca lhe cai a folha, se não quando a podam que lha lançam ora; e quantas vezes a podem, tantas dá fruto; e porque duram poucos anos com a fertilidade, se as podam muitas vezes no ano; é a poda ordinária duas vezes para darem duas novidades, o que se faz em qualquer tempo do ano conforme ao tempo que cada um quer as uvas, porque em todo o ano madurecem e são muito doces e saborosas, e não amadurecem todas juntas; e há curiosos que têm nos seus jardins pé de parreira que têm uns braços com uvas maduras, outros com agraços, outros com frutos em flor e outros podados de novo; e assim em todo o ano têm uvas maduras, numa só parreira; mais não há naquela terra mais planta que de uvas ferrais e outras uvas pretas, e não há nessa terra muitas vinhas é por respeito das formigas, que em uma noite dão numa parreira, lhe cortam a folha e fruto e o lançam no chão; pelo que não há na Bahia tanto vinho como na ilha da Madeira. (SOUZA, 1557, p. 166).

Ao longo da história da colonização, os vinhedos continuaram a se proliferar pelo território nacional, geralmente como uma atividade secundária nas propriedades rurais. A variedade de uva mais utilizada era a variedade *Isabel,* uma uva hibrida natural, oriunda do cruzamento genético de duas variedades*: vitis labrusca e vitis vinífera*. Esta uva possui uma fácil adaptação

aos ecossistemas tropicais e sub-tropicais e uma grande produtividade, originando vinhos de mesa, geléias, sucos, vinagres, etc.

Permeando a história da vitivinicultura brasileira, percebe-se uma grande dificuldade em identificar o processo de implantação e desenvolvimento da vitivinicultura no âmbito nacional, esta é mais retratada no contexto histórico dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, sempre ligado à imigração italiana.

5.2 A vitivinicultura no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul a vitivinicultura encontra seu principal expoente na imigração italiana. Contudo, é imprescindível relatar que não é através desta etnia que o cultivo de videiras é instalado neste Estado. Como relata Valduga (2011), “a videira foi introduzida por volta de 1626 pelo jesuíta natural de Buenos Aires, Roque Gonzales que, em São Nicolau, na fase que antecedeu os sete povos das missões, plantou videiras”. (VALDUGA, 2011, p. 91)

Esta uma das hipóteses de como se deu a introdução da videira no RS. O fato é que não era interesse da Coroa Portuguesa incentivar a policultura nas suas colônias, logo, o cultivo foi proibido no período de 1500 a 1822. Não obstante, esta restrição não foi decisiva para impedir o cultivo doméstico, nos quintais das propriedades rurais e urbanas.

Em meados de 1820, Auguste Saint-Hilaire, no seu livro “Viagem ao Rio Grande do Sul” descreve a produção vinícola em Porto Alegre: “A vinha medra muito bem, há quem fabrique vinho, mas de qualidade inferior e sem aceitação”. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 54)

Ainda, descrevendo a questão vinícola no Brasil neste período histórico, o autor critica o governo por não oferecer estrutura para a expansão da produção neste país.

> A implantação generalizada do hábito de beber qualquer qualidade de vinho, entre os brasileiros, seria, pois, um verdadeiro benefício e, por consequência, o Governo devia encorajar, por todos os meios possíveis, o plantio da vinha e a fabricação do vinho nas regiões do Brasil onde possa haver esperança de sucesso. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 54)

O relato do autor demonstra que existia no Brasil uma potencialidade para produção vinícola, a qual deveria ser explorada pelos colonizadores. Não obstante, o incentivo não se concretizou devido à concorrência que esse enfrentaria com os vinhos portugueses. Saint- Hilaire (2002) observa que a vitivinicultura se dava de forma artesanal, em pequena escala e voltada para a população mais carente, em vista de que a parcela da sociedade melhor estabelecida economicamente tinha preferência pelos vinhos portugueses. Conforme explica o autor:

> As pessoas, embora pouco abastadas, usam o vinho generoso do Porto e, como a peque na quantidade de vinho que se produziu até agora no Brasil está muito longe de ser boa, torna-se desprezado, escarnecido, o que desestimula aqueles que se ocupam com tais experiências. Não há dúvida, porém, que o pior vinho daqui é mais apetecível às pessoas pobres, impossibilitadas de comprar o vinho português . (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 54)

O desprezo pela produção nacional era compreensível partindo do pressuposto de que o Brasil tornava-se um grande importador do vinho português. O aumento da produção ocorre somente a partir da chegada dos imigrantes europeus não portugueses ao Rio Grande do Sul, principalmente alemães, italianos e franceses.

> O vinho era o principal produto importado pelo Brasil colônia e sua importação atendia à demanda da elite econômica e cultural na época. A importação de vinhos somente começou a declinar depois de 1850, a partir da chegada de imigrantes italianos, inicialmente em São Paulo para o trabalho nas lavouras de café e, posteriormente, ao Rio Grande do Sul. Esses imigrantes começaram a cultivar videiras em maior escala. (VALDUGA, 2011, p. 92)

Os imigrantes alemães são os primeiros a chegar ao Estado do Rio Grande do sul, por volta de 1824, instalando-se na região central, nas margens do Rio dos Sinos e Caí. De acordo com Furtado (2003),

> O governo imperial instalou a primeira colônia em 1824, em São Leopoldo, e, depois da guerra civil, o governo da província realizou fortes inversões para retomar e intensificar a imigração desta origem. Contudo, a vida econômica das colônias era extremamente precária, não havendo mercado para o excedente de produção. (FURTADO, 2003, p. 131)

Os imigrantes alemães se instalaram nos vales dos rios Jacui, Caí, Taquari e Sinos, recebendo lotes doados pelo governo. Este por sua vez

detinha o poder territorial sobre terras devolutas, tendo como objetivo não só ocupar o espaço onde não ocorria produção agrícola, mas também buscando uma maior integração com o restante do país. Deste modo, o objetivo da imigração e colonização não portuguesa era ocupar terras impróprias para a pecuária, que já estava estabelecida na parte sul do território. A respeito da parte sul do Estado, Heidrich (2000) explica que:

> As regiões formadas nesse período constituem territórios de domínio oligárquico, embora estivessem sujeitos à administração da coroa. Ocorre que, em grande parte, este domínio realizou-se com um consentimento dela própria, pois assim estabelecia meios de fixar não apenas populações, mas, principalmente, formas de exploração territorial que lhes retornavam em ganhos econômicos naquele sistema colonial. (HEIDRICH, 2000, p. 55)

A colonização, até o momento da imigração europeia não portuguesa, foi levada a cabo por portugueses e espanhóis que se estabeleceram em grandes propriedades, praticando uma pecuária extensiva, voltada para o comércio interno e externo (sem considerar a comercialização de produtos contrabandeados na fronteira com o Uruguai).

Diversas foram as etnias que tentaram produzir vinhos no Rio Grande do Sul, principalmente franceses na região de Pelotas, os alemães no centro do estado e, por fim, os italianos em diversas regiões. Contudo, o aumento exponencial da vitivinicultura no Rio Grande do Sul se dá, de fato, pela presença da imigração italiana. Essa corrente migratória adentra o território sulino sob o marco da lei de terras no Brasil[18], a qual instituía as relações capitalistas sobre a terra, encerrando com o sistema de sesmaria (por meio da doação) no território nacional.

É sabido que esta imigração foi de suma importância, principalmente para a região nordeste do referido estado, contudo é necessário destacar a evolução da produção vitivinícola que ocorreu em outras regiões do Rio Grande

[18] Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por titulo de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples titulo de posse mansa e pacifica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a titulo oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizando o Governo a promover a colonização estrangeiras na forma que se declara. D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súbditos, que a Assembleia Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:
Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra. Lei n° 601, Lei de Terras, de 1850.

do Sul e que hoje começam a se destacar em âmbito local. Como escreve Valduga (2011), as regiões de imigração italiana no Rio Grande do Sul que se formam até o final do século XIX são: (FIGURA 08)

> Região nordeste do Estado, colônias de Caxias, Conde D"Eu, Dona Isabel, "'Antônio Prado e Alfredo Chaves", a quarta colônia "Silveira Martins", próxima a Santa Maria na área central, e Pelotas "colônia Maciel", que recebeu um contingente de italianos. (VALDUGA, 2011, p. 97, aspas no original)

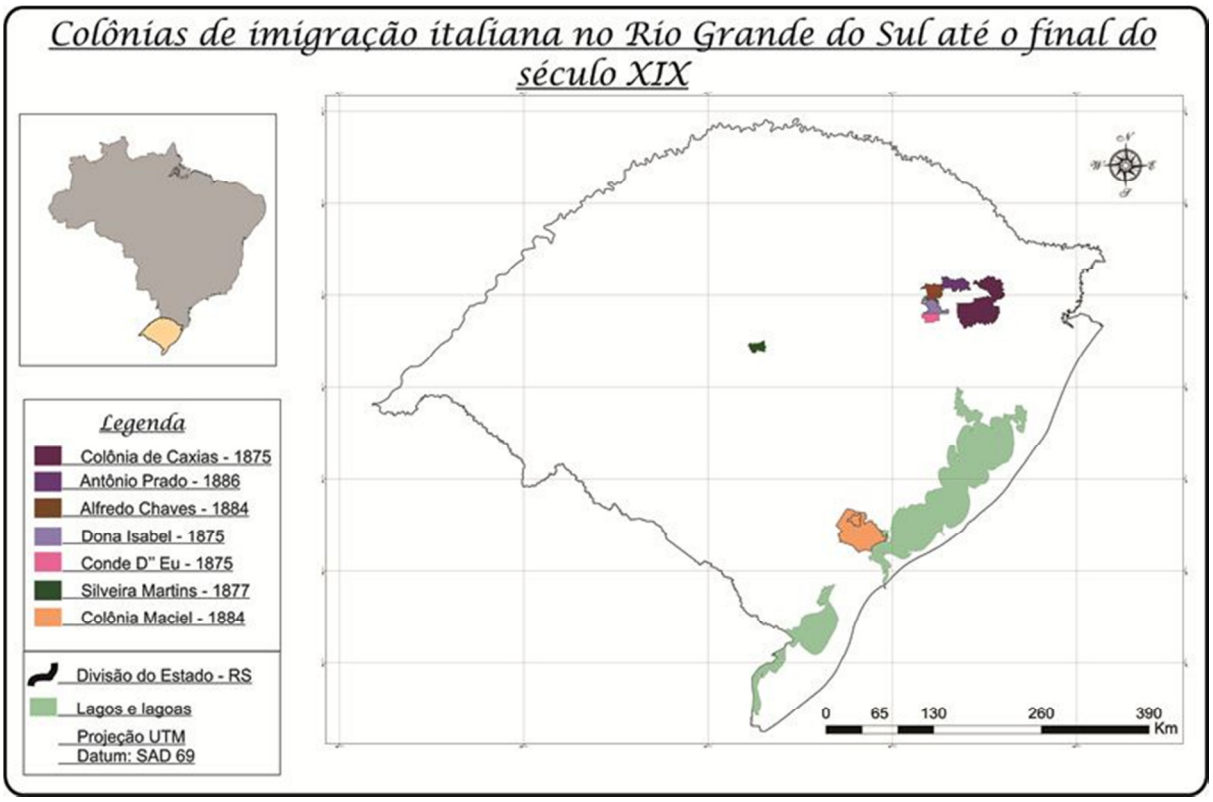

Figura 08: Localização das primeiras colônias de imigração italiana no rio Grande do Sul.
Fonte: elaborado pelo Autor, 2012.

É imprescindível destacar que não foi somente a imigração italiana a responsável pela produção de uva e vinho no Rio Grande do Sul, outras etnias também contribuíram na implantação e reprodução da vitivinicultura até os dias atuais. Dentro deste contexto, o município de Pelotas se apresenta como sendo um dos lugares mais antigos tanto no que tange a produção de uva e vinho, como também, as relações dessa atividade com a imigração francesa e italiana.

5.3 A introdução da vitivinicultura no município de Pelotas

Os registros históricos acerca da produção vitivinícola no município de Pelotas são escassos. Contudo, ressaltam-se algumas contribuições bibliográficas na sistematização desta retrospectiva histórica, como os estudos de Marinês Zandavalli Grando, Fabio Vergara Cerqueira, entre outros, que buscaram em registros documentais e relatos de história oral reconstituir a trajetória desta atividade na área colonial[19] do município.

Como destaca Grando(1987):

> A vinha estendeu-se no Rio Grande do Sul praticamente em todo território ocupado pelo imigrante europeu não português, sendo, mesmo pioneiramente, cultivada por açorianos. No entanto a fabricação doméstica de vinhos adquiriu um caráter comercial entre os seguintes núcleos de imigrantes: franceses em Pelotas; suíços e alemães em São Lourenço, São Sebastião do Caí, Santa Cruz do Sul e, Estrela; açorianos em Rio Grande; alguns austríacos que se estabeleceram na região nordeste; e, finalmente, os italianos em toda essa região. (GRANDO, 1987, p.1)

A produção vitivinícola no Município de Pelotas se deu principalmente na região de relevo mais movimentado do referido município[20], e, esta se caracterizou por não ser exclusiva de uma corrente étnica, mas sim, por estar relacionada a diversas etnias.

O recorte histórico analisado permeia o final do século XIX e inicio do XX. Até esta época, Pelotas foi responsável por uma das maiores produções vinícolas do Rio Grande do Sul.

> Essa região colonial propiciou uma importante produção vitícola desde o final do século passado até os anos 30, período no qual Pelotas figurou entre os maiores produtores de vinho do Rio Grande do Sul. Ocuparam-se dessa produção não só os imigrantes franceses e seus descendentes, porém foi a atuação desses agricultores (chegados, em 1880, na Colônia Santo Antônio) fundamental para o desenvolvimento da vinha em Pelotas. (GRANDO, 1987, p.1)

[19] O termo colono tem sua origem na administração colonial, segundo Seyferth (1990) eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização.Já o termo colônia "designa tanto uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo em terras devolutas, como também é sinônimo de rural. Ou seja, a área rural de um município é chamada, hoje, de colônia, e seus habitantes são colonos". (SEYFERTH, 1990, p.25)

[20] Mais especificamente, em termos geológicos, no Escudo Cristalino Sul-riograndense.

Além dos franceses, que se instalam principalmente na Colônia Santo Antônio, localizada no distrito denominado de Quilombo, menciona-se outras etnias que colonizaram o espaço rural de Pelotas, como alemães, pomeranos, italianos, afro-descendentes, luso-brasileira e sírio-libanesa, com demonstra o mapa elaborado pelo projeto Inventário Nacional de Referências Culturais - Doces tradicionais de Pelotas. (FIGURA 09)

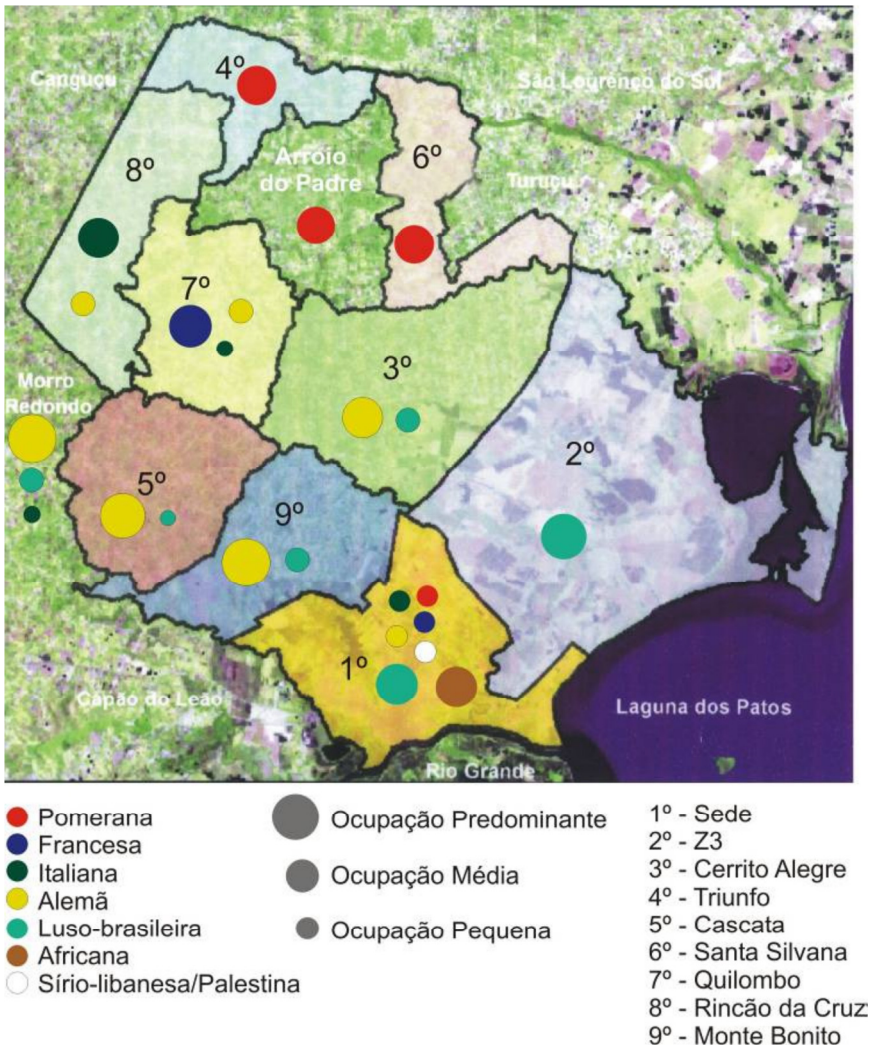

Figura 09 - Mapa indicando as presenças étnicas nos distritos de Pelotas.
Fonte: Projeto Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) – Doces tradicionais de Pelotas, 2007, p. 09.

Percebe-se que o município de Pelotas é composto por uma grande diversidade étnica, estabelecendo o que Cerqueira (2004) denomina de “mosaico étnico”.

> A história da composição étnica da cidade e seu território, nos seus dois séculos de história, permitem-nos caracterizá-la como um

> mosaico étnico. Este mosaico assume morfologia bastante peculiar na paisagem cultural da Serra dos Tapes. (CERQUEIRA, 2004, p. 5)

A primeira corrente étnica a produzir e comercializar o vinho no referido município foi a francesa. Na região colonial produziam um vinho artesanal, o qual era comercializado na própria área rural e com municípios próximos. Segundo Grando (1987),

> Não foi possível determinar quando a vinha passou a ser explorada comercialmente em Pelotas. Sabe-se, no entanto, que na Serra de Tapes, onde a produção adquiriu certa importância, a cultura foi introduzida pelos colonos franceses quando lá se instalaram em 1880. Utilizaram de bacelos de uvas americanas, pois as castas europeias estavam empobrecidas no território do Rio Grande do Sul. Por essa época, iniciava-se apenas a vitivinicultura no sul do Brasil, e o vinho era feito de modo completamente artesanal. (GRANDO, 1987, p.2)

O primeiro empreendimento vinícola, que se tem conhecimento no município de Pelotas, estava localizado onde hoje (emancipado de Pelotas) se encontra o município de Morro Redondo, Conforme esclarece Grando (1987)

> A vinícola Bruyéres,de propriedade de Amadeo G. Gastal, imigrante francês residente na cidade de Pelotas, onde exercia profissão liberal, é a mais antiga. Estava localizada em Monte Bonito a 18 km da cidade. Possuía um parreiral próprio, produzia vinhos de castas europeias e conhaque considerados de muito boa qualidade. A segunda vinícola, a Quinta Bom Retiro, foi estabelecida por Ambrósio Perret. Distava 22 km da cidade e também possuía um parreiral próprio. Com o desenvolvimento dos vinhedos coloniais, esses dois fabricantes compravam uvas dos colonos para também produzir vinhos. Em 1890, foi fundada nova fábrica de vinhos e conhaques, localizada na cidade, de propriedade de Luiz Juvêncio da Silva Leivas que figurou como comprador de uvas da Serra de Tapes e da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande) para sua produção de vinhos. (GRANDO, 1987, p.2)

A crescente produção vinícola ganha impulso a partir de 1880, com a chegada dos imigrantes italianos na Colônia Maciel (8º distrito de Pelotas). Como atesta o produtor entrevistado *JC*, os primeiros imigrantes italianos localizaram-se no que foi denominado pelo produtor de *barracón*.

> *Meus avós e pais chegaram aqui (Colônia Maciel) em 1884. Começaram a plantar a uva em 1888. Junto com eles chegaram 12 famílias e se instalaram no barracão. O governo "deu" as terras (parcelou) e aqui eles ficaram.* (Pesquisa de campo, 2013)

E acrescenta:

> *Aqui era tudo mato. Não tinha onde planta e não tinha estrada. Era bem difícil no começo, mas logo que chegaram meu avô ergueu uma casa e começou a plantar uva tipo Isabel.* (Pesquisa de campo, 2013)

Observa-se pelos relatos que, na chegada, os imigrantes, mesmo com as dificuldades impostas pelo relevo e vegetação, se instalaram e começaram a cultivar videiras, e, posteriormente, deram inicio a produção de vinho. Nos primeiros tempos da produção vinícola na colônia essa era elaborada para o autoconsumo das famílias, ou seja, o vinho era produzido no interior dos porões das casas. (Figuras 10 e 11)

Figura 10: Casa construída pelo imigrante Giusto Casarin – Colônia Maciel/Pelotas
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Figura 11. Datação da construção da casa talhada na pedra – Colônia Maciel/Pelotas
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Percebe-se que a produção era organizada de forma que, a parte inferior da residência era destinada ao armazenamento do vinho, chamada de *cantina,* pois, com o uso da pedra na construção a temperatura do ambiente se mantém mais estável e conserva a umidade do ar. Além de servir para guardar o vinho, a cantina tinha como objetivo preservar a qualidade de outros alimentos, como os salames e queijos, que eram produzidos pelas famílias e que também eram armazenados neste lugar. Conforme explica Valduga (2011),

> No porão se faz a guarda do vinho. Há para isso necessidade de condições especiais de umidade e temperatura. Daí a preferência por paredes de pedra, com aberturas gradeadas ou treliçadas para ventilação. No porão também se guardam os queijos e salames, suspensos ou pendurados nos barrotes de entrepiso com dispositivos para impedir o acesso de ratos. (VALDUGA, 2011, p. 103)

Logo, com o advento da chegada dos imigrantes italianos, as primeiras videiras foram plantadas na Colônia Maciel e, além de destinar a produção para fabricação do vinho para o consumo familiar, os colonos italianos passaram a estabelecer relações de venda da uva para servir de matéria prima para o vinho que era produzido pelos franceses. Assim, segundo Grando (1987),

> Efetivamente, a viticultura foi-se tornando animadora no Município. Em 1911, existiam aproximadamente 350 mil pés de videiras

> plantadas. A fabricação de vinho passou a ser preferida por muitos agricultores. (GRANDO, 1987, p. 6)

É interessante observar que, com o inicio da plantação de videiras e da fabricação do vinho, se denota uma tentativa de reterritorialização por parte desses imigrantes, pois eram sujeitos históricos que foram desterritorializados e que buscavam construir um novo território, a partir de suas práticas sociais e produtivas. Como explica Corrêa (2002)

> Desterritorialidade é entendida como perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Novas territorialidades ou re-territorialidades por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios, seja através de reconstrução espacial, in situ, de velhos territórios, seja por meio de recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono no velho território para o novo. (CORRÊA, 2002, p. 252)

Cerqueira (2003) enfatiza este processo histórico, analisando a saída da Itália como representação da desterritorialização sofrida pelos imigrantes.

> Camponeses italianos fugiram do desgaste do solo, das expropriações de terras, do orgulho ferido por décadas de domínio Áustro-húngaro no norte da Itália. Sonhava-se com liberdade, com uma pequena porção de terra. O sonho de fazer a América era também de construir uma outra Itália com dignidade. (CERQUEIRA, 2003, p.4).

A construção de uma "nova Itália", relatada pelo autor, nada mais é do que a tentativa de manutenção da identidade territorial deste grupo social, buscando reconstruir seus traços culturais. De alguma maneira, resgatar a sua identidade significa um processo de reterritorialização em outro lugar. Para Saquet (2007)

> Os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas formas de relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados. (SAQUET, 2007, p.163)

Tomlinson (2006) acrescenta que:

> Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. Desterritorialização é uma condição ambígua que combina benefícios e custos com várias tentativas de restabelecer. Assim, a

> desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço. (TOMLINSON 1999, p. 148-149)

Sendo assim, o que se observa é a existência de um imigrante des-territorializado que busca em seus traços culturais uma reterritorialização fundamentada na reconstrução das identidades. Através deste movimento (que não é exclusivo da imigração italiana) a vitivinicultura, como traço da identidade territorial, foi se fortalecendo no município de Pelotas.

5.4 O apogeu e a decadência da vitivinicultura no município de Pelotas

A partir do inicio do século XX, a produção vitivinícola era representada, sobretudo, por duas etnias no município de Pelotas: os imigrantes italianos e franceses e seus descendentes. A principal localização dessa atividade se dava nas colônias Maciel, Santo Antônio e Santa Silvana e a principal variedade de uva cultivada era a *Isabel*[21] (a qual, atualmente, ainda é a mais representativa no município), utilizada, principalmente, para fabricação de vinhos de mesa e sucos.

A importância histórica deste produto fica evidente no relato do produtor entrevistado *JCM*, demonstrando que os imigrantes tinham na vitivinicultura um elemento cultural identitário.

> *Meu pai plantava uva desde quando chegou [...] Tinha muita parreira e muito vinho.* (Pesquisa de campo, 2013)

Outra representação histórica dessa prática encontra-se no acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel (Figura 12), o qual reúne diversas evidências históricas da produção vitivinícola (Figuras 13, 14 e 15). Como por exemplo, na figura 14 que mostra a cantina onde o vinho era fabricado no inicio do século XX.

[21] A uva tipo *Isabel* é uma variedade de origem americana, a qual era utilizada devido a sua fácil adaptação. Além disso, a mesma é incorporada no território nacional pelo motivo que as variedades que eram trazidas pelos imigrantes não sobreviviam a longa viagem de navio da Europa para a América.

Figura 12. Museu Etnográfico da Colônia Maciel
Fonte: Acervo do autor 2012.

Figura 13: Acervo do museu etnográfico da Colônia Maciel
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Figura 14: Acervo do museu etnográfico da Colônia Maciel
Fonte: Acervo do autor, 2012.

Figura 15. Angelo Ceron na sua cantina.
Fonte: Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, 2012.

Conforme esclarece Grando (1987):

> Efetivamente, a viticultura foi-se tornando animadora no Município. Em 1911, existiam aproximadamente 350 mil pés de videiras plantadas. A fabricação de vinho passou a ser preferida por muitos agricultores. [...] Os primeiros passos no sentido de um aperfeiçoamento da produção vinícola foram dados com o movimento cooperativista de 1911 e 1912. As cooperativas que foram organizadas por iniciativa governamental entre os agricultores italianos criaram as bases para o progresso da vinificação. (GRANDO, 1987, p. 4)

Desta maneira, com a expansão da vitivinicultura no município de Pelotas, surge o incentivo por parte do governo para uma maior especialização desta produção. A primeira ação governamental (1909)[22] foi a contratação de um enólogo italiano para analisar a produção, buscando um maior controle de qualidade para o vinho produzido na colônia. Esta iniciativa do Estado pode ser entendida com certa dualidade, pois, de um lado tem-se a tentativa de sistematização da produção, bem como, seu enquadramento às normas técnicas para o comércio. E, por outro lado, esta normatização levou grande parte dos produtores a abandonar a produção do vinho para o mercado, uma vez que não conseguiam cumprir todas as exigências técnicas, passando a se dedicar somente ao plantio da uva. (GRANDO, 1987)

Com todas estas imposições sobre os colonos produtores, os mesmos acabam abandonando a fabricação artesanal voltada para a comercialização, porquanto, além dessa ser considerada anti-higiênica, estes não disponibilizavam nem de tempo nem de capital para melhorar as condições de produção doméstica do vinho. Desse modo, temos a separação entre a agricultura e a indústria doméstica rural, com uma centralização do capital nas mãos dos comerciantes. Logo, estes comerciantes-fabricantes tornam este processo uma forma de integração de cadeias produtivas, delegando ao camponês somente a função de produtor de uva. Conforme esclarece Grando (1987),

> A reação dos mais capacitados foi associarem-se em cooperativas como forma de sobrevivência. Da luta dos camponeses com o capital comercial renasceram as cooperativas vitícolas definitivamente. Mas, em contrapartida, instaurou-se o movimento irreversível de separação

[22] Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1909, pelo intendente engenheiro José Barbosa Gonçalves. Pelotas, 1909

> entre o processo de produzir a uva e o de transformá- la em vinho. (GRANDO, 1987, p. 4)

Dentro desta lógica de cooperativismo rural, algumas associações de produtores foram criadas na colônia de Pelotas. Na colônia francesa, onde já existia uma quantidade significativa de vitivinicultores, inicia uma série de mudanças de ordem técnica. Um exemplo disso é quando, a partir da década de 1930, ocorre uma concentração da produção em grandes cantinas particulares. Uma das cantinas de grande expressão era denominada de Quinta Pastorello, de origem francesa, e gerenciada pela família Ribes na colônia Santo Antônio. Conforme explica Grando(1987):

> Em 1936, seu parreiral possuía 30.000 pés que produziram 16.000kg de uva; em 1942, a produção de vinho dessa cantina foi de 42.000 litros. A variedade americana (Isabel) era a predominante, mas havia, na Quinta Pastorello, um parreiral experimental com diferentes variedades de vinhas. A cantina media 21 metros de comprimento por 8,.5m de largura. Possuía 10 tanques para fermentar o vinho com capacidade de 2.500 arrobas de uva (37.500kg) e nove depósitos para o vinho, com capacidade total de 130.500 litros. A máquina para desencaroçar e esmagar a uva era de autoria do próprio Sr. Ribes. O engarrafamento e a rotulagem do vinho eram feitos manualmente. (GRANDO, 1987, p. 6)

O cultivo da uva e a fabricação de vinho na colônia de Pelotas eram tão expressivos que, no ano de 1940, na Colônia Maciel ocorre a fundação da "Cooperativa Néo-Vigor" (Figura 16), a primeira cooperativa que reúne imigrantes e descendentes de italianos no município de Pelotas.[23]

[23] Não existem registros documentais acerca dessa cooperativa, somente relatos orais e o rótulo do vinho produzido e que foi guardado pelo produtor JC.

Figura 16: Rótulo do vinho produzido pela Cooperativa Néo-Vigor, em 1942.
Fonte: Acervo do entrevistado JC, 2013.

Segundo relatos orais, a “Cooperativa Néo-Vigor” foi fundada na década de 1940 pelos descendentes de imigrantes italianos, uma vez que o momento histórico favorecia a produção vitivinícola. Além da identidade cultural que este produto representava para os imigrantes, também gerava renda para as famílias, sendo, muitas vezes, o principal ingresso monetário em muitas propriedades rurais na colônia.

Segundo o entrevistado JC, a Cooperativa foi idealizada pelo primeiro professor da Colônia Maciel, chamado José Rodrigueiro. Segundo o produtor

JCM, a Cooperativa contava com quatro pipas de madeira com capacidade de 8 a 10 mil litros de vinho.

É importante observar como o vinho cumpria uma função no imaginário deste grupo social, muitas vezes associado como alimento ou remédio. O próprio nome da Cooperativa, composto pelo prefixo “Neo” que significa novo e “Vigor” relativo à força ou energia, demonstrando que o vinho era tratado como uma bebida “sagrada” pelos italianos, que alimentava o corpo e o espírito. Para Maciel (2001),

> O homem nutre-se também do imaginário e de significados, partilhando representações coletivas. Se for possível avaliar o valor nutritivo do alimento (um combustível a ser liberado como energia que sustenta o corpo) o ato alimentar implica também em um valor simbólico. (MACIEL, 2001, p. 146)

Outro aspecto interessante do vinho “Néo-Vigor” são as cores da bandeira brasileira estampada no rótulo, o que remete a um período histórico em que o país vivia em plena Segunda Guerra Mundial e sob a política nacionalista do Governo Vargas, gerando uma forte repressão com relação às manifestações culturais de grupos étnicos e seus descendentes, principalmente alemães e italianos. Victoria (2011) explica que:

> A guinada na diplomacia brasileira, que se colocou ao lado dos aliados contra o eixo. Dessa forma, a língua italiana foi proibida juntamente com a alemã, e os costumes italianos foram abafados. [...] foi o período onde a língua italiana foi definitivamente sepultada e a “italianidade” foi forçosamente trocada pela “brasilianidade”. (VICTORIA, 2011, p. 28)

Outro exemplo dessa situação encontra-se ainda hoje registrado no Restaurante Grupelli, localizado na colônia pelotense, no qual a família oriunda da Itália, mais especificamente de Mondova, no norte do referido país, instalou-se na colônia desde 1876 e também sofreu com a repressão durante a ditadura Vargas. Como tentativa de demonstrar sua “lealdade” ao país e reforçando a incorporação da nacionalidade brasileira, os imigrantes pintaram no teto do seu estabelecimento a bandeira do Brasil, como mostra a figura 17.

Figura 17: Bandeira do Brasil, pintada desde a década de 1940, no restaurante da família Grupelli.
Fonte: Arquivo do autor, 2012.
.

Aliada ao aumento da produção e buscando uma maior tecnificação na elaboração do vinho, os cooperados da “Néo-Vigor” (com o apoio da Prefeitura de Pelotas e da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel[24]) contrataram enólogos para auxiliar no processo de fabricação. A ideia foi tão entusiasmante que existiu um movimento em prol da consolidação da vitivinicultura no município. Conforme explica Grando(1987):

> Criava-se a Comissão Pró-Levantamento da Vitivinicultura em Pelotas como parte de uma campanha que deveria lançar as bases para a indústria vinícola no Município nos moldes da existente no nordeste do Rio Grande do Sul, com a criação de cooperativas e grandes cantinas. Essa campanha engajou a imprensa local, interessou o empresariado pelotense, foi apoiada pelo Ministério da Agricultura e pelo Governo do Estado. Tornou-se bastante popular no Município. (GRANDO, 1987, p.8)

[24] “Por parte do poder municipal, persistia, contudo, a esperança da vitivinicultura vir a ser desenvolvida com sucesso e pioneiramente a Prefeitura continuava prestando a assistência técnica que estava ao seu alcance, sobretudo através da Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel.” (GRANDO, 1987, p. 6)

Contudo, a partir da década de 1950, esse movimento foi se desintegrando, principalmente com a introdução de novas culturas agrícolas, as quais geravam maiores rendimentos para os agricultores e, também motivado pela concorrência com a produção vitivinícola da região nordeste do Estado, a qual comercializava um vinho mais barato e de maior qualidade. Segundo Grando(1987),

> Com o avanço da indústria vinícola naquela região, um vinho melhor elaborado tecnicamente e de menores custos invadiu o mercado dos produtores pelotenses, que renunciaram ao cultivo da parreira. Sem chegar a especializar-se, essa região não pode competir com a outra região vinícola. (GRANDO, 1987, p. 8)

A colônia francesa, a grande impulsionadora da vitivinicultura na colônia pelotense, começa a demonstrar sinais de decadência com relação à produção de vinhos. Até as décadas de 30 e 40 do século passado, a produção de uva ainda persistia, com a manutenção das videiras nas propriedades rurais, contudo, a partir da década de 50 tem se o inicio de um processo de substituição de cultivos, afetando diretamente a vitivinicultura. Betemps(1999) explica essa situação:

> Na década de 30, há uma expansão do cultivo do pêssego, que vinha se mostrando a fruta mais comum a ser cultivada, e o vinho, os quais passam a ser a base econômica da colônia sem detrimento ainda da alfafa. Na década de 40 e 50, há um grande comércio de frutas, legumes e hortaliças, porém a alfafa e a uva ainda têm muita força econômica, mas nos anos 50 o vinho declina consideravelmente. (BETEMPS, 1999, p. 10)

Ainda no final da década de 50, a Cooperativa “Néo-Vigor” encerra suas atividades devido a problemas com a qualidade do vinho e também pela queda na produtividade dos parreirais. O entrevistado JCM conta como esse processo aconteceu.

> *Eu ainda era novo, mas lembro de que a cooperativa fechou por causa que o vinho foi adulterado.* (Pesquisa de campo, 2013)

Por outro lado, o produtor JC apresenta outra versão:

> *Na cooperativa nossos pais tinham contratado um enólogo para fazer o vinho, mas como ficou “caro” eles*

> *resolveram fazer o vinho por conta própria. Ai ele estragou e foi devolvido.* (Pesquisa de campo, 2013).

Na década de 1960 observa-se que o cultivo da uva é, paulatinamente, substituído pelo do pêssego. Os agricultores deixaram de elaborar vinhos para o mercado, produzindo somente para o autoconsumo, como forma de manutenção da herança cultural entre os descendentes de imigrantes italianos e franceses, bem como, a permanência de um traço simbólico de ligação do passado com o presente. Segundo Betemps(1999),

> A partir da década de 60, os pessegueiros predominam onde antes havia parreiras, devido a problemas em atender às exigências que o governo vinha impondo desde a década de 30. Também nesta época os maiores produtores já tinham falecido e suas plantações e propriedades tinham sofrido divisões entre os herdeiros que não tiveram a mesma capacidade em levar adiante os negócios da família. A venda de propriedades e a saída de muitas famílias agravaram ainda mais o decréscimo da colônia. (BETEMPS, 1999, p. 11)

Nesse mesmo período ocorre o fechamento da Quinta Pastorello, localizada na colônia francesa, e considerada a maior cantina em funcionamento na colônia. A partir deste momento, o vinho com caráter comercial praticamente deixou de ser produzido em Pelotas.

5.5 A identidade territorial a partir da vitivinicultura

Um dos eixos norteadores do estudo se refere às interrelações entre a formação da identidade territorial, a presença da etnia italiana e a vitivinicultura, ou seja, uma identidade construída a partir de elementos culturais relacionados aos descendentes de imigrantes italianos. Entretanto, durante a pesquisa de campo foi possível compreender que não era exclusivamente a cultura italiana, mas sim o processo do fabrico do vinho, que produziu traços de identidade sobre o território simbólico/cultural estudado.

Na esfera simbólico/cultural, o território como “o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2004, p.40) é construído pelo seu valor de uso, a partir de aspectos do cotidiano pessoal que levam a um processo de identificação com um grupo.

A identidade territorial, então, se configura a não só a partir da herança cultural dos imigrantes italianos, mas também, da contribuição de diversas etnias sobre o processo de produção vitivinícola. O vinho, assim, surge como um elemento unificador no território, diante das chamadas “crises identitárias” presentes no processo de globalização. Para Victoria (2004),

> Numa época em que a globalização torna as identidades nacionais, e consequentemente culturais, homogêneas, alguns povoados surgem como se fossem um foco de “resistência” identitária, preservando uma memória coletiva e características culturais bastante marcantes. Um desses lugares é a colônia Maciel, em Pelotas, no extremo sul do Brasil. (VICTORIA, 2004, p. 890)

Assim, devido ao “mosaico étnico” que configura a colônia no município de Pelotas, a identidade territorial no recorte pesquisado pode ser entendida a partir da organização da produção vitivinícola. Muito embora nem todos os agricultores produzam o vinho em escala comercial, ao percorrer a colônia é possível observar que em todas as propriedades rurais há um parreiral (independente da etnia) de uva, o qual muitas vezes origina o vinho para o autoconsumo. Por conseguinte, este produto, devido à manutenção das práticas ligadas ao saber-fazer tradicional, permite a construção de um processo de identificação territorial entre os diversos grupos étnicos. “De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva e negativa) do espaço pelos seus habitantes”. (HAESBAERT, 1999, p. 172)

Esta identificação, segundo Haesbaert (1999) pode ser estabelecida de maneira concreta (objetiva), mas também de forma abstrata (subjetiva). No caso do município de Pelotas, podem-se considerar as duas dimensões da identidade territorial, de modo que, se por um lado tem-se o imaginário simbólico como um forte agente de identificação, devido às práticas de produção da uva, a herança do saber-fazer o vinho, que transcendem a linha do tempo, pois foram passadas de geração em geração; de outro lado, pode-se afirmar que a identidade e o território se conformam de maneira objetiva, principalmente quando se observa os parreirais de uva, as cantinas e o próprio vinho como produto. Estas são marcas que estão impressas no território e que culturalmente transformaram-se em uma identidade territorial.

Conforme esclarece Haesbaert(1999),

> Uma das características mais importantes da identidade territorial, correspondendo ao mesmo tempo a uma característica geral da identidade, é que ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referencia "condense" a memória do grupo, tal como acorre deliberadamente com os chamados monumentos históricos nacionais. (HAESBAERT, 1999, p. 180)

Além disso, a identidade territorial não obedece a uma referência fisiográfica e nem é demarcada de maneira arbitrária ou limitada a um recorte político-administrativo, mas sim, é definida a partir de elementos que cristalizados no espaço e no imaginário criam uma singularidade entre os grupos sociais e o território.

> Deste modo, a construção da "comunidade imaginada" francesa, italiana ou portuguesa faz com que eu aja como francês, italiano ou português, não apenas, na maioria dos casos, porque falo a língua distinta e sou identificado como portador de determinadas distinções, mas por que me sinto "pertencente" a um determinado recorte territorial. (HAESBAERT, 1999, p. 181)

As singularidades presentes na colônia pelotense, vinculadas às práticas socioespaciais que foram introduzidas pelas diversas correntes migratórias, entre as quais se destaca a imigração italiana, criam no território uma identidade própria, marcada, principalmente, pela vitivinicultura. Isso é evidenciado nas falas dos entrevistados, quando perguntado se existia uma identidade étnica entre os produtores de vinho e que participam do processo de formação de uma associação de vitivinicultores. O entrevistado LN diz que:

> *Não existe uma identidade étnica, o que nos une nas reuniões é o vinho.* (Pesquisa de campo, 2013)

Outro produtor JB vai demonstrar como hoje as etnias estão mescladas e o que sobrevive são os traços identitários*:*

> *Hoje já está tudo misturado, italiano casa com alemão e vice-versa. Não se pode mais dizer que uma família é só italiana, tá muito misturado.* (Pesquisa de campo, 2013)

Quando perguntado sobre quais aspectos ainda são mantidos da identidade, o primeiro a ser citado por todos os entrevistados é o vinho, posteriormente, são mencionados o queijo, salame, polenta, etc. Estes produtos fazem parte da alimentação diária destes agricultores. Como afirma Machado (2012), em pesquisa realizada no mesmo recorte territorial:

> Além da produção da horta, o vinho e a polenta são alimentos culturalmente valorizados. O vinho é comumente produzido para o consumo da família, sendo que algumas o produzem em maior escala, para comercialização. Mas o vinho e a polenta, símbolos da culinária italiana, estão à mesa das famílias de descendentes de imigrantes italianos e também de alemães e brasileiros, permitindo sugerir que, naquela localidade, a italianidade seja interpretada como elemento constitutivo de uma identidade colona compartilhada. (MACHADO, 2012, p. 13)

Observa-se que autora constatou a presença de uma identidade compartilhada na colônia, a qual, a partir da valorização simbólica de diversos produtos artesanais elaborados pelos agricultores, cria neste território um imaginário cultural coletivo e que, muitas vezes, extrapola a questão étnica.

Valduga (2007) enriquece o debate quando afirma que:

> A identidade pode estar relacionada tanto a pessoas quanto a objetos, coisas, mas sempre em relação ao sujeito, causando uma relação de igualdade ou semelhança, em seu sentido amplo, próprio das regiões vinícolas. Há um sistema de valores simbólicos ligados à identidade, que é carregada de subjetividade e de objetividade e não é estática, é muito mais um processo dialógico, múltiplo, do que uma representação una. (VALDUGA, 2008, p.15)

De qualquer maneira, a etnia que manteve vivo o ideário da vitivinicultura, não apenas como fonte de renda para as famílias, mas sim também pelo aspecto cultural, foi a italiana, a qual faz esta cultura ressurgir na década de 1990, lançando um novo olhar sobre a colônia de Pelotas.

6. A VITIVINICULTURA NA ATUALIDADE E A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA: Novos Olhares Sobre Antigas Práticas

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser apenas produtora de bens agrícolas..
(CARNEIRO e MALUF, 2003, p 19)

A produção do vinho pode ter diminuído significativamente desde sua introdução no município de Pelotas, mas, apesar disso, muitos produtores, principalmente ligados à colônia de imigração italiana, não deixaram de produzir e comercializar o vinho. Nas palavras do entrevistado JC*: Sempre vai ter gente querendo tomar vinho.* (Pesquisa de campo, 2013)

O entrevistado se refere ao processo de comercialização do produto, mas percebe-se que a produção da uva também é importante na configuração do território. Assim, justifica-se a análise da organização da agricultura, visando compreender as dinâmicas socioprodutivas presentes nas propriedades e as estratégias dos agricultores para manter-se no espaço rural.

6.1 A organização socioprodutiva das propriedades rurais

Para o fim desta pesquisa, um dos objetivos é identificar a organização socioprodutiva das propriedades, buscando compreender de que maneira se constrói a identidade territorial no recorte estudado.

Desta maneira foram escolhidos, de forma arbitrária, a partir de critérios específicos, os produtores a serem entrevistados. Os mesmos deveriam atender os seguintes pré-requisitos: ter uma produção igual ou superior a 5.000 litros de vinho por ano; comercializar parte da produção vinícola; e ter atividades relacionadas ao turismo no espaço rural.

Assim, optou-se como ferramenta de pesquisa tratar apenas com a figura do informante qualificado, o qual, nesse caso, tem relações históricas com o território em questão[25] e com a atividade da vitivinicultora. E, segundo Begins (2007), pode fornecer informações igualmente qualificadas para o desenvolvimento do trabalho.

> As entrevistas com informantes qualificados permitem avançar na compreensão de temas ausentes ou não revelados com a aplicação de outras técnicas, em especial o sentimento coletivo, percepções e estratégias comuns ao grupo de agentes envolvidos. Informantes qualificados são entendidos como aqueles que têm uma qualificação específica, seja pela vivência, seja pelo conhecimento sobre a temática. (BEGNIS, 2007, p. 315)

[25] Consideram-se, para fins desse trabalho, os colonos descendentes de imigrantes que vem repassando de geração em geração, tanto a propriedade pela sucessão hereditária, quanto às práticas da vitivinicultura.

A seguir são apresentados os subsistemas que conformam a organização da agricultura nas propriedades visitadas.

6.1.1 O subsistema social

O subsistema social responde a pergunta: quem é o produtor? Para tanto, busca analisar aspectos relacionados à propriedade da terra (o tipo de propriedade, caracterização do proprietário, a estrutura física da propriedade, etc.); a valorização da terra e as relações de trabalho e a luta pela terra. (DINIZ, 1984)

Observa-se que nas propriedades visitadas, todas são de propriedade individual do produtor, o que demonstra uma possibilidade de manutenção e reprodução social da família neste território. Com relação à forma como foi adquirida a terra, dos quatro entrevistados, somente um obteve a partir da compra, o produtor LN. É interessante também observar que este produtor é o mais dedicado à atividade turística e, também, o único que não se encontra localizado no município de Pelotas.[26] Os outros três entrevistados obtiveram a terra parte por herança e parte por compra de terceiros, o que denota a relação direta com o fracionamento dos lotes coloniais entre os herdeiros de um lado, e do outro, a possibilidade de ampliação do patrimônio fundiário por meio da compra de terceiros.

Ainda, todos os entrevistados participam do Sindicado Rural. Destaca-se que dos quatro produtores, dois fazem parte do grupo "Pelotas Colonial" [27]. O produtor JB fazia parte deste grupo, mas devido a desacordos entre o produtor e a referida organização, o mesmo acabou se retirando.

Por fim, com relação à idade dos membros da família, é possível analisar que a maioria dos entrevistados possui mais de cinquenta anos e a estrutura demográfica pode ser considerada bastante diversificada em relação ao sexo.

[26] O Produtor JN localiza-se no município de Morro Redondo.

[27] O grupo Pelotas Colonial (Antiga GASSETUR - Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural) é uma Rota de Turismo Rural localizada no município Pelotas. A Rota reúne empreendedores dos setores de hospedagem, alimentação, cultura, lazer, arte e educação ambiental. Mais informações acessar: http://www.pelotascolonial.com.br.

Observa-se que a presença de jovens, nas faixas de 0 e 10 e de 11 a 20 anos demonstra ser pouco expressiva, o que revela, futuramente, uma possível ausência de herdeiros para as propriedades.

Destaca-se que a sucessão hereditária do patrimônio fundiário é um elemento importante a ser considerado na organização e reprodução da agricultura familiar, pois, a possibilidade ou não de investimentos na propriedade está condicionada, muitas vezes, a presença ou não de herdeiros. Para Silvestro e Abramovay (2001),

> Mais do que um momento, a sucessão é um processo formado por três componentes. A transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio. Mais importante em que se faz a transferência jurídica de bens é a gradual passagem da responsabilidade de uma geração para a outra. (SILVESTRO e ABRAMOVAY, 2001, p. 27)

O agricultor prevendo que a atividade terá continuidade, geralmente, com a possibilidade de um filho homem (mais velho ou mais novo) se manter na unidade produtiva, tende a investir mais, sistematizando sua lógica de trabalho/produção a fim de ampliar o patrimônio fundiário, possibilitando melhores condições de vida e de trabalho ao seu sucessor. Com a ausência de herdeiros, muitas vezes, o agricultor sente-se desestimulado a prosseguir com a propriedade rural, o que leva, em alguns casos, a venda da propriedade e o abandono do campo por parte da população rural.

Quanto a dinâmica demográfica entre os entrevistados, o maior número de pessoas está nas faixas de 41 a 50 e de mais de 60 anos (ver quadro 01), denotando um envelhecimento das pessoas responsáveis pelas propriedades. Entre os entrevistados, o produtor JC expressou sua preocupação com *a falta de herdeiros para tocar adiante sua produção*, bem como, dar continuidade às praticas tradicionais no fabrico do vinho que, segundo o entrevistado, *estão se perdendo na colônia.*

Faixa Etária	Homens	Mulheres
De 0 a 10 anos	0	1
De 11 a 20 anos	0	0
De 21 a 30 anos	1	0
De 31 a 40 anos	0	1
De 41 a 50 anos	1	2
De 51 a 60 anos	1	0
Mais de 61 anos	3	3

Quadro 01: Composição demográfica dos entrevistados nas propriedades entrevistadas
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

6.1.2 O subsistema técnico

O subsistema técnico responde à questão "como é produzido?", para tanto busca analisar como se dá a utilização das terras, as técnicas agrícolas e os sistemas de cultivos e a intensidade da agricultura. (DINIZ, 1984).

Com relação à utilização de máquinas e instrumentos de trabalho utilizados na propriedade, três entrevistados possuem trator.

É interessante observar que o entrevistado que não possui trator é o mais debilitado, em termos físicos, para o trabalho na agricultura. Além disso, este produtor é o que tem a menor propriedade em área física (dois hectares) e a principal atividade geradora de renda da família é o comércio.

Destaca-se também que todos os entrevistados possuem plantadeiras e, pulverizadores. Aliado a mecanização, destaca-se o trabalho manual. A mecanização, nesse caso, combina a potencialização do trabalho no interior da unidade produtiva com o uso direto do trabalho manual, uma vez que a maioria dos instrumentos utilizados pelos agricultores não se refere à tração mecânica. No caso específico dos tratores e dos equipamentos agrícolas, além do uso pelos próprios proprietários, eventualmente são alugados para terceiros, viabilizando a permanência do trabalho do grupo familiar. Conforme esclarece Brumer (1994, p.104), "Assim, ao mesmo tempo em que cria condições ao proprietário de pagar as máquinas adquiridas, possibilita a manutenção no

interior do estabelecimento familiar de um número um pouco maior de membros", como demonstra a figura 18.

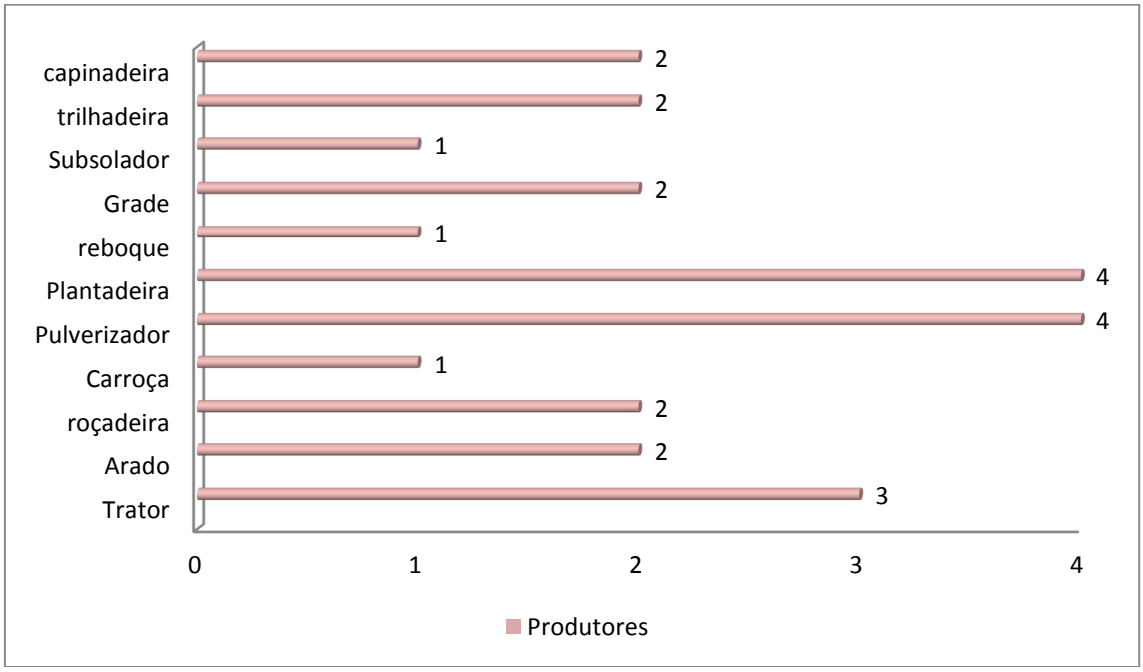

Figura 18. Máquinas e instrumentos utilizados nas propriedades entrevistadas.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

6.1.3 O subsistema de produção

De acordo com Diniz (1984): "O último subsistema de elementos internos da agricultura é o de produção, que responde a três tipos de questões: "quanto é produzido?, o que é produzido?, para quem é produzido?". Essas respostas são buscadas por meio da análise da produtividade da terra e do trabalho, da orientação da agricultura e da especialização agrícola das propriedades.

Com relação ao uso do solo é possível observar que todas as propriedades entrevistadas são de pequenas dimensões físicas e são caracterizadas pela agricultura de base familiar. O produtor com a maior parcela de terra é o JCM, com setenta hectares, dos quais apenas três hectares são utilizados para o plantio de parreiras. Em seguida, o produtor JB com trinta e cinco hectares, sendo que desses, atualmente, nenhum é utilizado

para plantio da uva.[28] O produtor LN possui dezoito hectares de terra, dos quais três são utilizados para o plantio de videiras. E, por fim, o quarto produtor JC possui dois hectares, dos quais um hectare é dedicado à produção da uva.

Quanto a formação da renda familiar nas propriedades entrevistadas, observa-se que esta é obtida tanto a partir da venda de produtos agrícolas quanto da venda de produtos artesanais, como vinho, geleias, queijos, salames, licores, entre outros.

Na venda de produtos artesanais, resultado das práticas sociais do saber-fazer, destaca-se o vinho como herança cultural entre os descendentes de imigrantes. Outra fonte de renda nas propriedades é o turismo no espaço rural, sendo este entendido a partir da noção conceitual da multifuncionalidade da agricultura. Por fim, em três propriedades aparece a aposentadoria como fonte de ingresso de renda monetária. Segundo Sacco dos Anjos (2007),

> Uma família que conta com rendas provenientes da aposentadoria de seus titulares tem sua reprodução social facilitada pelo recebimento de um ingresso regular e permanente em comparação com as demais explorações que não dispõem desse tipo de renda. (SACCO DOS ANJOS, 2007, p. 317)

Logo, Observa-se que a renda familiar é formada pela venda de produtos agrícolas e produtos artesanais em todas as propriedades. Além disso, entre as propriedades, três das mesmas se utilizam de aposentadoria como renda auxiliar, sendo esta um forte incentivo aliado a produção. por fim, em três propriedades se utiliza o turismo no espaço rural como atividade não agrícola.

Ainda, caracterizando o subsistema de produção, apresentam-se os principais produtos cultivados nas propriedades entrevistadas e o destino da produção.

O cultivo mais importante para a formação da renda familiar é o pêssego, sendo que este representa a especialização para o mercado em três propriedades[29]. Em segundo lugar destaca-se a uva. É importante ressaltar que

[28] O referido produtor plantava a uva tipo Cabernet Sauvignon, contudo, segundo o produtor, a mesma não se adaptou ao solo e ao clima locais, o que o levou a erradicação do parreiral.
[29] O produtor JC não produz pêssego para o mercado. Este obtém sua renda principalmente do seu estabelecimento comercial, da venda do vinho e da aposentadoria rural.

a uva não é vendida *in natura*, mas sim, é utilizada para a fabricação de produtos como vinho, sucos e geleias.

Sendo assim, observa-se a diversificação da produção, representando uma das principais estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, uma vez que os produtos destinam-se tanto para venda como para o consumo no próprio estabelecimento, ou seja, para a alimentação dos membros da família.

A produção para o autoconsumo é de suma importância não só para a manutenção dos agricultores familiares no campo, como também para a segurança alimentar das famílias no espaço rural, possuindo alguns princípios norteadores, como afirmam Gazolla e Schneider (2006):

> Estes princípios são o do acesso permanente aos alimentos; o da geração de uma alimentação em quantidade e de forma permanente; alimentos com qualidade produzidos e consumidos pelo grupo doméstico; o fornecimento de uma alimentação que atenda os hábitos de consumo próprios dos agricultores; e, a obtenção de alimentos diversificados em seus tipos, formas e qualidades nutricionais. É por gerar estes princípios da segurança alimentar e fortalecer as famílias que a produção para autoconsumo perfaz uma importância tão grande na dinâmica de reprodução social das unidades familiares. (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2006, p. 07)

Com relação à comercialização, destacam-se dois pontos importantes: o primeiro é a venda de pêssego para o mercado industrial, caracterizando a produção integrada aos complexos agroindustriais[30]; outro é a produção vitivinícola e os produtos derivados da uva (sucos, geleias), os quais são comercializados em pequena escala (comércios locais[31]), representando uma relação de integração social local e revelando a manutenção da identidade territorial construída a partir deste produto.

---

[30] "O complexo agroindustrial ou sistema agroindustrial pode ser definido como um conjunto composto pela sucessão de atividades principais e acessórias vinculadas a produção e transformação de um ou mais produtos agrícolas. Dentre as atividades principais incluem-se a geração destes produtos, seu beneficiamento e transformação, a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas." (MULLER, 1981, p. 08)

[31] Os comércios locais estão inseridos na conceitualização de circuitos curtos: enquanto para uma [agricultura empresarial] o horizonte é o mercado-mundo, para outra são os "circuitos curtos", ou seja, os mercados locais. Entende, assim, que o modo camponês de fazer agricultura difere radicalmente do empresarial porque no primeiro prevalece a busca de soluções locais para problemas globais, as quais se traduzem em incremento de renda local. "Trata-se de uma estratégia fundada na diversidade erigida na articulação entre a base material e a social circunscrita localmente. Para ele, por si só, ela é insurgente à lógica global homogeneizante." (PLOEG, 2008, p. 88)

Quais produtos são cultivados nas propriedades e com qual finalidade		
Produtos Cultivados	**Autoconsumo**	**Mercado**
Pêssego	**X**	**X**
Uva	**X**	**X**
Milho	**X**	
Feijão	**X**	
Tomate	**X**	
Hortaliças	**X**	
Leite	**X**	
Ovos	**X**	

Quadro 02 – Produtos cultivados e destino da produção nas propriedades entrevistadas
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

6.3 A produção vitivinícola atual

A produção vitivinícola, no contexto atual, se encontra dispersa no território e pouco organizada em termos do associativismo rural. O vinho, após o seu auge nas décadas de 1940/1950, perdeu espaço para outros produtos, destinando-se somente para o comércio local e para o autoconsumo na colônia.

Contudo, mesmo com a "decadência" em termos mercadológicos, este produto continuou sendo produzido e mantendo um forte vinculo com o passado dos imigrantes do século XIX. Conforme reforça Gehrke(2004)

> E em todas as adegas, há uma grande preocupação em deixar claro que o vinho é produzido da mesma forma como era produzido no século XIX, ou que o "costume" de sua produção teria sido aprendido com os seus antepassados. (GEHRKE, 2004, p 8)

Esta tentativa de manutenção das práticas tradicionais fica evidente quando se observa o tempo que se cultiva a uva nas propriedades entrevistadas, como denota o quadro 03.

Há quanto tempo Cultiva Uva no município	
Produtor	Tempo de cultivo
JC	75 anos
JCM	70 anos
JB	40 anos
LN	25 anos

Quadro 03. Tempo de cultivo da uva nas propriedades entrevistadas
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Em termos de volume, a produção vinícola possui pequena importância na formação da renda dos produtores. Como a uva não é o principal produto que compõe a renda das famílias, esta é plantada em menor escala. Mesmo assim, a produção é significativa em termos regionais. (Figura 19)

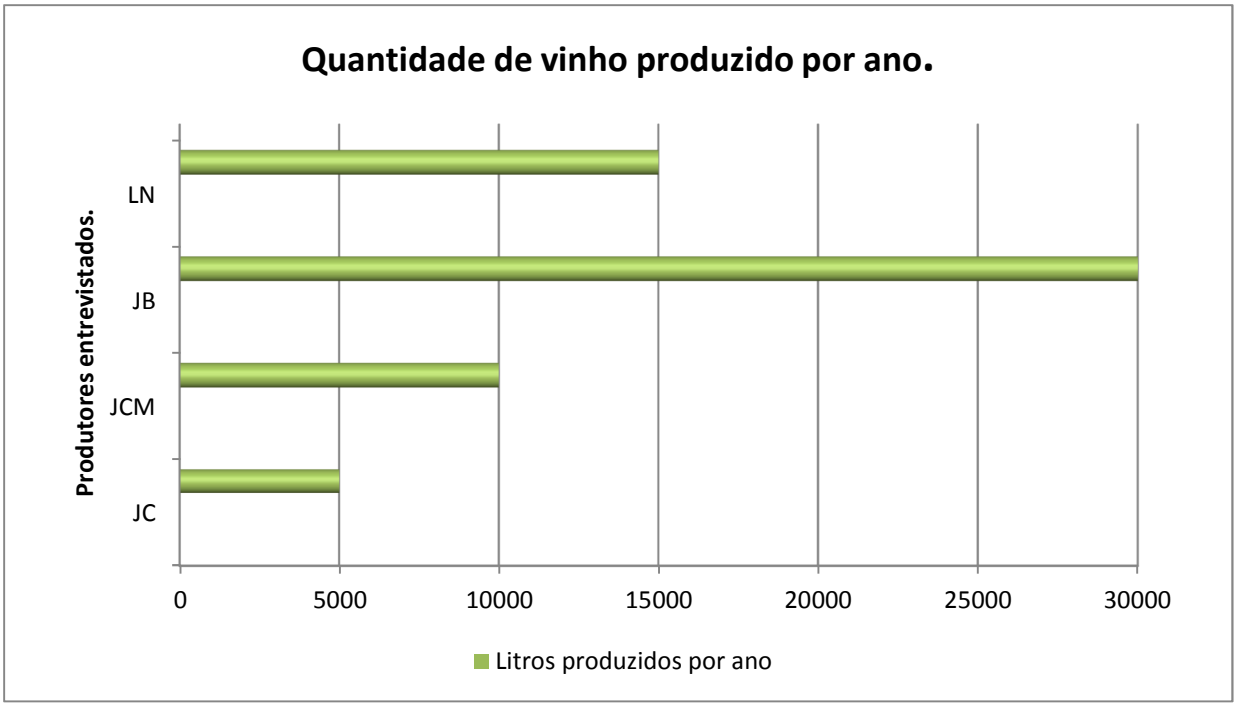

Figura 19. Quantidade de vinho produzido por ano.
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Destacam-se, também, as variedades de uvas produzidas. Todos os entrevistados cultivam uvas tipo Isabel, Niágara branca (usada para fabricação de suco) e Bordô. Algumas variedades de uvas de cultivo mais exigente em termos edafoclimáticos, também são plantadas na região, como a Merlot, Otella e Concórdia. Um dos produtores cultivou, durante um período de quatro anos, a variedade Cabernet Sauvignon, contudo, esta não foi bem sucedida tendo que abandonar o plantio.

Com a variedade de uvas, por conseguinte, existe uma variedade de vinhos, que vão desde os vinhos de mesa, elaborados com a uva Isabel, Bordô e Concórdia, até os vinhos finos como os produzidos com as variedades Merlot e o Cabernet Sauvignon[32]. Além de vinhos tintos, também são elaborados vinhos brancos e sucos de uva.

Quanto à comercialização do vinho, está se restringe ao âmbito local, sendo este vendido em pequenos estabelecimentos comerciais na cidade de Pelotas e municípios próximos, ou ainda, por meio da venda direta nas propriedades rurais. Alguns entrevistados apresentaram críticas às políticas públicas por não oferecer incentivos (crédito e assistência técnica) aos

[32] O produtor abandonou o plantio da uva, mas continua comprando esta variedade de outras propriedades rurais .

produtores para que os mesmos possam se adequar as normas de vigilância sanitária[33] e assim aumentar a produção. Esta normatização imposta, segundo os entrevistados, fez com que a produção vitivinícola diminuísse consideravelmente na colônia pelotense.

O produtor JC ressalta um aspecto importante na produção que é a questão do uso de aditivos químicos no vinho.

> *Eles não entendem que o vinho da colônia é diferente do vinho químico. Com essas normas o vinho colonial, que não vai química, vai desaparecer.* (Pesquisa de campo, 2013)

As restrições dizem respeito, principalmente, ao alvará para a produção e comercialização, bem como, a utilização de corantes e conservantes, entre outros agentes químicos para possibilitar uma maior vida útil ao vinho destinado para o mercado. Por outro lado, o produtor rural que não conseguiu se adaptar a algumas exigências, hoje produz o vinho *na ilegalidade,* conforme palavras de um dos entrevistados.

Atualmente, a principal forma de comercialização do vinho é diretamente com os consumidores que procuram pelo produto nas propriedades rurais. O que se observa é a construção de um "novo" caminho pelos produtores, ou seja, incluir o produto no rol de itens oferecidos aos turistas, como representativo de um saber-fazer tradicional e ligado às origens culturais. Nessa perspectiva, a valorização da vitivinicultura está relacionada à noção de multifuncionalidade do espaço rural.

6.4 A "nova" função do vinho e a multifuncionalidade da agricultura

Quando se fala em "nova" função do vinho, deve ficar claro que este termo apenas revela a revalorização do produto nos dias atuais, pois esta é uma atividade que tem raízes históricas no recorte territorial pesquisado. É sabido, também, que a família nem sempre se utiliza somente das atividades agrícolas para geração de renda e que, muitas vezes, combina a agricultura

[33] Mais informações ver o decreto nº 2.314, de 4 de setembro de 1997, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas.

com outras atividades na propriedade para complementar o ingresso monetário.

Assim, a multifuncionalidade da agricultura diz respeito às diversas funções da propriedade e que são executadas pelas famílias. Na percepção de Carneiro e Maluf (2003),

> A abordagem da multifuncionalidade da agricultura se diferencia por valorizar as peculiaridades do agrícola e do rural e suas outras contribuições que não apenas a de bens privados, além dela repercutir as criticas às formas predominantes assumidas pela produção agrícola por sua insustentabilidade e pela qualidade duvidosa dos produtos que gera. A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. (CARNEIRO e MALUF, 2003, p 19)

A partir desta perspectiva, Maria José Carneiro e Renato S. Maluf (2003) analisam as funções da agricultura familiar centrados principalmente em quatro dimensões básicas da multifuncionalidade, a saber:

1º Reprodução socioeconômica das famílias, onde se analisa as fontes geradoras de renda, as condições de permanência no campo e as práticas de sociabilidade;

2º Promoção da segurança alimentar da sociedade em geral e das próprias famílias rurais, abrangendo a produção para o autoconsumo e para a comercialização;

3º A manutenção do tecido sociocultural, se referindo as condições de vida e da reprodução das culturas locais;

4º Preservação e conservação dos recursos naturais e da paisagem rural, entendido como o uso e gestão da natureza e as relações com as atividades produtivas. (CARNEIRO e MALUF, 2003)

Estas múltiplas funções estabelecidas no espaço rural permitem, concomitantemente, o estabelecimento de atividades não agrícolas que diversificam as possibilidades de geração de renda entre as famílias, valorizando os saberes e práticas dos agricultores. Dentro desta concepção multifuncional da agricultura familiar, é que o turismo no espaço rural vem crescendo e se desenvolvendo como mais uma alternativa de obtenção de

renda complementar às atividades agrícolas, além de propiciar a manutenção dos traços culturais e de formas de uso e gestão das riquezas naturais, constituindo o binômio "paisagem e memória" no contexto do desenvolvimento local.

A produção vitivinícola em Pelotas, a partir do final do século XX, expressar as características desta "nova" funcionalidade presente nos territórios rurais. O vinho que até então era destinado somente a venda em circuitos locais e para o autoconsumo familiar, passa a ser atrativo para o turismo praticado nos espaços rurais.

6.4.1 o turismo no espaço rural e o enoturismo no município de Pelotas

A primeira ressalva a ser feita é com relação ao conceito de turismo no espaço rural é sua diferenciação do conceito de turismo rural. O turismo no espaço rural consiste em uma abordagem onde o turista não se direciona essencialmente para as propriedades rurais, aonde irá se relacionar com as atividades agrícolas. Este tipo de turismo abarca diversas atividades que extrapolam os limites das propriedades, dessa maneira, dentro deste conceito têm-se diversas formas de organização do turismo, como o ecoturismo, voltado para atividades ligadas à natureza (preocupação com a flora e a fauna) e a educação ambiental. Por outro lado, existem outras modalidades de turismo no espaço rural, como turismo científico, turismo cultural, entre outros.

O turismo no espaço rural está ligado à sustentabilidade dos agroecossistemas[34], muito além de visar somente a dimensão econômica para a população local e, particularmente, dos agricultores, também, valoriza a história deste espaço, o patrimônio cultural (material e imaterial) e as riquezas

[34] Agroecossistemas são ecossistemas agrícolas que têm como objetivo básico a manipulação dos recursos naturais com vistas a otimizar a captura da energia solar e transferi-la para as pessoas na forma de alimentos ou fibras, tendo o homem como um componente ativo, que organiza e gestiona os recursos do sistema. Num agroecossistema podem estar envolvidos os elementos e/ou fatores externos às unidades de produção, que de uma forma ou de outra influenciam e/ou determinam a sua dinâmica (KOZIOSKI & CIOCCA, 2000).
Costa (2010) acrescenta: "Os agroecossistemas representam uma forma particular de ecossistema, abordando não apenas a produção, mas também a sua sustentabilidade socioambiental nas escalas local, regional e nacional, pois a resiliência e a estabilidade desses agroecossistemas não são determinadas apenas por variáveis bióticas ou ecológicas. Aspectos históricos (políticos, culturais e socioeconômicos) também determinam decisivamente a estrutura e os processos intrínsecos à organização espacial agrária." (COSTA, 2010, p. 47)

naturais. Nos lugares onde o turismo é praticado pode-se destacar pontos positivos e negativos:

Positivos:

- Constituir a chave na revitalização dos recursos naturais, culturais e históricos de uma área rural.
- Promover e estimular transformações na organização socioespacial das propriedades rurais.
- Estimular a preservação de recursos naturais com valor excepcional.

Negativos:

- Diminuir a qualidade de áreas naturais e históricas pelo número excessivo de turistas e de equipamentos específicos.
- Aumentar ruídos e efluentes líquidos e sólidos, desencadeando processos de degradação socioambiental.

Entretanto, nas palavras de Ruschmann (2000): “Iniciar e desenvolver um programa de turismo em uma área rural constitui um desafio, principalmente, porque a comunidade local tem o poder e a habilidade de decidir sobre o seu desenvolvimento futuro, o que nem sempre ocorre”. (RUSCHMANN, 2000, p. 71).

Nesta perspectiva do turismo no espaço rural se encontra o enoturismo, o qual, segundo Falcade (2001): “o enoturismo pode ser definido como o deslocamento de pessoas, cuja motivação está relacionada ao mundo da uva e do vinho”. (FALCADE, 2001, p. 53).

Assim, entende-se que o desenvolvimento de atividade turísticas na colônia do município de Pelotas perpassa pela valorização da herança cultural derivada da produção vitivinícola, caracterizando esta como uma categoria de turismo no espaço rural, denominado de enoturismo. Para tanto, parte-se do pressuposto de que os turistas se deslocam para este território para apreciar o vinho, conhecer as práticas do saber-fazer, conhecer a herança cultural dos agricultores e, não menos importante, comprar o produto diretamente do produtor.

Destaca-se que o turismo é um movimento que sempre existiu no espaço rural, contudo, é a partir de uma massificação desta atividade que ocorre a revalorização, ou mesmo a ressignificação do rural[35], tornando esse espaço objeto de consumo pelos turistas urbanos.

O desenvolvimento da prática turística na colônia de Pelotas teve um impulso com a criação da GASSETUR - Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural, criado em 2005, é uma iniciativa de caráter privado que visava dinamizar as atividades geradoras de renda no espaço rural. Com o passar do tempo, o grupo passa a se denominar "Pelotas Colonial", formado por quinze investidores ligados às diversas áreas do turismo no espaço rural, desde o ecoturismo, turismo rural, enoturismo, etc.

Na categoria do enoturismo destacam-se três produtores de expressão na colônia[36]. Estes se utilizam ou já se utilizaram das atividades do turismo como fonte de renda, não obstante, esta prática não representa a principal atividade da propriedade, caracterizando apenas como ingresso complementar de renda (Quadro 04).

Existe alguma atividade ligada ao Enoturismo na Propriedade		
Produtores	**SIM**	**NÃO**
JC		X
JCM	X	
JB	X	
LN	X	

Quadro 04: Produtores que utilizam o enoturismo como fonte de renda complementar a agricultura.
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

[35] Segundo Marschner(2011), o processo de ressignificação: "não se restringe a uma simples justaposição social e cultural do arcaico e do moderno (em uma suposta desordem pós-moderna), mas se constitui em uma novidade. A reinvenção de rural em campo é aqui também chamada de ressignificação, pois incide no contexto da linguagem e do imaginário, logrando inverter a hierarquização de espaços e de atores". (MARSCHNER, 2011, p. 42)

[36] Devido a problemas com órgãos de vigilância sanitária, um desses produtores não recebe mais turistas na sua propriedade rural.

Assim, é possível observar que os três produtores que se utilizam do turismo como fonte de renda, hoje, destacam-se como os maiores produtores de vinho da colônia.[37] Observa-se ainda nas propriedades, a infraestrutura criada para receber os turistas que visitam o local, principalmente, destinada para a comercialização do vinho.

Os três entrevistados que praticam o turismo no espaço rural utilizam o parreiral, o processo de fabricação e o vinho como o principal atrativo turístico, como se pode observar na figura 20 e 21 da propriedade do produtor JCM.

Figura 20: Espaço para receber turistas/ maquinário que era utilizado antigamente – Colônia Maciel/Pelotas
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Figura 21: Espaço onde é produzido o vinho atualmente/ parreiral de Uva – Colônia Maciel/Pelotas
Fonte: pesquisa de campo. 2012

[37] Em termos de quantidade de produção vinícola.

Outro entrevistado que se destaca é o produtor JB, como o maior produtor da colônia, produzindo não só vinhos de mesa, mas também vinhos finos. (Figura 22)

Figura 22: Vista da propriedade/Local de recepção de turistas e produção vinícola. – Colônia Maciel/Pelotas
Fonte: pesquisa de campo, 2013.

Por fim, o único entrevistado que não se localiza no município de Pelotas[38], o produtor LN, se destaca por ser um dos mais participativos nas atividades do turismo no espaço rural. O mesmo investiu significativamente para melhor receber os turistas. Além do local para a recepção do turista, o produtor construiu uma estrutura para a produção de vinho, a qual também pode ser visitada pelos turistas. (Figura 23 e 24)

Figura 23: Local para a recepção dos turistas na propriedade – Município de Morro Redondo.

[38] Mesmo localizado no município vizinho de Morro Redondo, o mesmo se enquadra na pesquisa, partindo do pressuposto de que o conceito de identidade territorial ultrapassa os limites político-administrativos.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Figura 24: Local da produção do vinho/ Local de armazenagem do vinho – Município de Morro Redondo
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Além do vinho, outros produtos artesanais são comercializados como, por exemplo, salames, queijos, *schmier,* entre outros alimentos. Também, no local é possível fazer reservas para festas, pois, o mesmo possui uma área de lazer construída pelo proprietário. Segundo o entrevistado LN :

> *O turismo na região possui um forte potencial, o qual ainda não foi explorado de maneira satisfatória.* (Pesquisa de campo, 2013)

Fica evidente que de todos os produtores envolvidos no processo do enoturismo, o produtor LN é o que apresenta uma melhor organização nesta atividade. Contudo, todos os entrevistados observaram a perspectiva de expansão desta atividade nos últimos anos. A demanda pelo turismo no espaço rural vem aumentando e, por consequência, as propriedades que fazem parte de roteiros turísticos na colônia de Pelotas devem ampliar os serviços, infraestrutura e produtos voltados para essa atividade.

Quando perguntado sobre os entrevistados pensam sobre o desenvolvimento do turismo no espaço rural, todos alegaram que este ainda é pouco explorado como fonte de renda pelos agricultores, mas, que apresenta *boas perspectivas para o futuro.*

Quando indagados sobre qual a procedência dos turistas que visitam suas propriedades, fica claro como esta atividade ainda possui uma escala regional, abarcando principalmente os municípios de Pelotas, Rio Grande, Canguçu e São Lourenço do Sul. Todos os entrevistados citaram estes locais de origem dos turistas, o que denota uma área de abrangência limitada sobre a divulgação e promoção do enoturismo no sul do Rio Grande do Sul.

Portanto, é possível considerar que o turismo no espaço rural, quando bem planejado, tende a desenvolver a economia, aumenta a possibilidade de divulgar a cultura e os costumes locais, tornando-se mais uma fonte de renda, acessória à atividade agrícola, demonstrando, assim, que existem possibilidades para os proprietários familiares garantirem sua reprodução social e permanência no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade territorial se configura como uma busca, significativa, “pela unidade na diversidade”, ou seja, os grupos sociais encontram nas práticas culturais e na sociabilidade, formas de construir as identidades com o território e dos indivíduos com o seu grupo. O conceito de identidade pode remeter tanto a um sentido de igualdade (semelhanças) ou de diferenças existentes entre os sujeitos históricos. De qualquer forma, os grupos sociais, emergidos neste processo constante e dialético de identificação, em torno de objetivos comuns ou de um algum atributo especifico, procuram delimitar suas ações e, desta forma, se territorializar.

A busca pela unidade na construção da identificação territorial deixa claro que vários indivíduos ou grupos podem ficar excluídos de tal processo. Esta prática pode ser compreendida a partir das relações de poder (simbólico-culturais) estabelecidas no território e das interações entre os grupos e destes com um espaço delimitado, produzindo, no limite, dinâmicas socioprodutivas especificas e identitárias.

Logo, as relações de poder são de fundamental importância para a concepção do conceito de território. Estas podem não conter um significado apenas de dominação, mas sim estar conectadas a uma ordem cultural de interrelações sociais, ou seja, relações criadas por grupos com identificações semelhantes e que por um processo de similaridade se agrupam. É interessante observar que muitas vezes são “símbolos e signos” que conectam estes grupos sociais, os quais são construídos historicamente e, ao atribuir um significado comum a eles, tornam-se marcos de identidade para uma determinada sociedade.

É dentro deste contexto que a identidade territorial se conforma, então, a partir de um produto e de seu processo de fabricação comum dotado de significados, a saber: “o vinho”. A este produto é atribuído não só uma simbologia histórica, de pertencimento a um passado comum, mas também uma valorização nutricional para quem o consome. Nas falas dos produtores são reveladas as múltiplas faces deste processo de identificação, como por exemplo, a denominação dada a Vinícola “Neo Vigor”, analisada ao longo do estudo. E, os relatos orais, quando o produtor JC afirma que: “*o vinho pra mim faz bem pra saúde” .*

É possível observar na fala do produtor de vinho, de um lado os atributos nutricionais associados ao mesmo e que são comprovados cientificamente[39]. Do outro lado, o vinho como a "bebida sagrada" retratada na Bíblia[40], ligado à Igreja Católica, a qual os imigrantes e seus descendentes são extremamente devotos. Assim, cria-se uma rotina, de certo modo "sagrada", de tomar um cálice da bebida todos os dias para revigorar a saúde (física e espiritual) denotando costumes e hábitos culturalmente construídos.

Aliado ao processo histórico-cultural, a construção do território, no recorte estudado, foi marcada pelo movimento de territorializar, desterritorializar e reterritorializar[41]. No primeiro momento, tem-se o processo de construção do território, no país de origem dos imigrantes. No segundo momento, observa-se a desterritorialização, ou seja, quando o território original é deixado para trás pelo processo de emigração. Já desterritorializados, os imigrantes buscam em um novo território criar novas territorialidades, a partir das raízes socioculturais, do estabelecimento das atividades produtivas, sob condições físico-naturais distintas do lugar de onde vieram, caracterizando o processo de reterritorialização.

Assim, configura-se a imigração europeia não portuguesa para o Rio Grande do Sul, na qual os imigrantes trazem consigo traços de sua identidade cultural, como as práticas agrícolas, os costumes, os hábitos alimentares, a língua, entre outros, que são mantidos ao longo dos anos, perpassando de geração para geração.

Não obstante, observou-se que não são apenas os atributos étnicos que, na atualidade, conformam a unidade deste território. O que promove a coesão identitária entre os grupos sociais é uma prática (e um processo de saber-fazer) herdada dos antepassados e que ainda hoje se mantém, relacionando os traços culturais entre as gerações, desde a primeira que se (re)territorializou neste espaço.

---

[39] Mais informações ver (PAULA, 2005)

[40] (Lucas Capitulo 22; versículo 17 e 18)

[41] (CORRÊA, 2002, p. 252) e (SAQUET, 2007, p.163)

É importante ressaltar que não foram os imigrantes italianos os primeiros a produzirem o vinho e comercializar a produção. Os imigrantes franceses iniciaram a atividade de cultivo de videiras e produção de vinho em escala comercial, contudo, é inegável que a manutenção da vitivinicultura, até os dias atuais, se destaca entre os descendentes de imigrantes italianos.

Assim, demonstra-se que um grupo pode se identificar no espaço a partir de aspectos materiais e simbólicos. Pela pesquisa de campo foi possível observar as relações que os entrevistados possuem não somente com o território, no sentido de "*terra-territorium*", apresentado por Haesbaert (2008, p. 20), mas também, no sentido abstrato da realidade na qual estão inseridos, constituída pela simbologia em torno do vinho, bebida pela qual os produtores se identificam subjetivamente.

Considerando as informações obtidas durante a pesquisa, constata-se que, aliada a formação da identidade territorial pela produção vitivinícola, esta atividade também vem sendo utilizada como atrativo turístico na colônia de Pelotas. Desta forma, observa-se que a noção de multifuncionalidade dos espaços rurais e da agricultura tem uma das suas expressões relacionadas às atividades de turismo no espaço rural, possibilitando a geração de renda complementar para as propriedades rurais.

Ressalta-se que as atividades turísticas não substituem as práticas agrícolas, ao contrário, um dos principais atrativos é o "modo de vida" rural, frequentemente idealizado pela visão romântica da tranquilidade do campo em relação à vida agitada da cidade. Logo, o turista busca no espaço rural as amenidades deste local, o contato com a natureza, os produtos elaborados nas propriedades (dotados de saber-fazer), entre outros.

Assim, a partir da categoria analítica da multifuncionalidade, é possível discutir o conceito de *terroir*[42], o qual está relacionado à produção e/ou fabricação de um determinado alimento ou bebida, nos quais são valorizadas as especificidades locais, tanto de ordem natural quanto cultural. É importante destacar que não se deve reduzir o conceito de *terroir* apenas aos atributos físicos tais como, as condições climáticas, o substrato geológico e pedológico,

[42] Embora este conceito não tenha sido norteador desta pesquisa, considera-se importante para pensar futuras interpretações para a identidade territorial. Ver mais sobre o assunto em Blume (2008).

sendo conferido somente um sentido agronômico ao mesmo. Blume (2008) faz uma ressalva extremamente pertinente com relação a este conceito, quando o mesmo discute os aspectos culturais que este implica, afinal, não é possível dissociar a produção vitivinícola da relação histórica/cultural na qual a mesma vem sendo desenvolvida em diversos territórios.

Por conseguinte, entende-se, nesta pesquisa, que as características culturais relacionadas à vitivinicultura, desde a introdução das primeiras videiras e da produção de vinho pelos imigrantes franceses, até a manutenção desta atividade pelos descendentes de imigrantes italianos, conformam a construção da identidade territorial.

À medida que esta identidade territorial foi sendo construída, principalmente em torno do vinho, os resultados da pesquisa sugerem que o mesmo tornou-se um atrativo de suma importância para a geração de renda complementar nas propriedades. Primeiramente, pela venda direta do produto e, posteriormente, como aliado a oferta de outros serviços, como a visitação nas propriedades, possibilitando o reconhecimento da cultura local e, por conseguinte, a ressignificação do espaço rural na localidade pesquisada. Isso fica evidente na realização da "festa do dia do vinho"[43] (iniciativa dos vitivinicultores locais), a qual acontece há sete anos na Colônia Maciel - distrito do Rincão da Cruz – Pelotas/ RS, núcleo histórico da colonização italiana no município.

Entretanto, além de uma atividade festiva, este evento possui um caráter econômico, o qual visa à cooperação entre os produtores que desenvolvem o plantio da uva e a elaboração do vinho, para viabilizar a comercialização deste último. Por outro lado, a festa se apresenta como um espaço para demonstrar como a identidade cultural se configura neste território. Desta forma, diversos produtores, oriundos de vários distritos de Pelotas e até mesmo de municípios vizinhos participam da organização da mesma, criando um território simbólico a partir de atributos culturais, o qual extrapola os limites políticos/administrativos.

Aliado a festa, as construções arquitetônicas (casas de pedra), as antigas ferramentas agrícolas, a iconografia (registros fotográficos), muitos desses elementos reunidos no Museu Etnográfico da Colônia Maciel,

[43] Ver mais sobre o assunto em Machado (2011).

demonstram a história dos imigrantes e de seus descendentes, ligada a um passado na Itália (desterritorialização) e, concomitantemente, estabelece as bases para a construção de novas territorialidades (reterritorialização). Estes marcos espaciais são símbolos identitários, materializados no território e que hoje se tornaram atrativos para o desenvolvimento do turismo no espaço rural do município.

Por fim, a pesquisa demonstrou que a existência de um processo de identificação está fundamentada na construção histórica dos grupos sociais, através de suas práticas no cotidiano. E, a partir disso, a identidade territorial no recorte estudado se configura vinculada ao fabrico do vinho e ao produto *per se*, dotado de significados relacionados tanto a dimensão material, quanto imaterial que constituem o espaço e que fazem o movimento da vida acontecer, dando sentido a esta.

Observa-se também que, atualmente, a identidade territorial relaciona-se ao processo da multifuncionalidade presente nas atividades turísticas, as quais representam estratégias de reprodução social e territorial para as famílias rurais.

O presente estudo não se encerra, afinal, pois a compreensão das identidades territoriais é um desafio para pesquisa futuras, tendo em vista que no recorte espacial e no objeto de estudo materializado, permanentemente são construídos, (des)construídos e (re)construídos elementos subjetivos, baseados no imaginário e no simbólico, que atribuem significados para as relações da sociedade com a natureza. E, estes elementos possuem o poder de criar novas identidades territoriais, tendo em vista as relações singulares dos sujeitos no e com o espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2 Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 236

ALENCAR, Debora Brito de. **A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO:** A HISTÓRIA DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE CEARÁ. 3º Encontro Universitário da UFC, 2011. p. 01-04.

ANGUERA, M.T. **LA INVESTIGACION CUALITATIVA**. Barcelona: Educar, 10. 1986.

ANGUERA, M.T. **Metodologia de la Observacion en las Ciencias Humanas.** Madrid: Cátedra, 1989.

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (orgs). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

ARENDT, Hannah. **Da violência.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1985.

BEGNIS, H. S. M: **Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil**. Gest. Prod, São Carlos, v. 14, n. 2. 2007. p. 311-322.

BERTALANFY, L.V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

BETEMPS, Leandro Ramos. Aspectos da colonização francesa em Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, nº 5, p.1-12, 1999.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes.** São Paulo: Expressão popular, 2010.

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, Lucia de O. (Org.) **Ambientes: estudos de geografia.** Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia teorética – AGETEO, 2003. p. 235-248.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo como nova fonte de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, J.; M. RIEDL(Orgs.) **Turismo rural:ecologia, lazer e desenvolvimento.** Bauru: EDUSC, 2000. p.145-180

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria do pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-38, mar. 2008.

CARNEIRO, Maria J; MALUF, Renato S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CASTELLS. Manuel. A identidade em questão. In: HALL, Stuard. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. (Org). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato: Territorialidade e corporação: um reflexo. *In:* **Território: Globalização e fragmentação.** 5 ed. São Paulo: Hucitec /Anpur, 2002.

CERQUEIRA, Fábio V. **Imigração Italiana.** Pelotas, 2003, 10 p. (série de 4 artigos).

CORREA, R. L. **Sobre a geografia cultural.** Disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm. Publicado no site em 16/11/2009. Acessado dia 10 de Julho de 2012.

CORREA, R. L. Geografia Cultural: Passado e futuro – uma introdução. In: CORREA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Manifestações da Cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

CORREA, R. L. ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORREA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORREA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Análise de Sistemas em Geografia.** São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

DA COSTA, Adão José vital; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **História ambiental agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro.** Boletim Goiano geografia. Goiânia, 2010. v. 30, n. 1, p. 35-49.

DE BONI, L. A; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul: EST – Correios Riograndense – EDUCS, 1984.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura.** São Paulo: Difel, 1984.

FALCADE, Ivanira. **O espaço geográfico e o turismo na Região da Uva e do Vinho no nordeste do Rio Grande do Sul**. Anais do Encontro Estadual de Geografia, 21. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

FERNANDES, B.M. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J.E (orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão popular/UNESP, 2008.

FETTER, Leila M.W. **A Colonização Ocorrida na Área Rural de Pelotas na Segunda Metade do Século XIX.** Pelotas: Universidade Católica de Pelotas, 2002. (Dissertação de Mestrado).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2003.

GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A; SILVEIRA, Maria L. (Orgs). **Território Globalização e fragmentação.** São Paulo. HUCITEC, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** a rede "gaúcha" no Nordeste. Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. da; HAESBAERT, R. (Orgs.) **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. 284p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrandt Brasil, 2007.

HEIDRICH, Álvaro L. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KOZIOSKI, G. V., CIOCCA, M. de L. S. **Energia e sustentabilidade em agroecossistemas**. In: Ciência Rural, v.30, n.4, 2000. Santa Maria: UFSM, 2000

LEITE, Francisco Tarcisco. **Metodologia cientifica:** métodos e técnicas de pesquisa: Monografias, dissertações, teses e livros. APARECIDA, SP: Idéias & Letras, 2008.

LEFÉBVRE, Henri**. La producion de L' espace.** Paris: Antrophos, 1974.

LEFÉBVRE, Henri**. Espacio e politica.** Barcelona:Ediciones Península,1976.

MACIEL, Maria Eunice. **Cultura e alimentação ou o que tem a ver os macaquinhos de koshima com brillat-savarin.** Porto Alegre, 2001, n. 16, p. 145 – 156.

MACHADO, Carmen Janaina Batista. **Comida, Simbolismo e Identidade: um olhar sobre a constituição da italianidade nas colônias Maciel e São Manoel – Pelotas (RS).** Pelotas/RS. 2011 (Monografia em Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas).

MARSCHNER, Walter. **Lutando e ressignificando o rural em campo – notas epistemológicas.** INTERAÇÕES, Campo Grande, 2011. v. 12, n. 1. p. 41-52.

MARTINS, Solismar Fraga. **A produção do espaço em uma cidade portuária industrial:** o caso do município do Rio Grande/RS. Tese de doutorado em Geografia. Florianópolis: UFSC, 2004.

MÜLLER, G. **O complexo agroindustrial brasileiro**. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 13:1-14, 1981.

PANIS, Marcelo. **O TURISMO NA PERSPECTIVA DA MULTIFUNCIONALIDADE DO ESPAÇO RURAL:** O Caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS. 2007, 119 p. (Monografia em Licenciatura em Geografia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas).

PESAVENTO, Sandra J. **RS: Agropecuária colonial e industrialização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PHILLIPS, Rod. Uma breve Historia do vinho. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. El Territorio, la sociedad y el Estado. In: MENDOZA, J. G. ; JIMENEZ,J. M. y CANTERO, N. O. (Orgs.) **El pensamiento geográfico. Estudio Interpretativo y Antologia de Textos (De Humboldt a las tendencias radicales).** Madrid: Alianza Editorial, 1982.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1979.

ROCA, Zoran. **A paisagem como elemento da identidade e recurso para o desenvolvimento**. Anais do X Colóquio Ibérico de Geografia "A Geografia Ibérica no Contexto Europeu" Évora, Universidade de Évora. Portugal, 2005.

ROCHA, Samir Alexandre**. Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo.** *R. RA´E GA. Curitiba, Editora UFPR. n. 13, p. 19-27, 2007.*

RUSCHMANN, Dóris Van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (Orgs.) **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: PAPIRUS, 2000.

SACCO DOS ANJOS, Flavio; CALDAS, Nádia Velleda. **Sob o efeito da desagrarização: agricultura familiar e pluriatividade no Rio Grande do Sul.** Revista *Estudos Sociedade e Agricultura:* ano 15. Volume 02, outubro 2007. p. 310-339.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.** Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul** / tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília- DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** São Paulo, Nobel. 1985.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A; SILVEIRA, Maria L. (Orgs). **Território Globalização e Fragmentação.** São Paulo. HUCITEC, 1996.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A., SPOSITO. E. S.(Orgs.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos (ORG's). São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SERPA, Ângelo. **Percepção e fenomenologia: em busca de um método humanístico para estudos e intervenções do/no lugar.** In: OLAN – Ciência & Tecnologia [arquivo de dados legíveis por máquina]. v.1, n. 2 nov. 2001. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental, 2001. p. 29-61.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SOUSA, GABRIEL SOARES DE. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. **3ª Edição**.1938.Disponivelem:http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf. Acessado em 14 de novembro de 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Conceitos geográficos:** concepções e significados. III seminário de pós-graduação em geografia da UNESP de Rio Claro. (Palestra).

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Universidad de Barcelona. Nº 93, 15 de julio de 2001.

SAWAIA, Bader. **Identidade – uma ideologia separatista.** In: As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

TOMLINSON, J. Globalization and culture. Chicago: Chicago University Press, 1999.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi Fu**.** Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

TUAN, Yi Fu.. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VICTORIA, Andre Peter: **o vinho e a italianidade na colônia Maciel.** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Anais do IV SIMP: Memória, patrimônio e tradição, 2004.

VALDUGA, Vander. Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870 a 1960 (RS/Brasil).Porto Alegre: UFRGS, 2011.

VALDUGA, Vander . Sobre Enocultura. In: Paula Nora; Bianca Pugen. (Org.). Diálogos. 1ºed.Caxias do Sul: Lorigraf, 2008. p. 65-79.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A família como patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de italianos. **Campos**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 53-67, 2004.

APÊNDICES

Apêndice 01- PROPOSTA DE ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome pesquisador: **Data:** **questionário n°:**
Localidade:
Produtor: **Idade do entrevistado:**
Referência para localização:
Numero GPS:

Sistema da Agricultura: Produção técnico social

1. Idade dos membros da família (H= homem M= mulher)

	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°
sexo								
idade								

2. Condição do produtor

Proprietário	
Arrendatário	
Meeiro	
Outro: qual?	

3. (Quando proprietário) Como adquiriu suas terras?

herança		parte herança/parte compra		compra	

4. Uso do solo:

Área total–há	
Área cultivada - %	
Pastagem natural - %	
Mata - %	
Área utilizada para o plantio da uva%	
Área não utilizável (estradas, afloramentos rochosos,etc.) - %	

5. Que máquinas e instrumentos agrícolas são utilizados na propriedade?

	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não
trator			arado			roçadeira		

carroça			disco			subsolador		
pulverizador			reboque			trilhadeira		
plantadeira			grade			capinadeira		

6.

aleirador			plaina			outros:		

Como é formada a renda na propriedade?

Venda de produtos agrícolas	
Venda de produção pecuária (e derivados)	
Venda de produtos artesanais (quais?)	
Atividades agrícolas fora da propriedade (remunerado)	
Aposentadoria/pensão.	
Aluguéis/arrendamentos	
Atividades não agrícolas/serviços realizados. (quais?)	

7. Quais produtos cultivam na sua propriedade? Com qual finalidade?

Culturas	**AC**	**C**	**Culturas**	**AC**	**C**
Fumo			tomate		
Pêssego			morango		
Feijão			hortaliças		
Milho			leite		
Uva			ovos		
batata-inglesa			mel		
Laranja			outro:		

AC - Autoconsumo
C - Comercialização (1- Comércio atacadista; 2- comércio varejista - armazéns; 3- feiras livres; 4 agroindústria; 5 – intermediário

8. Quais tem maior importância na formação da renda familiar?

9. Há quantos anos se dedica a essa atividade? Por quê?

10 Participa de algum sindicato, associação ou cooperativa? Qual?

Produção vitivinícola -

11 Há quanto tempo cultiva uva no município?

12 Quanto tempo se dedica a esta produção:

Semana -
Mês -
Ano -

13 Qual/quais variedade/variedades de uva é/são cultivadas na propriedade?

14 Qual o volume da produção de uva anual – Toneladas?

15 O Produtor comercializa a produção de uva?

Sim ☐ Não ☐

Se sim:
Para quem?

Para onde?

16 Quanto produz de vinho por ano? Litros

17 Qual tipo de vinho é produzido?

18 O produtor comercializa o vinho?

Sim ☐ Não ☐

Se sim:
Para quem?
Para Onde?

Historia da colônia -

19 Há quanto tempo à família reside na colônia?

20 Há quanto tempo à família se encontra nesta propriedade?

21 Na visão da família, Como a Colônia se formou?

Identidade territorial e autodentificação -

22 Como o produtor se identifica etnicamente?

23 Qual etnia a família descende?

24 Em sua opinião, existe uma identidade étnica na colônia?

25 Quais as características da sua identidade étnica são mantidas na família?

Turismo no espaço rural -

26 Existe alguma atividade turística na propriedade?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, qual atividade?

Se sim na 32:

27 O produtor recebe turistas na propriedade:

Semanalmente ☐

Mensalmente ☐

Se sim na 27:

28 Qual a origem geográfica dos turistas que visitam a propriedade?

Pelotas ☐
Rio Grande ☐
Porto Alegre ☐
Outro ☐ Qual procedência urbana ou rural _____

Se sim na 28:

29 O produtor se utiliza da vitivinicultura como um atrativo turístico?

Sim ☐ Não ☐

Se não: gostaria de utilizar?

Sim ☐ Não ☐

30 Qual a sua opinião sobre o turismo na colônia?

31 O produtor gostaria de participar de um roteiro turístico ligado a vitivinicultura?